



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 84.476/2026

PROCESSO DIGITAL OXY Nº 31.433/2026

O Município de Foz do Iguaçu - PR, com sede na Praça Getulio Vargas nº 260 - CEP 85851-340 torna público para conhecimento de todos os interessados, que no dia e hora indicados, realizará **licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS**, com **critério de julgamento pelo menor preço por item**, que será regido pela Lei Federal N.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, Lei Complementar nº 147/2014 com as alterações posteriores e Decreto Municipal nº 32.398, de 28 de março de 2024, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no presente Edital.

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicados, far-se-á a abertura da Sessão Pública de PREGÃO ELETRÔNICO, por meio de Sistema Eletrônico www.compras.gov.br.

DATAS RELATIVAS AO CERTAME

- **Pedidos de esclarecimentos:** até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura;
- **Impugnações:** até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura;
- **Recebimento das propostas:** até às 09 horas do dia **28/05/2026**;
- **Abertura e avaliação das propostas:** dia **28/05/2026**, a partir das 09:00 horas;
- **Início da sessão pública / lances:** dia **28/05/2026**, às 09:00 horas

OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial www.compras.gov.br.

ENDEREÇOS:

PREGOEIRO: Dirlei Clóvis Schulz

WhatsApp (45) 3521-1377 – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com

Horário de expediente: das 08h00 às 17:00.

Praça Getulio Vargas, nº 280 – Foz do Iguaçu – PR.

Acesso identificado no link – www.compras.gov.br.

DOS ANEXOS INTEGRANTES DO EDITAL

Integram este Edital, como se nele estivessem transcritos, os anexos abaixo relacionados, dispostos na seguinte ordem:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – Modelo de Proposta Comercial;
- Anexo III – Minuta da Ata de Registro de Preços
- Anexo IV – Declaração Anticorrupção (deverá ser enviada junto com a proposta ajustada)

1 DO OBJETO

1.1 Seleção de Propostas destinada ao REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS, destinados à Alimentação Escolar nas Escolas Municipais, Centros de Educação Infantil, Entidades Filantrópicas e Centros Escola Bairro atendidos pela Secretaria Municipal da Educação, no período de 12 (doze) meses, conforme quantidades e especificações constantes no Edital e seus anexos.

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - [WhatsApp \(45\) 3521-1377](https://api.whatsapp.com/send?phone=554535211377) – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

- 1.2** O valor máximo total da presente licitação é de **R\$ 27.440.917,25** (Vinte e sete milhões quatrocentos e quarenta mil novecentos e dezessete reais e vinte e cinco centavos).
- 1.3** As especificações constantes no sistema Compras.gov.br (CATMAT/CATSER) possuem caráter meramente referencial, podendo decorrer de parametrizações padronizadas do sistema eletrônico.

- 1.4** Em caso de divergência entre a descrição constante no sistema e aquela prevista no Termo de Referência, prevalecerá a especificação técnica detalhada no Termo de Referência, por se tratar do documento que define de forma precisa o objeto da contratação.
- 1.5** Eventuais divergências deverão ser objeto de esclarecimento prévio pelos licitantes, nos termos deste edital.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

- 2.1** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), por meio do sítio: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.
- 2.1.1** Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.
- 2.1.2** O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente ou por seu representante.
- 2.1.3** A licitante responderá por todos os atos praticados no sistema decorrentes do uso de sua chave de identificação e senha, ainda que por terceiros.
- 2.1.4** O Município de Foz do Iguaçu/PR não se responsabiliza por eventuais danos decorrentes do uso indevido das credenciais de acesso pela licitante.
- 2.2** Somente poderão apresentar proposta às empresas legalmente estabelecidas, especializadas no ramo e que satisfaçam às condições deste edital e seus anexos.
- 2.3** Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, isoladamente ou em consórcio, empresas ou sociedades cooperativas que, por qualquer motivo:
- 2.3.1** Tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 156, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021;
- 2.3.2** Estejam impedidas de licitar e contratar com o Município de Foz do Iguaçu/PR, nos termos do art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021;
- 2.3.3** Tenham sido penalizadas com impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, nos termos do art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, durante o prazo de vigência da penalidade, observado o alcance subjetivo da sanção;
- 2.3.4** Estejam elencadas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;
- 2.3.5** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - [WhatsApp \(45\) 3521-1377](https://api.whatsapp.com/send?phone=35211377) – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

2.3.6 Encontrem-se em processo de dissolução ou liquidação.

2.3.7 Constituam sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

2.3.8 Em razão da prática de ato de improbidade administrativa, o sócio majoritário esteja proibido de contratar com o poder público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;

2.4 Constatada a ocorrência de qualquer hipótese de impedimento de participação, o Pregoeiro registrará o fato no sistema eletrônico e concederá à licitante o direito de manifestação, assegurando o contraditório e a ampla defesa.

2.5 Após análise da manifestação, o Pregoeiro decidirá de forma motivada acerca da manutenção ou afastamento do impedimento, com o devido registro no sistema

2.6 É vedada a participação de empresas reunidas em consórcio.

2.6.1. A vedação à participação em consórcio justifica-se em razão de o objeto da presente licitação consistir em fornecimento de bens comuns, padronizados, de baixa complexidade técnica e amplamente disponíveis no mercado, cuja execução pode ser realizada por empresas individualmente, sem a necessidade de conjugação de capacidades técnicas ou operacionais;

3. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

3.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento;

3.2 A licitante deverá cadastrar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

3.3 O encaminhamento da proposta implica o pleno conhecimento e aceitação das exigências previstas no edital, sem prejuízo da declaração formal a ser prestada em campo próprio do sistema, nos termos do item 3.6.

3.3.1 Os valores deverão ser expressos em algarismos arábicos, com o **Preço unitário do(s) item(ns)**, com até 02 (**duas**) casas decimais após a vírgula.

3.4 Para o adequado cadastramento da proposta, a licitante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, o atendimento às especificações do objeto constantes deste Edital.

3.5 O campo "Descrição Detalhada do Objeto Ofertado" destina-se ao detalhamento da proposta, devendo a licitante indicar as características do produto ofertado em conformidade com o Termo de Referência, vedada a identificação da licitante antes da fase de lances, quando aplicável.

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 -  **WhatsApp (45) 3521-1377** – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

- 3.6. A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital, nos termos da legislação vigente.
- 3.7. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.7.1. Condições de participação.

3.7.1.1. Manifesto ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

3.7.1.2. Declaro que minha proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo;

3.7.1.3. Declarações para fins de habilitação

- Atendo aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório;
- Inexiste impedimento à minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante;
- Cumpro as exigências de reservas de cargos previstas em lei e em outras normas específicas;
- Manifesto ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- Cumpro o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

3.7.1.4. Declarações de cumprimento à legislação trabalhista

- Observo os incisos III e IV do art. 1º e cumpro o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante;
- Cumpro a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis;

- 3.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), no que couber, observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - [WhatsApp \(45\) 3521-1377](#) – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

- 3.9. Uma vez certificada após o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.
- 3.10. Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada.
- 3.11. As propostas terão validade de 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da sessão pública.
- 3.11.1.** Decorrido o prazo de validade das propostas sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos, salvo manifestação expressa de prorrogação da validade da proposta.
- 3.12. A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

4. DA SESSÃO PÚBLICA

- 4.1 A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.
- 4.2 Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente por meio do sistema eletrônico, mediante troca de mensagens em campo próprio ("chat").
- 4.3 Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente de sua desconexão ou da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema.
- 4.4 Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 4.5 Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo que comprometa a condução da sessão, esta poderá ser suspensão, devendo sua retomada ocorrer mediante comunicação às licitantes por meio do sistema eletrônico.
- 4.6 O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública, mediante justificativa registrada no sistema eletrônico, informando a data e o horário previstos para a reabertura.

5. DO INÍCIO DA DISPUTA E DA VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS

- 5.1 A fase de lances deste Pregão será processada pelo modo de disputa aberto, nos termos do art. 56 da Lei nº 14.133/2021, do art. 23 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 e do art. 167 do Decreto Municipal nº 32.398/2024.
- 5.2 A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento.
- 5.3. Aberta a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances sucessivos exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 5.4. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema, ainda que se trate de lance intermediário.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.**

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - **WhatsApp (45) 3521-1377** – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

- 5.6. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor.
- 5.7. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 5.7.1. Em caso de empate, serão aplicados, sucessivamente, os critérios de desempate previstos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e, não havendo êxito, os critérios estabelecidos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.
- 5.7.2. Na hipótese de empate entre propostas iniciais, sem a apresentação de lances, aplicam-se os critérios de desempate previstos no subitem anterior.
- 5.7.3. Não se aplica o tratamento favorecido previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 nas hipóteses previstas no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.
- 5.8. Os lances apresentados são de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe cabendo pleitear alterações, ressalvadas as hipóteses de erro material devidamente comprovado e aceitas pelo Pregoeiro.
- 5.8.1. O licitante poderá excluir seu último lance ofertado, nos termos e condições disponibilizados pelo sistema eletrônico, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 5.9. Durante a “etapa aberta” da fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir o lance cujo valor seja manifestamente inexecutável.
- 5.9.1. Serão considerados preços manifestamente inexecutáveis quando ofertados valores ou percentuais simbólicos ou irrisórios, claramente incompatíveis com os praticados pelo mercado.
- 5.9.2. A possibilidade de exclusão de lance inexecutável por parte do Pregoeiro não desonera a licitante da responsabilidade pelo registro da oferta, ainda que haja erro manifesto.
- 5.10. Para a formulação dos lances, a licitante deverá observar o intervalo mínimo de **0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento)**, definido no sistema eletrônico.
- 6. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**
- 6.1. DA APLICAÇÃO DE EXCLUSIVIDADE E RESERVA DE COTAS.**
- 6.1.1. Essa licitação contém itens exclusivos e com reserva de cota de até 25% para microempresas - ME e empresas de pequeno porte - EPP, inclusive microempreendedor individual - MEI, conforme exigência da lei complementar Nº 123/2006 E lei complementar Nº 147/2014.
- 6.1.2. Cota Exclusiva – no valor de até R\$ 80.000,00, exclusiva para as empresas enquadradas como Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP, inclusive Microempreendedores Individuais – MEI, nos termos da Lei Complementar n.º 147/2014;
- 6.1.3. Cota Reservada – as empresas enquadradas como Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP, inclusive Microempreendedores Individuais – MEI, nos termos da Lei Complementar n.º 147/2014 (até o limite de R\$ 80.000,00) limite permitido pelo sistema COMPRAS.GOV

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - **WhatsApp (45) 3521-1377** – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

- 6.1.4. Cota Principal – os interessados que atendam aos requisitos do Edital;
- 6.1.5. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação deverá ocorrer pelo menor preço ofertado pela empresa.

6.2. DA MARGEM DE PREFERÊNCIA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE SEDIADAS LOCALMENTE

- 6.2.1. Nos termos do Capítulo IV, item 2 do Estudo Técnico Preliminar e do item 3 do Termo de Referência, será aplicado, na presente licitação, o benefício de prioridade de contratação para microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais – MEI sediados localmente, conforme previsto no art. 152, § 5º, do Decreto Municipal nº 32.398, de 28 de março de 2024;
- 6.2.2. Para fins de comprovação da sede local e eventual aplicação da margem de preferência prevista no art. 152, § 5º, do Decreto Municipal nº 32.398/2024, a licitante deverá, após o encerramento da fase de lances, manifestar-se no chat do sistema Compras.gov, no prazo de até 30 (trinta) minutos, solicitando a aplicação do referido benefício;
- 6.2.3. Para fins deste certame, considera-se empresa local aquela sediada no Município de Foz do Iguaçu, sendo assegurada margem de preferência adicional de até 10% (dez por cento) nas licitações exclusivas ou nas cotas de até 25% (vinte e cinco por cento) destinadas à aquisição de bens de natureza divisível, conforme viabilidade previamente demonstrada no Estudo Técnico Preliminar

6.3. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS ME/EPP NOS ITENS DE AMPLA CONCORRÊNCIA

- 6.3.1. Permanecem aplicáveis, quando cabíveis, os benefícios previstos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, relativos ao critério de desempate em favor das microempresas e empresas de pequeno porte.
- 6.3.2. Encerrada a fase de lances, caso a melhor oferta não tenha sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e havendo proposta com valor até 5% (cinco por cento) superior à melhor classificada, será assegurado o direito de preferência.
- 6.3.3. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora, no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão.
- 6.3.4. Não havendo êxito, serão convocadas as demais licitantes enquadradas como ME/EPP, na ordem de classificação.
- 6.3.5. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, será considerada como vencedora da fase de lances a licitante que, originalmente, tenha apresentado a melhor oferta durante a disputa.

7. DA NEGOCIAÇÃO

- 7.1. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 -  **WhatsApp (45) 3521-1377** – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

- 7.2. A negociação será realizada exclusivamente por meio do sistema eletrônico, com registro das mensagens e ampla transparência, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.
- 7.3. Quando a licitante mais bem classificada for desclassificada, a negociação poderá ser realizada com as demais licitantes, respeitada a ordem de classificação, mantidas as condições do edital e vedada a alteração do objeto, exclusivamente por meio do sistema eletrônico
- 7.4. As negociações realizadas deverão ser devidamente registradas no sistema eletrônico.

8. DO JULGAMENTO

- 8.1. O critério de julgamento adotado será o de menor preço por **ITEM**.
- 8.2. Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame previstas no Capítulo 2, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 8.2.1. Consulta ao SICAF e a outras bases oficiais disponíveis, a fim de verificar a situação cadastral da licitante, inclusive quanto à composição societária, quando possível, e eventual ocorrência de impedimentos previstos no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;
- 8.2.2. Consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e ao Sistema de Inabilitados e Inidôneos, mantidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no endereço eletrônico <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

- 9.1. O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços formatada de acordo com o Modelo II do edital e devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.
- 9.2. **O prazo para envio da proposta será de até 2 (duas) horas** a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante, antes de findo o prazo.
- 9.2.1. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.
- 9.2.2. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, mediante solicitação fundamentada da licitante apresentada por meio do sistema eletrônico antes do término do prazo, ou de ofício, mediante decisão motivada, quando verificado que o prazo inicialmente concedido é insuficiente para o envio da proposta ou planilha.
- 9.3. O Pregoeiro poderá solicitar documentos complementares, tais como folders, catálogos ou prospectos, exclusivamente para fins de comprovação das especificações técnicas do objeto ofertado, vedada a exigência de documentos não previstos no edital.
- 9.4. Em caso de não envio da proposta no prazo indicado, ou expirada eventual prorrogação concedida, a licitante será desclassificada, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
- 9.5. A proposta será **desclassificada** quando:

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - **WhatsApp (45) 3521-1377** – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

- 9.5.1. Não atender às especificações técnicas solicitadas no edital;
 - 9.5.2. Apresentar preços inexequíveis ou, após a fase de negociação, permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;
 - 9.5.3. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e
 - 9.5.4. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.
- 9.6. O Pregoeiro examinará a proposta quanto à compatibilidade com as especificações técnicas e ao preço ofertado, observado o valor máximo estimado para cada item.
 - 9.7. O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.
 - 9.8. Havendo falhas na proposta, o Pregoeiro deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que **a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis**, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.
 - 9.9. Se houver indícios de inexequibilidade relativa da proposta, o Pregoeiro deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta aplicando-se, no que couber, o art. 34 da Instrução Normativa 73/22 da SEGES/ME.
 - 9.10. **DAS EXIGÊNCIAS DA PROPOSTA COMERCIAL**
 - 9.10.1. Preço **unitário do item**, com até 02 (duas) casas decimais após a vírgula.
 - 9.10.2. Não é obrigatório o anexo da proposta inicial em PDF no sistema eletrônico.
 - 9.11. A proposta de preços final deverá ser encaminhada em formato PDF, por meio de campo próprio do sistema eletrônico Compras.gov.br, no prazo estabelecido no item 9.2 deste edital, devidamente adequada ao último lance ofertado, devendo conter:
 - 9.11.1. Preço unitário e total do(s) item(nos), com até 04 (quatro) casas decimais após a vírgula;
 - 9.11.2. **Marca do produto ofertado**, quando aplicável;
 - 9.11.3. Conter as condições de pagamento em conformidade com o Edital, sendo que a não especificação significa que a licitante concorda com os termos do edital;
 - 9.11.4. **Prazo de validade da proposta**, de no mínimo 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da sessão pública, sendo que a ausência de indicação implica aceitação do prazo estabelecido neste edital.
 10. **DA HABILITAÇÃO**
 - 10.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
 - 10.2. A documentação exigida para fins de habilitação poderá ser comprovada por meio do registro cadastral no SICAF, no que couber.
 - 10.2.1. Os documentos não constantes do SICAF deverão ser enviados por meio do sistema eletrônico, no prazo fixado pelo Pregoeiro, quando solicitado, durante a fase de habilitação.

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - [WhatsApp \(45\) 3521-1377](https://api.whatsapp.com/send?phone=35211377) – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

10.3. A licitante deverá apresentar a documentação comprobatória dos requisitos de habilitação exigidos neste edital, naquilo que não estiver comprovado por meio do SICAF.

10.3.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- 10.3.1.1.** Ato constitutivo, estatuto ou **contrato social** (*última alteração ou a consolidação*) em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e acompanhado, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus atuais administradores;
- 10.3.1.2.** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- 10.3.1.3.** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país;
- 10.3.1.4.** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- 10.3.1.5.** Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

10.3.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- 10.3.2.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso.
- 10.3.2.2.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual
- 10.3.2.3.** Prova de regularidade relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida conforme Portaria Conjunta RFB / PGFN nº.1.751 de 02/10/2014.
- 10.3.2.4.** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- 10.3.2.5.** Prova de regularidade junto a Justiça do Trabalho mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, demonstrando a situação regular no cumprimento dos encargos trabalhistas instituídos por lei.
- 10.3.2.6.** Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos e Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente.
- 10.3.2.7.** Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos e Tributos Municipais, expedida pelo órgão competente do domicílio ou sede da proponente.

10.3.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- 10.3.3.1.** A empresa licitante deverá apresentar Alvará ou Licença Sanitária

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - [WhatsApp \(45\) 3521-1377](https://api.whatsapp.com/send?phone=35211377) – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

vigente, emitido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, **quando exigido pela legislação aplicável à atividade exercida**, em nome da própria empresa, compatível com o objeto licitado, especialmente nos casos que envolvam manipulação, armazenamento ou transporte de gêneros alimentícios sujeitos à vigilância sanitária.

10.3.3.2. Nos casos em que a atividade exercida não estiver sujeita à exigência de alvará ou licença sanitária, tal condição deverá ser comprovada mediante a apresentação de documento oficial (certidão, declaração, ato normativo ou outro meio idôneo) emitido pelo órgão sanitário competente, que ateste a dispensa ou inexistência de licenciamento para a atividade desempenhada.

10.3.3.3. FICHA TÉCNICA, ALVARÁ SANITÁRIO E SERVIÇO DE INSPEÇÃO para os itens: IOGURTE, LEITE, REQUEIJÃO, CARNE BOVINA MOÍDA, CARNE BOVINA TIPO MÚSCULO, CARNE BOVINA TIPO PATINHO EM ISCAS, COXA E SOBRECOXA DE FRANGO, FILÉ SASSAMI, FILÉ DE FRANGO MOÍDO, PERNIL SUÍNO EM ISCAS, QUEIJO E PÃO, deverão apresentar ficha técnica assinada pelo responsável técnico, alvará sanitário do fabricante e/ou serviço de inspeção (SIM, SIE ou SIF) emitida pelos órgãos competentes.

10.3.3.4. Comprovação de aptidão para o fornecimento de gêneros alimentícios compatíveis com o objeto licitado, mediante apresentação de 1 (um) ou mais atestados de capacidade técnica, admitida a soma de quantitativos, podendo eventual quantitativo mínimo limitar-se a até 30% (trinta por cento) do quantitativo estimado do item ou dos itens para os quais a licitante sagrar-se vencedora, observadas a proporcionalidade e a pertinência com o objeto licitado;

a) Havendo dúvidas quanto a regularidade ou inconsistências dos atestados, o Pregoeiro realizará diligência para verificação destes, ou exigir outros documentos para comprovação (Contrato de Fornecimento e/ou Nota Fiscal).

10.3.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

10.3.4.1. Certidão negativa de falência, expedida pelo Distribuidor Judicial competente da sede da licitante; quando não mencionar a data de validade, na mesma será considerada com validade de **12 (doze) meses**.

a) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação

10.4. PRAZO PARA ENVIO DOS DOCUMENTOS:

10.4.1. O prazo para envio dos documentos de que trata o **item 10** é de até **02 (duas) horas**, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - [WhatsApp \(45\) 3521-1377](https://api.whatsapp.com/send?phone=35211377) – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

10.4.2. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

10.4.3. **Em caso de não envio dos documentos no prazo indicado, ou expirada eventual prorrogação concedida, a licitante poderá ser inabilitada, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, sem prejuízo das sanções cabíveis.**

10.5. Os documentos que não apresentarem prazo de vigência expressamente estabelecido pelo órgão expedidor serão aceitos desde que emitidos há no máximo 180 (cento e oitenta) dias da data de abertura da licitação, ressalvada a possibilidade de diligência para verificação de sua validade, autenticidade ou atualidade, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

10.5.1. Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

10.6. O licitante é responsável pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados, sujeitando-se às sanções legais em caso de declaração falsa.

10.7. Os documentos de habilitação deverão se referir à empresa licitante, salvo nos casos de alteração contratual superveniente ou de transferência de acervo técnico devidamente comprovada.

10.7.1. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

10.7.2. Os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.

10.7.3. Para fins de verificação das condições de habilitação, o Pregoeiro poderá realizar consulta em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, sendo os documentos obtidos considerados meio legal de prova.

10.8. As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal, social e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

10.8.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, nos termos do art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

10.8.2. A não regularização da documentação no prazo previsto implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no §5º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021, facultando-se à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

11. DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

11.1. Na hipótese de desclassificação ou inabilitação da licitante mais bem classificada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, observada a ordem de classificação,

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 -  **WhatsApp (45) 3521-1377** – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

procedendo à negociação, ao julgamento e à verificação das condições de habilitação, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda integralmente às exigências deste edital.

11.2. Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende às exigências de julgamento e habilitação previstas neste edital, será declarada vencedora, mediante decisão motivada do Pregoeiro, devidamente registrada no sistema eletrônico.

11.3. A declaração da licitante vencedora será comunicada no sistema eletrônico, assegurando-se a transparência e a publicidade dos atos praticados.

12. DO RECURSO

12.1. Qualquer licitante poderá, no prazo **mínimo de 10 (dez)** minutos do término do julgamento das propostas, e **após** o ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

12.1.1. O registro da intenção de recurso deverá ser efetivado exclusivamente por meio do sistema, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na plataforma Compras.gov.br

12.1.2. Após a declaração final da vencedora do certame, a licitante que tenha registrado a intenção de recurso na forma do item 12.1 deverá apresentar, em momento único, as razões recursais, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis.

12.1.3. Diante da apresentação das razões recursais, as demais licitantes ficam, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, que começará a correr do término do prazo para o registro das razões recursais de que trata o item 12.1.2.

12.2. Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada aos licitantes interessados, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório.

12.2.1. Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

12.2.2. O recurso regularmente interposto, juntamente com as razões e as contrarrazões recursais, será endereçado ao Pregoeiro, nos termos do §2º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

12.2.3. O Pregoeiro poderá reconsiderar ou não a decisão recorrida e, em caso de não reconsideração, os autos serão encaminhados à autoridade superior para julgamento do recurso.

12.3. O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. Decididos os recursos eventualmente interpostos e constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 -  **WhatsApp (45) 3521-1377** – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

13.2. A adjudicação e a homologação serão formalizadas por meio de ato administrativo devidamente motivado e publicado nos meios oficiais.

14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. A presente licitação será processada pelo Sistema de Registro de Preços – SRP, nos termos dos arts. 82 a 84 da Lei nº 14.133/2021 e dos arts. 235 a 239 do Decreto Municipal nº 32.398/2024, observadas as disposições estabelecidas neste edital e seus anexos.

14.2. A Secretaria Municipal da Educação de Foz do Iguaçu atuará como órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, competindo-lhe a gestão, o controle e o acompanhamento da ata.

14.3. Não houve divulgação de Intenção de Registro de Preços – IRP para o presente procedimento, considerando as particularidades técnicas, operacionais e assistenciais da contratação, conforme justificativas constantes do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência.

14.4. Não será admitida a adesão à Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação por órgãos ou entidades não participantes da Intenção de Registro de Preços (IRP), conforme justificativa devidamente fundamentada no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e no Termo de Referência (TR), constantes nos autos do processo administrativo.

14.5. A Ata de Registro de Preços conterá os preços e quantitativos da licitante mais bem classificada, observada a ordem de classificação do certame e demais disposições legais aplicáveis.

14.6. Após homologado o resultado do certame, a Administração convocará a(s) licitante(s) vencedora(s) para assinatura da Ata de Registro de Preços.

14.6.1. Para assinatura eletrônica da Ata de Registro de Preços, o representante legal deverá possuir cadastro ativo no Sistema de Informações do Município (SID) de Foz do Iguaçu, com habilitação para assinatura eletrônica, nos termos do Decreto Municipal nº 28.900/2021.

14.6.2. A Ata de Registro de Preços será disponibilizada eletronicamente pelo sistema do Município, sendo encaminhada notificação ao endereço eletrônico informado pela licitante cadastrada.

14.6.3. O fornecedor deverá realizar a assinatura da Ata no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados do envio da notificação.

14.6.4. Compete exclusivamente à licitante manter atualizados seus dados cadastrais e acompanhar as comunicações encaminhadas pelo sistema eletrônico, não podendo alegar desconhecimento decorrente do não acompanhamento das notificações.

14.7. O fornecedor beneficiário que deixar de assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido ficará sujeito às sanções previstas neste edital e na legislação aplicável, facultada à Administração a convocação dos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação.

14.8. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município, podendo ser prorrogada por igual período, mediante anuência do fornecedor e comprovação da vantagem dos preços registrados.

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - **WhatsApp (45) 3521-1377** – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com






Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

- 14.8.1.** Em caso de prorrogação da Ata de Registro de Preços, serão renovados os quantitativos originalmente registrados;
- 14.8.2.** Esgotados os quantitativos registrados antes do término da vigência da ata, a prorrogação poderá ser antecipada, com renovação dos quantitativos inicialmente registrados, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
- 14.9.** Não serão admitidos preços diferenciados, por inexistirem, no caso concreto, fatores logísticos ou operacionais que justifiquem tal prática. A hipótese prevista no art. 82 da Lei nº 14.133/2021 é mais recorrente no âmbito federal, em que os registros de preços abrangem órgãos situados em diferentes regiões do país, com variações relevantes nos custos de transporte e distribuição.

15. DA REVISÃO DOS VALORES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 15.1.** Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os valores registrados poderão ser revistos nas hipóteses previstas na legislação aplicável, desde que devidamente comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro.
- 15.2.** A revisão poderá ser concedida nas hipóteses de caso fortuito, força maior, fato do príncipe ou fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a manutenção das condições originalmente pactuadas.
- 15.3.** O fornecedor poderá requerer a revisão mediante solicitação fundamentada, acompanhada de documentação idônea apta a demonstrar a ocorrência do fato alegado e seu impacto econômico-financeiro.
- 15.4.** A Administração poderá, mediante decisão motivada, indeferir o pedido de revisão ou optar pelo cancelamento da Ata, instaurando novo procedimento licitatório, quando entender não ser vantajosa a manutenção dos preços revisados.
- 15.5.** Não será admitida revisão de preços fundada em variações ordinárias de mercado, flutuações previsíveis de custos, erros de formação de proposta ou quaisquer eventos inerentes ao risco normal da atividade econômica do fornecedor, os quais se consideram incluídos na proposta apresentada.
- 15.6.** O pedido de revisão deverá ser instruído, no mínimo, com:
- 15.6.1.** Exposição circunstanciada dos fatos que ensejam o reequilíbrio econômico-financeiro;
- 15.6.2.** Demonstração analítica da variação dos custos, acompanhada de memória de cálculo detalhada;
- 15.6.3.** Documentos comprobatórios idôneos, tais como notas fiscais, contratos de fornecimento, tabelas oficiais, índices setoriais ou outros elementos que evidenciem a efetiva alteração dos custos;
- 15.6.4.** Indicação do nexo causal entre o evento alegado e o impacto econômico-financeiro.
- 15.6.5.** Planilha comparativa entre o custo originalmente proposto e o custo atualizado.
- 15.7.** A solicitação de revisão deverá ser formalizada junto ao órgão gerenciador, por meio do canal oficial disponível em Portal do Governo Digital de Foz do Iguaçu:
 <https://governodigital.foz.pr.gov.br/governo-digital/solicitacoes>

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 -  **WhatsApp (45) 3521-1377** – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

15.7.1. Informações complementares poderão ser obtidas junto à Secretaria Municipal da Educação de Foz do Iguaçu, por meio do endereço eletrônico: smedfoz.licitacoes@gmail.com.

16. DO REAJUSTE

- 16.1.** Os preços registrados poderão ser reajustados após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data da apresentação da proposta, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, desde que haja previsão no edital e na Ata de Registro de Preços.
- 16.2.** O reajuste poderá ser processado de ofício pelo gestor da Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 290 do Decreto Municipal nº 32.398/2024, observados o índice e a data-base estabelecidos, condicionando-se, contudo, à prévia verificação da vantajosidade dos preços registrados em relação ao mercado;
- 16.3.** Caso a aplicação do reajuste resulte em preços superiores aos praticados no mercado, a Administração deverá avaliar a conveniência da manutenção da Ata de Registro de Preços, podendo optar por seu cancelamento e pela realização de novo procedimento licitatório;
- 16.4.** Previamente à formalização do reajuste, o fornecedor registrado poderá ser consultado quanto à eventual renúncia total ou parcial ao reajuste, nos termos do §1º do art. 239 do Decreto Municipal nº 32.398/2024.
- 16.5.** O reajuste, quando aplicado, será formalizado por meio de apostilamento à Ata de Registro de Preços, conforme legislação vigente.
- 16.6.** A ausência de manifestação do fornecedor quanto ao reajuste no período oportuno poderá caracterizar renúncia ao direito, não sendo admitida sua aplicação retroativa.

17. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DO FORNECEDOR BENEFICIÁRIO

- 17.1.** O registro de preços do fornecedor poderá ser cancelado, mediante processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:
 - 17.1.1.** A pedido do fornecedor, quando comprovada a impossibilidade de cumprimento das obrigações assumidas, por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente demonstrado;
 - 17.1.2.** Por iniciativa da Administração, quando o fornecedor:
 - I. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
 - II. Perder quaisquer das condições de habilitação exigidas no processo licitatório;
 - III. Deixar de cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
 - IV. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos e as respectivas notas de empenho decorrentes da Ata de Registro de Preços;
 - V. Sofrer sanção que acarrete a impossibilidade de licitar e contratar com o MUNICÍPIO, em especial nas hipóteses previstas nos incisos III ou IV do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002
 - 17.1.3.** Por razões de interesse público devidamente motivadas ou em razão de inexecução total ou parcial das obrigações assumidas.

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - [WhatsApp \(45\) 3521-1377](https://api.whatsapp.com/send?phone=35211377) – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

- 17.2. O cancelamento do registro será formalizado por decisão administrativa motivada, assegurada a comunicação ao fornecedor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis
- 17.3. A Ata de Registro de Preço, decorrente desta licitação, será cancelada automaticamente:
- 17.3.1. Por extinção da totalidade do seu objeto;
- 17.3.2. Quando não restarem fornecedores registrados.

18. DOS ACRÉSCIMOS

- 18.1. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão ser alteradas nas hipóteses e limites previstos no art. 124 da Lei nº 14.133/2021, observada a natureza de cada ajuste firmado.

19. DA EXTINÇÃO DOS AJUSTES DECORRENTES DA ATA

- 19.1. A inexecução total ou parcial das obrigações decorrentes das contratações oriundas da Ata de Registro de Preços poderá ensejar a extinção do ajuste e, quando cabível, o cancelamento do registro do fornecedor, nos termos dos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.
- 19.2. Os atos de extinção contratual deverão ser formalmente motivados no processo administrativo, com garantia do contraditório e da ampla defesa.

20. DA FISCALIZAÇÃO

- 20.1. A execução das contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) designado(s) como gestor e/ou fiscal de contrato pela autoridade competente do Município de Foz do Iguaçu, competindo-lhes adotar as providências necessárias ao fiel cumprimento das obrigações pactuadas, inclusive o atesto da execução e a comunicação de eventuais irregularidades.
- 20.2. As atribuições previstas neste item referem-se à execução contratual e não se confundem com as competências do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, definidas no item 14, ao qual cabe a gestão e o controle da Ata, inclusive quanto à verificação da vantajosidade dos preços registrados.
- 20.3. O fornecedor beneficiário deverá indicar preposto, durante a vigência da Ata e das contratações dela decorrentes, com poderes para representá-lo administrativamente sempre que necessário, especialmente perante o gestor e o fiscal do contrato.

21. DO PAGAMENTO

- 21.1. O pagamento será feito por intermédio de depósito em conta bancária do fornecedor beneficiário no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da liquidação da despesa, na forma do art. 318 e ss. do Decreto Municipal nº 32.398/2024, não sendo, em nenhuma hipótese, permitida a antecipação de pagamentos e o pagamento de fornecimentos não executados ou executados de forma incompleta.
- 21.2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município e será atendida pelas seguintes dotações:
- 12.002.12.306.0310.2.174.3.3.90.32.00.00 FONTE 1107 - Fornecimento de Alimentação Escolar - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA;
- 12.002.12.306.0310.2.174.3.3.90.32.00.00 - FONTE 1134 - Fornecimento de Alimentação Escolar - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA;

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - WhatsApp (45) 3521-1377 – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

- 21.3.** O processo de pagamento será instruído na forma do art. 325 do Decreto Municipal nº 32.398/2024 e da Instrução Normativa nº 10/2025-SMFO, mediante apresentação da documentação pertinente à liquidação da despesa e à comprovação da regular execução do objeto contratado.
- 21.4.** As Notas Fiscais (NF-e) serão protocoladas digitalmente, por meio do link: <https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/portalempresarial/aberturaprocesso/protocolo>.
- 21.5.** Para fins de pagamento, poderá ser exigida a comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e fundiária do contratado, nos termos da legislação vigente e do art. 325 do Decreto Municipal nº 32.398/2024.
- 21.6.** A verificação da regularidade poderá ser realizada diretamente pela Administração mediante consulta eletrônica aos sistemas oficiais disponíveis, nos termos do parágrafo único do art. 325 do Decreto Municipal nº 32.398/2024.
- 21.7.** Incidirão sobre os pagamentos as retenções tributárias previstas na legislação aplicável, especialmente aquelas relacionadas ao Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, observadas as disposições da Instrução Normativa RFB nº 2.145/2023, do Decreto Municipal nº 31.634/2023 e demais normas correlatas.
- 21.8.** Eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para instituições financeiras diversas da contratada pelo Município correrão por conta do fornecedor beneficiário.
- 21.9.** Havendo erro, inconsistência ou irregularidade na documentação apresentada, bem como descumprimento de obrigações contratuais pelo fornecedor, o prazo para pagamento será interrompido até a regularização integral da pendência, iniciando-se nova contagem após o saneamento das inconsistências, sem prejuízo da adoção das medidas administrativas cabíveis.
- 21.10.** Nos casos de atraso de pagamento não atribuível ao fornecedor beneficiário, os valores devidos serão acrescidos de encargos moratórios calculados conforme a legislação aplicável.
- 21.11.** O fornecedor deverá manter atualizado seu cadastro junto aos sistemas eletrônicos do Município necessários ao processamento do pagamento.
<https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/portalempresarial/aberturaprocesso/protocolo>
- 22. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 22.1.** Comete infração administrativa, a CONTRATADA que:
- Der causa à inexecução parcial do contrato;
 - Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - Der causa à inexecução total do contrato;
 - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - Não celebrar a ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - [WhatsApp \(45\) 3521-1377](https://api.whatsapp.com/send?phone=35211377) – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

- declaração falsa durante o processo licitatório ou execução do contrato;
- i) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

22.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;
- iv) **Multa**:
 - ✓ Moratória de 0,66% (zero vírgula sessenta e seis por cento) calculada sobre o total devido, por dia de atraso na entrega do objeto, sendo que a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso, este será considerado como inexecução total do Contrato, incidindo sanções específicas;
 - ✓ Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, configurando inexecução parcial do contrato.
 - ✓ Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

22.3. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa da CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na legislação. A dosimetria das penas, além dos fatos e provas constantes do processo administrativo, levará em consideração:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) O caráter educativo da pena.
- f) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

22.4. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

22.5. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - [WhatsApp \(45\) 3521-1377](https://api.whatsapp.com/send?phone=35211377) – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

- 22.6.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 22.7.** As sanções previstas nesta seção não impedem a Administração de exigir indenizações suplementares para reparar os danos advindos da violação de deveres contratuais, apurados durante o processo administrativo de penalização.
- 22.8.** A aplicação de uma das penalidades previstas nesta seção não exclui a possibilidade de aplicação de outras.
- 22.9.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas acima relacionadas (alíneas b, c, d, e, f e g) quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.
- 22.10.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações acima relacionadas (alíneas h, i, j, k e l), bem como pelas infrações administrativas previstas nas alíneas (b, c, d, e, f e g,) que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 22.11.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita na alínea "f", caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades previstas no edital e da Lei n.º 14.133/2021.
- 22.12.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 22.13.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 22.14.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis,

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 -  WhatsApp (45) 3521-1377 – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20(vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

- 22.15.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 22.16.** Ainda, nos casos em que couber, serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.
- 22.17.** Caso as multas previstas no edital de licitação não sejam suficientes para indenizar os danos sofridos pela Administração, esta poderá cobrar, administrativa e judicialmente, os prejuízos excedentes, tendo, neste caso, que provar os danos, conforme dispõe o art. 416 do Código Civil Brasileiro.
- 22.18.** Quando da aplicação de multas, o CONTRATANTE notificará à CONTRATADA que terá prazo de 10 (dez) dias para recolher à Tesouraria do CONTRATANTE a importância correspondente, sob pena de incorrer em outras sanções cabíveis.
- 22.19.** Não será aplicada multa se, justificada e comprovadamente, o atraso na execução do serviço advier de caso fortuito ou de força maior.
- 22.20.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26/2022.
- 22.21.** As referências a 'contrato' neste edital compreendem os instrumentos formais de contratação decorrentes da Ata de Registro de Preços.

23. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

- 23.1.** Até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico dirlei.dcs@gmail.com.
- 23.2.** Compete ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação;
- 23.2.1.** A impugnação não enseja efeito suspensivo automático, devendo a Administração respondê-la em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame;
- 23.2.2.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.
- 23.3.** Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 23.4.** Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao Pregoeiro até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico dirlei.dcs@gmail.com.

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - WhatsApp (45) 3521-1377 – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

23.5. O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, prestará os esclarecimentos solicitados em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. Os atos normativos do Município de Foz do Iguaçu/PR referenciados neste Edital podem ser consultados no sítio eletrônico <https://www5.pmfi.pr.gov.br>;

24.2. É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer, sanear ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos;

24.3. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação;

24.4. As decisões do Pregoeiro durante os procedimentos do pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

24.5. As limitações operacionais eventualmente existentes no sistema eletrônico deverão ser interpretadas em conformidade com a legislação aplicável às contratações públicas, não podendo restringir a competitividade, a isonomia ou a adequada condução do certame;

24.6. Na hipótese de incompatibilidade, a condução do procedimento observará a instrução constante do respectivo processo administrativo, **desde que devidamente motivada**, com fundamento na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 32.398/2024, assegurada a observância dos princípios da legalidade, da isonomia, da segurança jurídica e do julgamento objetivo.

25. DO FORO

25.1. Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão que não possa ser resolvida administrativamente, fica definido o foro da Comarca de Foz do Iguaçu/PR, com exclusão de qualquer outro.

Datado e assinado digitalmente

Larissa Ferreira

Secretária Municipal da Administração e Recursos Humanos

Joyce Mara Santos da Paz Silveira

Secretária Municipal de Educação

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - [WhatsApp \(45\) 3521-1377](https://api.whatsapp.com/send?phone=35211377) – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Secretaria requisitante: Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu.

1.2. Definição do objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS, destinados à Alimentação Escolar nas Escolas Municipais, Centros de Educação Infantil, Entidades Filantrópicas e Centros Escola Bairro atendidos pela Secretaria Municipal da Educação, no período de 12 (doze) meses, de acordo com as especificações constantes do edital e seus anexos.

ITEM	CAT MAT	CÓDIGO OXY	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	MÉDIA DE PREÇOS	TOTAL
1	446706	527669	COTA PRINCIPAL - CORRESPONDENTE A 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO) DAS QUANTIDADES TOTAIS DO OBJETO, DESTINADO À PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS QUE ATENDAM AOS REQUISITOS DESTE EDITAL. logurte - Produto lácteo fresco, obtido a partir da fermentação do leite por ação das bactérias <i>Lactobacillus bulgaricus</i> e <i>Streptococcus thermophilus</i> . Parcialmente desnatado, com polpa de frutas naturais nos sabores coco, morango. Pacotes com 1 litro. A temperatura de entrega deverá ser de no máximo 7°C. Transportado em veículo resfriado com temperatura para manter a qualidade do produto. Na embalagem deverá conter data de fabricação, validade e lote.	LITRO	40.232	R\$ 8,19	R\$ 329.500,08
2	446706	527669	COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA MICROEMPRESAS - ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI. logurte - Produto lácteo fresco, obtido a partir da fermentação do leite por ação das bactérias <i>Lactobacillus bulgaricus</i> e <i>Streptococcus thermophilus</i> . Parcialmente desnatado, com polpa de frutas naturais nos sabores coco, morango. Pacotes com 1 litro. A temperatura de entrega deverá ser de no máximo 7°C. Transportado em veículo resfriado com temperatura para manter a qualidade do produto. Na embalagem deverá conter data de fabricação, validade e lote.	LITRO	9768	R\$ 8,19	R\$ 79.999,92
3	446005	510796	COTA PRINCIPAL - CORRESPONDENTE A 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO) DAS QUANTIDADES TOTAIS DO OBJETO, DESTINADO À PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS QUE ATENDAM AOS REQUISITOS DESTE EDITAL. Leite - Tipo C , integral pasteurizado, homogeneizado. Embalados em pacotes de polietileno de 1 litro. Validade mínima de 4 dias a contar da data de entrega. Deverá apresentar os seguintes parâmetros físico-químicos: teor de gordura mínimo 3%; acidez de 0,14 a 0,18 em gramas de ácido láctico/100ml; A temperatura de entrega deverá ser de no máximo 7°C, transportado em veículo resfriado com temperatura para manter a qualidade do produto, conforme normativa 77/2018. Na embalagem deverá conter data de fabricação, validade e lote.	LITRO	215.766	R\$ 5,62	R\$ 1.212.604,92

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - WhatsApp (45) 3521-1377 – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

4	446005	510796	COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA MICROEMPRESAS - ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI. Leite - Tipo C, integral pasteurizado, homogeneizado. Embalados em pacotes de polietileno de 1 litro. Validade mínima de 4 dias a contar da data de entrega. Deverá apresentar os seguintes parâmetros físico químicos: teor de gordura mínimo 3%; acidez de 0,14 a 0,18 em gramas de ácido láctico/100ml; A temperatura de entrega deverá ser de no máximo 7°C, transportado em veículo resfriado com temperatura para manter a qualidade do produto, conforme normativa 77/2018. Na embalagem deverá conter data de fabricação, validade e lote.	LITRO	14.234	R\$ 5,62	R\$ 79.995,08
5	446005	514215	COTA PRINCIPAL - CORRESPONDENTE A 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO) DAS QUANTIDADES TOTAIS DO OBJETO, DESTINADO À PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS QUE ATENDAM AOS REQUISITOS DESTES EDITAIS. Manteiga com sal - De primeira qualidade, creme pasteurizado obtido a partir do leite de vaca. É o produto gorduroso obtido exclusivamente pela bateção e malaxagem, com ou sem modificação biológica de creme pasteurizado derivado exclusivamente do leite de vaca. A matéria gorda da manteiga deverá estar composta exclusivamente de gordura láctea. Não deverá conter: gordura vegetal hidrogenada, corantes e aromatizantes artificiais. Embalagem de 500 gramas. Número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção. Transportado em veículo resfriado com temperatura para manter a qualidade do produto.	UND	6.000	R\$ 25,00	R\$ 150.000,00
6	446005	514215	COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA MICROEMPRESAS - ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI. Manteiga com sal - De primeira qualidade, creme pasteurizado obtido a partir do leite de vaca. É o produto gorduroso obtido exclusivamente pela bateção e malaxagem, com ou sem modificação biológica de creme pasteurizado derivado exclusivamente do leite de vaca. A matéria gorda da manteiga deverá estar composta exclusivamente de gordura láctea. Não deverá conter: gordura vegetal hidrogenada, corantes e aromatizantes artificiais. Embalagem de 500 gramas. Número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção. Transportado em veículo resfriado com temperatura para manter a qualidade do produto.	UND	2.000	R\$ 25,00	R\$ 50.000,00
7	216795	523064	COTA PRINCIPAL - CORRESPONDENTE A 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO) DAS QUANTIDADES TOTAIS DO OBJETO, DESTINADO À PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS QUE ATENDAM AOS REQUISITOS DESTES EDITAIS. Requeijão cremoso – Requeijão cremoso – Produzido com leite/creme de leite pasteurizado, com consistência firme e espalhável. Em embalagem de no mínimo 400 gramas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informação nutricional, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção. Validade mínima de 10 dias a partir da data de entrega. A temperatura de entrega deverá ser de no máximo 7°C, transportado em veículo resfriado com temperatura para manter a qualidade do produto.	UND	11.250	R\$ 15,90	R\$ 178.875,00
8	216795	523064	COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA MICROEMPRESAS - ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI. Requeijão cremoso – Requeijão cremoso – Produzido com leite/creme de leite pasteurizado, com consistência firme e espalhável. Em embalagem de no mínimo 400 gramas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informação nutricional, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção. Validade mínima de 10 dias a partir da data de entrega. A temperatura de entrega deverá ser de no máximo 7°C, transportado em veículo resfriado com temperatura para manter a qualidade do produto.	UND	3750	R\$ 15,90	R\$ 59.625,00

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - WhatsApp (45) 3521-1377 – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

9	451059	519346	COTA PRINCIPAL - CORRESPONDENTE A 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO) DAS QUANTIDADES TOTAIS DO OBJETO, DESTINADO À PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS QUE ATENDAM AOS REQUISITOS DESTE EDITAL. Carne Bovina Moida - De 1º qualidade, Congelada proveniente de patinho de abate recente e deverá conter no máximo 5% de gordura, ser isenta de tecidos inferiores como (cartilagens, ossos, aponeuroses, tendões, coágulos, nodos linfáticos, carnes oriundas da raspa de ossos e carne mecanicamente separada) e ter no máximo 1% de soro na embalagem. Odor característico. A moagem da carne deverá resultar em grânulos grossos, não podendo apresentar aspecto pegajoso/pastoso. Embalado em plástico transparente de 1kg e/ou 2kg a vácuo. Com rótulos e carimbos oficiais (SIM, SIP ou SIF) de acordo com as Portarias do Ministério da Agricultura e Vigilância Sanitária. Deverá ser transportada em veículo refrigerado que preservem a qualidade e as características do alimento congelado. Com certificado de inspeção sanitária e data de validade.	KG	38.244	R\$ 45,54	R\$ 1.741.631,76
10	451059	519346	COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA MICROEMPRESAS - ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI. Carne Bovina Moida - De 1º qualidade, Congelada proveniente de patinho de abate recente e deverá conter no máximo 5% de gordura, ser isenta de tecidos inferiores como (cartilagens, ossos, aponeuroses, tendões, coágulos, nodos linfáticos, carnes oriundas da raspa de ossos e carne mecanicamente separada) e ter no máximo 1% de soro na embalagem. Odor característico. A moagem da carne deverá resultar em grânulos grossos, não podendo apresentar aspecto pegajoso/pastoso. Embalado em plástico transparente de 1kg e/ou 2kg a vácuo. Com rótulos e carimbos oficiais (SIM, SIP ou SIF) de acordo com as Portarias do Ministério da Agricultura e Vigilância Sanitária. Deverá ser transportada em veículo refrigerado que preservem a qualidade e as características do alimento congelado. Com certificado de inspeção sanitária e data de validade.	KG	1756	R\$ 45,54	R\$ 79.968,24
11	454336	514217	COTA PRINCIPAL - CORRESPONDENTE A 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO) DAS QUANTIDADES TOTAIS DO OBJETO, DESTINADO À PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS QUE ATENDAM AOS REQUISITOS DESTE EDITAL. Carne Bovina - Tipo Músculo sem osso, picado em iscas, congelado, proveniente de corte de músculo dianteiro ou traseiro, congelado, durante o processamento deverá ser realizada a aparagem (eliminação da gordura aderida, cartilagem e aponeuroses). Iscas de no máximo 30 gramas. O músculo deverá ser processado sem as partes duras e sem o tendão, com no máximo de 6% de gordura e 1% de soro na embalagem. Embalado em plástico transparente de 1kg e/ou 2kg a vácuo, com rótulos e carimbos oficiais (SIM, SIP ou SIF) de acordo com as Portarias do Ministério da Agricultura e Vigilância Sanitária. Deverá ser transportada em veículo refrigerado que preservem a qualidade e as características do alimento. Com certificado de inspeção sanitária e data de validade.	KG	57.756	R\$ 35,65	R\$ 2.059.001,40
12	454336	514217	COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA MICROEMPRESAS - ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI. Carne Bovina - Tipo Músculo sem osso, picado em iscas, congelado, proveniente de corte de músculo dianteiro ou traseiro, congelado, durante o processamento deverá ser realizada a aparagem (eliminação da gordura aderida, cartilagem e aponeuroses). Iscas de no máximo 30 gramas. O músculo deverá ser processado sem as partes duras e sem o tendão, com no máximo de 6% de gordura e 1% de soro na embalagem. Embalado em plástico transparente de 1kg e/ou 2kg a vácuo, com rótulos e carimbos oficiais (SIM, SIP ou SIF) de acordo com as Portarias do Ministério da Agricultura e Vigilância Sanitária. Deverá ser transportada em veículo refrigerado que preservem a qualidade e as características do alimento. Com certificado de inspeção sanitária e data de validade.	KG	2.244	R\$ 35,65	R\$ 79.998,60

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - [WhatsApp \(45\) 3521-1377](https://api.whatsapp.com/send?phone=35211377) – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

13	447747	60001035	COTA PRINCIPAL - CORRESPONDENTE A 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO) DAS QUANTIDADES TOTAIS DO OBJETO, DESTINADO À PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS QUE ATENDAM AOS REQUISITOS DESTES EDITAIS. Hambúrguer de Carne bovina - Carne tipo Coxão Mole, em formato de hambúrguer de aproximadamente 100g. Produto limpo, sem nervos ou excesso de gordura. Congelado, interfolhado.	UND	44.077	R\$ 5,25	R\$ 231.404,25
14	447747	60001035	COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA MICROEMPRESAS - ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI. Hambúrguer de Carne bovina - Carne tipo Coxão Mole, em formato de hambúrguer de aproximadamente 100g. Produto limpo, sem nervos ou excesso de gordura. Congelado, interfolhado.	UND	14.692	R\$ 5,25	R\$ 77.133,00
15	447451	519348	COTA PRINCIPAL - CORRESPONDENTE A 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO) DAS QUANTIDADES TOTAIS DO OBJETO, DESTINADO À PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS QUE ATENDAM AOS REQUISITOS DESTES EDITAIS. Carne Bovina - Tipo coxão mole em iscas de 30g, Congelado. Durante o processamento deverá ser realizada a aparagem (eliminação da gordura aderida, cartilagem e aponeuroses). Deverá conter no máximo 5% de gordura, ser isenta de tecidos inferiores como cartilagens, ossos, aponeuroses, tendões, coágulos e ter no máximo 1% de soro na embalagem. Embalado em plástico transparente de 1kg e/ou 2kg, a vácuo. Com rótulos e carimbos oficiais (SIM, SIP ou SIF) de acordado com as Portarias do Ministério da Agricultura e Vigilância Sanitária. Com certificado de inspeção sanitária e data de validade. Deverá ser transportada em veículo refrigerado que preservem a qualidade e as características do alimento.	KG	58.112	R\$ 42,36	R\$ 2.461.624,32
16	447451	519348	COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA MICROEMPRESAS - ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI. Carne Bovina - Tipo coxão mole em iscas de 30g, Congelado. Durante o processamento deverá ser realizada a aparagem (eliminação da gordura aderida, cartilagem e aponeuroses). Deverá conter no máximo 5% de gordura, ser isenta de tecidos inferiores como cartilagens, ossos, aponeuroses, tendões, coágulos e ter no máximo 1% de soro na embalagem. Embalado em plástico transparente de 1kg e/ou 2kg, a vácuo. Com rótulos e carimbos oficiais (SIM, SIP ou SIF) de acordado com as Portarias do Ministério da Agricultura e Vigilância Sanitária. Com certificado de inspeção sanitária e data de validade. Deverá ser transportada em veículo refrigerado que preservem a qualidade e as características do alimento.	KG	1.888	R\$ 42,36	R\$ 79.975,68
17	451063	514219	COTA PRINCIPAL - CORRESPONDENTE A 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO) DAS QUANTIDADES TOTAIS DO OBJETO, DESTINADO À PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS QUE ATENDAM AOS REQUISITOS DESTES EDITAIS. Coxa e sobre coxa de frango sem osso - Congelada, limpo com aspecto, cheiro e sabor próprio, sem manchas e parasitas. Não deverá apresentar superfície pegajosa, partes flácidas com indícios de fermentação pútrida. Entregue em pacotes individuais, máximo de 6% de gelo quando adicionado água. Embalagem primária: embalagem de polietileno transparente, contendo identificação do produto, prazo de validade marcas e carimbos oficiais (SIP ou SIF), de acordo com as Portarias do Ministério da agricultura e Vigilância Sanitária. Deverá ser transportada em veículo refrigerado que preservem a qualidade e as características do alimento congelado. Validade mínima de 4 meses, a contar da data de entrega.	KG	89.741	R\$ 15,21	R\$ 1.364.960,61

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - WhatsApp (45) 3521-1377 – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

18	451063	514219	COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA MICROEMPRESAS - ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI. Coxa e sobre coxa de frango sem osso - Congelada, limpo com aspecto, cheiro e sabor próprio, sem manchas e parasitas Não deverá apresentar superfície pegajosa, partes flácidas com indícios de fermentação pútrida. Entregue em pacotes individuais, máximo de 6% de gelo quando adicionado água. Embalagem primária: embalagem de polietileno transparente, contendo identificação do produto, prazo de validade marcas e carimbos oficiais (SIP ou SIF), de acordo com as Portarias do Ministério da agricultura e Vigilância Sanitária. Deverá ser transportada em veículo refrigerado que preservem a qualidade e as características do alimento congelado. Validade mínima de 4 meses, a contar da data de entrega.	KG	5.259	R\$ 15,21	R\$ 79.989,39
19	447619	523058	COTA PRINCIPAL - CORRESPONDENTE A 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO) DAS QUANTIDADES TOTAIS DO OBJETO, DESTINADO À PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS QUE ATENDAM AOS REQUISITOS DESTES EDITAIS. Coxinha da asa - Congelada, limpo com aspecto, cheiro e sabor próprio, sem manchas e parasitas Não deverá apresentar superfície pegajosa, partes flácidas com indícios de fermentação pútrida. Entregue em pacotes individuais, máximo de 6% de gelo quando adicionado água. Embalagem primária: embalagem de polietileno transparente, contendo identificação do produto, prazo de validade marcas e carimbos oficiais (SIP ou SIF), de acordo com as Portarias do Ministério da agricultura e Vigilância Sanitária. Deverá ser transportada em veículo refrigerado que preservem a qualidade e as características do alimento congelado. Validade mínima de 4 meses, a contar da data de entrega.	KG	11.250	R\$ 13,02	R\$ 146.475,00
20	447619	523058	COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA MICROEMPRESAS - ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI. Coxinha da asa - Congelada, limpo com aspecto, cheiro e sabor próprio, sem manchas e parasitas Não deverá apresentar superfície pegajosa, partes flácidas com indícios de fermentação pútrida. Entregue em pacotes individuais, máximo de 6% de gelo quando adicionado água. Embalagem primária: embalagem de polietileno transparente, contendo identificação do produto, prazo de validade marcas e carimbos oficiais (SIP ou SIF), de acordo com as Portarias do Ministério da agricultura e Vigilância Sanitária. Deverá ser transportada em veículo refrigerado que preservem a qualidade e as características do alimento congelado. Validade mínima de 4 meses, a contar da data de entrega.	KG	3.750	R\$ 13,02	R\$ 48.825,00
21	448953	60001048	COTA PRINCIPAL - CORRESPONDENTE A 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO) DAS QUANTIDADES TOTAIS DO OBJETO, DESTINADO À PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS QUE ATENDAM AOS REQUISITOS DESTES EDITAIS. Filé de tilápia - Filé de tilápia, limpo, sem espinhas, sem pele e sem aparas. Carne branca e firme. Congelado. Registro no SIF/SIE/SIM. Glaciamento máximo de 12%.	KG	38.423	R\$ 50,70	R\$ 1.948.046,10
22	448953	60001048	COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA MICROEMPRESAS - ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI. Filé de tilápia - Filé de tilápia, limpo, sem espinhas, sem pele e sem aparas. Carne branca e firme. Congelado. Registro no SIF/SIE/SIM. Glaciamento máximo de 12%.	KG	1.577	R\$ 50,70	R\$ 79.953,90

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - WhatsApp (45) 3521-1377 – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

23	447618	514220	COTA PRINCIPAL - CORRESPONDENTE A 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO) DAS QUANTIDADES TOTAIS DO OBJETO, DESTINADO À PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS QUE ATENDAM AOS REQUISITOS DESTE EDITAL. Filé sassami de frango – Congelado, limpo com aspecto, cheiro e sabor próprio, sem manchas e parasitas Não deverá apresentar superfície pegajosa, partes flácidas com indícios de fermentação pútrida. Entregue em pacotes individuais de 1kg ou 02 kg. Embalagem primária: embalagem de polietileno transparente, contendo identificação do produto, prazo de validade marcas e carimbos oficiais (SIP ou SIF), de acordo com as Portarias do Ministério da agricultura e Vigilância Sanitária. Deverá ser transportada em veículo refrigerado que preservem a qualidade e as características do alimento congelado. Validade mínima de 4 meses, a contar da data de entrega.	KG	55.408	R\$ 17,42	R\$ 965.207,36
24	447618	514220	COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA MICROEMPRESAS - ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI. Filé sassami de frango – Congelado, limpo com aspecto, cheiro e sabor próprio, sem manchas e parasitas Não deverá apresentar superfície pegajosa, partes flácidas com indícios de fermentação pútrida. Entregue em pacotes individuais de 1kg ou 02 kg. Embalagem primária: embalagem de polietileno transparente, contendo identificação do produto, prazo de validade marcas e carimbos oficiais (SIP ou SIF), de acordo com as Portarias do Ministério da agricultura e Vigilância Sanitária. Deverá ser transportada em veículo refrigerado que preservem a qualidade e as características do alimento congelado. Validade mínima de 4 meses, a contar da data de entrega.	KG	4.592	R\$ 17,42	R\$ 79.992,64
25	447615	514231	COTA PRINCIPAL - CORRESPONDENTE A 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO) DAS QUANTIDADES TOTAIS DO OBJETO, DESTINADO À PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS QUE ATENDAM AOS REQUISITOS DESTE EDITAL. Filé de frango Moído - embalado em tubos de 400g Congelada. Com marca do fabricante do produto e registro do órgão de Inspeção Sanitária, data de fabricação, lote e validade mínima de 04 meses a partir da entrega. Apresentar consistência firme, odor e cor característicos. Deverá ser transportada em veículo refrigerado que preservem a qualidade e as características do alimento congelado.	Unidade	33.266	R\$ 11,88	R\$ 395.200,08
26	447615	514231	COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA MICROEMPRESAS - ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI. Filé de frango Moído - embalado em tubos de 400g Congelada. Com marca do fabricante do produto e registro do órgão de Inspeção Sanitária, data de fabricação, lote e validade mínima de 04 meses a partir da entrega. Apresentar consistência firme, odor e cor característicos. Deverá ser transportada em veículo refrigerado que preservem a qualidade e as características do alimento congelado.	Unidade	6.734	R\$ 11,88	R\$ 79.999,92
27	447526	519347	COTA PRINCIPAL - CORRESPONDENTE A 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO) DAS QUANTIDADES TOTAIS DO OBJETO, DESTINADO À PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS QUE ATENDAM AOS REQUISITOS DESTE EDITAL. Pernil suíno em iscas congelado – Pernil suíno em iscas de 30 gramas, contendo 1 ou 2 kg de peso líquido a embalagem primária. Deverá ser transportada em veículo refrigerado que preservem a qualidade e as características do alimento congelado. Apresentar Registro de Rótulo do Produto.	KG	11.250	R\$ 20,97	R\$ 235.912,50
28	447526	519347	COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA MICROEMPRESAS - ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI. Pernil suíno em iscas congelado – Pernil suíno em iscas de 30 gramas, contendo 1 ou 2 kg de peso líquido a embalagem primária. Deverá ser transportada em veículo refrigerado que preservem a qualidade e as características do alimento congelado. Apresentar Registro de Rótulo do Produto.	KG	3.750	R\$ 20,97	R\$ 78.637,50

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - WhatsApp (45) 3521-1377 – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

29	447515	526419	COTA PRINCIPAL - CORRESPONDENTE A 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO) DAS QUANTIDADES TOTAIS DO OBJETO, DESTINADO À PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS QUE ATENDAM AOS REQUISITOS DESTE EDITAL. Copa / Lombo suíno - Copa ou Lombo suíno em peça, sem osso, em pacotes de no máximo 2kg. Deverá ser transportada em veículo refrigerado que preservem a qualidade e as características do alimento congelado. Apresentar Registro de Rótulo do Produto.	Kg	16.750	R\$ 24,61	R\$ 412.217,50
30	447515	526419	COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA MICROEMPRESAS - ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI. Copa / Lombo suíno - Copa ou Lombo suíno em peça, sem osso, em pacotes de no máximo 2kg. Deverá ser transportada em veículo refrigerado que preservem a qualidade e as características do alimento congelado. Apresentar Registro de Rótulo do Produto.	Kg	3250	R\$ 24,61	R\$ 79.982,50
31	463938	493346	COTA PRINCIPAL - CORRESPONDENTE A 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO) DAS QUANTIDADES TOTAIS DO OBJETO, DESTINADO À PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS QUE ATENDAM AOS REQUISITOS DESTE EDITAL. Alho Graúdo - Calibre 6. De primeira qualidade, bulbos inteiros, com dentes de tamanho grande. Isento de umidade, mofo, sujidades ou substâncias estranhas. Limites máximos de resíduos agrotóxicos fixados pela ANVISA.	KG	9.000	R\$ 13,80	R\$ 124.200,00
32	463938	493346	COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA MICROEMPRESAS - ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI. Alho Graúdo - Calibre 6. De primeira qualidade, bulbos inteiros, com dentes de tamanho grande. Isento de umidade, mofo, sujidades ou substâncias estranhas. Limites máximos de resíduos agrotóxicos fixados pela ANVISA.	KG	3.000	R\$ 13,80	R\$ 41.400,00
33	611980	526420	COTA PRINCIPAL - CORRESPONDENTE A 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO) DAS QUANTIDADES TOTAIS DO OBJETO, DESTINADO À PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS QUE ATENDAM AOS REQUISITOS DESTE EDITAL. Alho descascado - Dentes de alho descascados, saltos, in natura, frescos, embalados em pacotes de 1kg. Deverá ser transportado para entrega em carro refrigerado para que preserve a qualidade e característica do produto.	Kg	4.500	R\$ 26,70	R\$ 120.150,00
34	611980	526420	COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA MICROEMPRESAS - ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI. Alho descascado - Dentes de alho descascados, saltos, in natura, frescos, embalados em pacotes de 1kg. Deverá ser transportado para entrega em carro refrigerado para que preserve a qualidade e característica do produto.	Kg	1.500	R\$ 26,70	R\$ 40.050,00
35	463832	60001049	COTA PRINCIPAL - CORRESPONDENTE A 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO) DAS QUANTIDADES TOTAIS DO OBJETO, DESTINADO À PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS QUE ATENDAM AOS REQUISITOS DESTE EDITAL. Alface crespa - Apresentando grau de evolução completo do tamanho, aroma e cor própria. Conservação em condições adequadas para o consumo. Com a ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CENNA. Limites máximos de resíduos agrotóxicos fixados pela ANVISA.	KG	7.500	R\$ 14,72	R\$ 110.400,00

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - WhatsApp (45) 3521-1377 – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

36	463832	60001049	COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA MICROEMPRESAS - ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI. Alface crespa - Apresentando grau de evolução completo do tamanho, aroma e cor própria. Conservação em condições adequadas para o consumo. Com a ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA. Limites máximos de resíduos agrotóxicos fixados pela ANVISA.	KG	2.500	R\$ 14,72	R\$ 36.800,00
37	464374	60001050	COTA PRINCIPAL - CORRESPONDENTE A 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO) DAS QUANTIDADES TOTAIS DO OBJETO, DESTINADO À PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS QUE ATENDAM AOS REQUISITOS DESTE EDITAL. Abacaxi - De primeira, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com a ausência de sujidades, parasitos e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA. Limites máximos de resíduos agrotóxicos fixados pela ANVISA.	UNID	15.000	R\$ 8,21	R\$ 123.150,00
38	464374	60001050	COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA MICROEMPRESAS - ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI. Abacaxi - De primeira, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com a ausência de sujidades, parasitos e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA. Limites máximos de resíduos agrotóxicos fixados pela ANVISA.	UNID	5.000	R\$ 8,21	R\$ 41.050,00
39	274854	523053	COTA PRINCIPAL - CORRESPONDENTE A 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO) DAS QUANTIDADES TOTAIS DO OBJETO, DESTINADO À PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS QUE ATENDAM AOS REQUISITOS DESTE EDITAL. Batata Monalisa - Lisa especial, tamanho médio. Em bom estado sanitário, estar isenta de substâncias estranhas a sua composição. Com aspecto limpo, cor e odor característicos. Não estar danificada por qualquer lesão. Limites máximos de resíduos agrotóxicos fixados pela ANVISA.	KG	22.500	R\$ 2,84	R\$ 63.900,00
40	274854	523053	COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA MICROEMPRESAS - ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI. Batata Monalisa - Lisa especial, tamanho médio. Em bom estado sanitário, estar isenta de substâncias estranhas a sua composição. Com aspecto limpo, cor e odor característicos. Não estar danificada por qualquer lesão. Limites máximos de resíduos agrotóxicos fixados pela ANVISA.	KG	7.500	R\$ 2,84	R\$ 21.300,00
41	463761	60001053	COTA PRINCIPAL - CORRESPONDENTE A 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO) DAS QUANTIDADES TOTAIS DO OBJETO, DESTINADO À PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS QUE ATENDAM AOS REQUISITOS DESTE EDITAL. Batata Doce - De primeira, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com a ausência de sujidades, parasitos e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA. Limites máximos de resíduos agrotóxicos fixados pela ANVISA.	KG	21.000	R\$ 5,40	R\$ 113.400,00
42	463761	60001053	COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA MICROEMPRESAS - ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI. Batata Doce - De primeira, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com a ausência de sujidades, parasitos e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA. Limites máximos de resíduos agrotóxicos fixados pela ANVISA.	KG	7.000	R\$ 5,40	R\$ 37.800,00

UASG: 987563 - PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - WhatsApp (45) 3521-1377 - dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br - dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

43	464449	514225	COTA PRINCIPAL - CORRESPONDENTE A 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO) DAS QUANTIDADES TOTAIS DO OBJETO, DESTINADO À PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS QUE ATENDAM AOS REQUISITOS DESTE EDITAL. Banana caturra – Em pencas, semi-madura, tamanho médio em caixas de 20 kg. Procedente de espécie sadia, fresca, não estar danificada por qualquer lesão de origem física, mecânica ou biológica que afetem sua aparência. Com características sensoriais próprias. Deve estar isenta de substâncias terrosas, sujidades, parasitas, larvas, resíduos de defensivos agrícolas. Limites máximos de resíduos agrotóxicos fixados pela ANVISA. A maturação deverá permitir e suportar a manipulação, transporte e conservação em condições adequadas para o consumo imediato e imediato.	KG	15.000	R\$ 5,39	R\$ 80.850,00
44	464449	514225	COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA MICROEMPRESAS - ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI. Banana caturra – Em pencas, semi-madura, tamanho médio em caixas de 20 kg. Procedente de espécie sadia, fresca, não estar danificada por qualquer lesão de origem física, mecânica ou biológica que afetem sua aparência. Com características sensoriais próprias. Deve estar isenta de substâncias terrosas, sujidades, parasitas, larvas, resíduos de defensivos agrícolas. Limites máximos de resíduos agrotóxicos fixados pela ANVISA. A maturação deverá permitir e suportar a manipulação, transporte e conservação em condições adequadas para o consumo imediato e imediato.	KG	5.000	R\$ 5,39	R\$ 26.950,00
45	366261	493348	COTA PRINCIPAL - CORRESPONDENTE A 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO) DAS QUANTIDADES TOTAIS DO OBJETO, DESTINADO À PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS QUE ATENDAM AOS REQUISITOS DESTE EDITAL. Cebola branca – Tamanho médio, obtida de matéria prima vegetal em bom estado sanitário, estar isento de substâncias estranhas a sua composição, com casca protetora, com cor e odor característico. Apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Não estar danificada por qualquer lesão. Limites máximos de resíduos agrotóxicos fixados pela ANVISA. Com a ausência de sujidades, parasitos e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA.	KG	26.250	R\$ 4,29	R\$ 112.612,50
46	366261	493348	COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA MICROEMPRESAS - ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI. Cebola branca – Tamanho médio, obtida de matéria prima vegetal em bom estado sanitário, estar isento de substâncias estranhas a sua composição, com casca protetora, com cor e odor característico. Apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Não estar danificada por qualquer lesão. Limites máximos de resíduos agrotóxicos fixados pela ANVISA. Com a ausência de sujidades, parasitos e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA.	KG	8.750	R\$ 4,29	R\$ 37.537,50
47	226263	493349	COTA PRINCIPAL - CORRESPONDENTE A 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO) DAS QUANTIDADES TOTAIS DO OBJETO, DESTINADO À PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS QUE ATENDAM AOS REQUISITOS DESTE EDITAL. Cenoura - Obtida de matéria prima vegetal em bom estado sanitário, estar isento de substâncias estranhas a sua composição, tamanho médio. Com aspecto limpo, cor e odor característico. Não estar danificada por qualquer lesão. Limites máximos de resíduos agrotóxicos fixados pela ANVISA.	KG	18.000	R\$ 6,14	R\$ 110.520,00

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - WhatsApp (45) 3521-1377 – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

48	226263	493349	COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA MICROEMPRESAS - ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI. Cenoura - Obtida de matéria prima vegetal em bom estado sanitário, estar isento de substâncias estranhas a sua composição, tamanho médio. Com aspecto limpo, cor e odor característico. Não estar danificada por qualquer lesão. Limites máximos de resíduos agrotóxicos fixados pela ANVISA.	KG	6.000	R\$ 6,14	R\$ 36.840,00
49	228756	514223	COTA PRINCIPAL - CORRESPONDENTE A 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO) DAS QUANTIDADES TOTAIS DO OBJETO, DESTINADO À PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS QUE ATENDAM AOS REQUISITOS DESTES EDITAIS. Tomate - Obtida de matéria prima vegetal em bom estado sanitário, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Frescos e sadios. Deve estar isento de umidade externa anormal e substâncias estranhas a sua composição. Com aspecto limpo, cor e odor característico. Adequadas aos limites máximos de resíduos agrotóxicos fixados pela ANVISA.	KG	45.000	R\$ 4,62	R\$ 207.900,00
50	228756	514223	COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA MICROEMPRESAS - ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI. Tomate - Obtida de matéria prima vegetal em bom estado sanitário, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Frescos e sadios. Deve estar isento de umidade externa anormal e substâncias estranhas a sua composição. Com aspecto limpo, cor e odor característico. Adequadas aos limites máximos de resíduos agrotóxicos fixados pela ANVISA.	KG	15.000	R\$ 4,62	R\$ 69.300,00
51	467414	514224	COTA PRINCIPAL - CORRESPONDENTE A 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO) DAS QUANTIDADES TOTAIS DO OBJETO, DESTINADO À PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS QUE ATENDAM AOS REQUISITOS DESTES EDITAIS. Repolho verde - Obtida de matéria prima vegetal em bom estado sanitário, estar isento de substâncias estranhas a sua composição. Com aspecto limpo, cor e odor característico. Não estar danificada por qualquer lesão. Livres das folhas externas sujas de terra. Limites máximos de resíduos agrotóxicos fixados pela ANVISA. A maturação deverá permitir e suportar a manipulação, transporte e conservação em condições adequadas para o consumo mediato e imediato.	KG	22.500	R\$ 6,95	R\$ 156.375,00
52	467414	514224	COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA MICROEMPRESAS - ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI. Repolho verde - Obtida de matéria prima vegetal em bom estado sanitário, estar isento de substâncias estranhas a sua composição. Com aspecto limpo, cor e odor característico. Não estar danificada por qualquer lesão. Livres das folhas externas sujas de terra. Limites máximos de resíduos agrotóxicos fixados pela ANVISA. A maturação deverá permitir e suportar a manipulação, transporte e conservação em condições adequadas para o consumo mediato e imediato.	KG	7.500	R\$ 6,95	R\$ 52.125,00
53	464393	493356	COTA PRINCIPAL - CORRESPONDENTE A 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO) DAS QUANTIDADES TOTAIS DO OBJETO, DESTINADO À PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS QUE ATENDAM AOS REQUISITOS DESTES EDITAIS. Laranja pêra - Procedente de espécie genuína e sã. Fresca, ter atingido o grau máximo de tamanho, aroma, cor e sabor próprio da variedade. Não estar golpeada ou danificada por quaisquer lesões de natureza mecânica ou biológica que afetem sua aparência. Isenta de rachaduras e cortes na casca, resíduos de defensivos agrícolas, sujidades. Limites máximos de resíduos agrotóxicos fixados pela ANVISA. A maturação deverá permitir e suportar a manipulação, transporte e conservação em condições adequadas para o consumo mediato e imediato.	KG	52.500	R\$ 3,33	R\$ 174.825,00

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - [WhatsApp \(45\) 3521-1377](https://api.whatsapp.com/send?phone=35211377) – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

54	464393	493356	COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA MICROEMPRESAS - ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI. Laranja pêra - Procedente de espécie genuína e sã. Fresca, ter atingido o grau máximo de tamanho, aroma, cor e sabor próprio da variedade. Não estar golpeada ou danificada por quaisquer lesões de natureza mecânica ou biológica que afetam sua aparência. Isenta de rachaduras e cortes na casca, resíduos de defensivos agrícolas, sujidades. Limites máximos de resíduos agrotóxicos fixados pela ANVISA. A maturação deverá permitir e suportar a manipulação, transporte e conservação em condições adequadas para o consumo mediato e imediato.	KG	17.500	R\$ 3,33	R\$ 58.275,00
55	464405	493357	COTA PRINCIPAL - CORRESPONDENTE A 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO) DAS QUANTIDADES TOTAIS DO OBJETO, DESTINADO À PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS QUE ATENDAM AOS REQUISITOS DESTES EDITAIS. Mamão - formosa maduro, tamanho médio. Procedente de espécie sã, não estar danificada por qualquer lesão de origem física, mecânica ou biológica que afetem sua aparência. Deve estar isenta de substâncias terrosas, sujidades, parasitos, larvas. Limites máximos de resíduos agrotóxicos fixados pela ANVISA. A maturação deverá permitir e suportar a manipulação, transporte e conservação em condições adequadas para o consumo mediato e imediato.	KG	22.500	R\$ 7,71	R\$ 173.475,00
56	464405	493357	COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA MICROEMPRESAS - ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI. Mamão - formosa maduro, tamanho médio. Procedente de espécie sã, não estar danificada por qualquer lesão de origem física, mecânica ou biológica que afetem sua aparência. Deve estar isenta de substâncias terrosas, sujidades, parasitos, larvas. Limites máximos de resíduos agrotóxicos fixados pela ANVISA. A maturação deverá permitir e suportar a manipulação, transporte e conservação em condições adequadas para o consumo mediato e imediato.	KG	7.500	R\$ 7,71	R\$ 57.825,00
57	464402	493358	COTA PRINCIPAL - CORRESPONDENTE A 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO) DAS QUANTIDADES TOTAIS DO OBJETO, DESTINADO À PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS QUE ATENDAM AOS REQUISITOS DESTES EDITAIS. Maçã – Tipo fugi ou gala, procedente de espécie genuína e sã de tamanho médio. Fresca, ter atingido o grau máximo de tamanho, aroma, cor e sabor próprio da variedade. Não estar golpeada ou danificada por quaisquer lesões de natureza sua aparência. Isento de rachaduras e cortes na casca, resíduos de defensivos agrícolas e sujidade mecânica ou biológica que afetam Limites máximos de resíduos agrotóxicos fixados pela ANVISA. A maturação deverá permitir e suportar a manipulação, transporte e conservação em condições adequadas para o consumo mediato e imediato.	KG	87.578	R\$ 6,44	R\$ 564.002,32
58	464402	493358	COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA MICROEMPRESAS - ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI. Maçã – Tipo fugi ou gala, procedente de espécie genuína e sã de tamanho médio. Fresca, ter atingido o grau máximo de tamanho, aroma, cor e sabor próprio da variedade. Não estar golpeada ou danificada por quaisquer lesões de natureza sua aparência. Isento de rachaduras e cortes na casca, resíduos de defensivos agrícolas e sujidade mecânica ou biológica que afetam Limites máximos de resíduos agrotóxicos fixados pela ANVISA. A maturação deverá permitir e suportar a manipulação, transporte e conservação em condições adequadas para o consumo mediato e imediato.	KG	12.422	R\$ 6,44	R\$ 79.997,68

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - WhatsApp (45) 3521-1377 – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

59	464406	504340	COTA PRINCIPAL - CORRESPONDENTE A 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO) DAS QUANTIDADES TOTAIS DO OBJETO, DESTINADO À PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS QUE ATENDAM AOS REQUISITOS DESTES EDITAIS. Manga Tommy – Procedente de espécie genuína e sã de tamanho médio. Fresca, ter atingido o grau máximo de tamanho, aroma, cor e sabor próprio da variedade. Não estar golpeada ou danificada por quaisquer lesões de natureza sua aparência. Isento de rachaduras e cortes na casca, resíduos de defensivos agrícolas e sujidade mecânica ou biológica que afetam Limites máximos de resíduos agrotóxicos fixados pela ANVISA. A maturação deverá permitir e suportar a manipulação, transporte e conservação em condições adequadas para o consumo mediato e imediato.	KG	18.750	R\$ 6,48	R\$ 121.500,00
60	464406	504340	COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA MICROEMPRESAS - ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI. Manga Tommy – Procedente de espécie genuína e sã de tamanho médio. Fresca, ter atingido o grau máximo de tamanho, aroma, cor e sabor próprio da variedade. Não estar golpeada ou danificada por quaisquer lesões de natureza sua aparência. Isento de rachaduras e cortes na casca, resíduos de defensivos agrícolas e sujidade mecânica ou biológica que afetam Limites máximos de resíduos agrotóxicos fixados pela ANVISA. A maturação deverá permitir e suportar a manipulação, transporte e conservação em condições adequadas para o consumo mediato e imediato.	KG	6.250	R\$ 6,48	R\$ 40.500,00
61	467420	504341	COTA PRINCIPAL - CORRESPONDENTE A 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO) DAS QUANTIDADES TOTAIS DO OBJETO, DESTINADO À PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS QUE ATENDAM AOS REQUISITOS DESTES EDITAIS. Melão – De 1ª qualidade, amarelo, casca sã, firme, sem rachaduras, sem danos físicos ou mecânicos. Devendo estar bem desenvolvidos e maduros, devendo apresentar 80 a 90% de maturação. Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem.	KG	22.500	R\$ 5,17	R\$ 116.325,00
62	467420	504341	COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA MICROEMPRESAS - ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI. Melão – De 1ª qualidade, amarelo, casca sã, firme, sem rachaduras, sem danos físicos ou mecânicos. Devendo estar bem desenvolvidos e maduros, devendo apresentar 80 a 90% de maturação. Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem.	KG	7.500	R\$ 5,17	R\$ 38.775,00
63	467419	494207	COTA PRINCIPAL - CORRESPONDENTE A 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO) DAS QUANTIDADES TOTAIS DO OBJETO, DESTINADO À PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS QUE ATENDAM AOS REQUISITOS DESTES EDITAIS. Melancia - Graúda, de boa qualidade bem desenvolvida e madura, tamanho e coloração uniforme com polpa firme e intacta. Livre de danificações, rachaduras, sujidades, parasitas e larvas. Limites máximos de resíduos de agrotóxicos fixados pela ANVISA.	KG	37.500	R\$ 2,37	R\$ 88.875,00
64	467419	494207	COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA MICROEMPRESAS - ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI. Melancia - Graúda, de boa qualidade bem desenvolvida e madura, tamanho e coloração uniforme com polpa firme e intacta. Livre de danificações, rachaduras, sujidades, parasitas e larvas. Limites máximos de resíduos de agrotóxicos fixados pela ANVISA.	KG	12.500	R\$ 2,37	R\$ 29.625,00

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - [WhatsApp \(45\) 3521-1377](https://api.whatsapp.com/send?phone=554135211377) – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

65	464425	523061	COTA PRINCIPAL - CORRESPONDENTE A 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO) DAS QUANTIDADES TOTAIS DO OBJETO, DESTINADO À PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS QUE ATENDAM AOS REQUISITOS DESTES EDITAIS. Pêra Willians – Procedente de espécie genuína e sã de tamanho médio. Fresca, ter atingido o grau máximo de tamanho, aroma, cor e sabor próprio da variedade. Não estar golpeada ou danificada por quaisquer lesões de natureza sua aparência. Isento de rachaduras e cortes na casca, resíduos de defensivos agrícolas e sujidade mecânica ou biológica que afetam Limites máximos de resíduos agrotóxicos fixados pela ANVISA. A maturação deverá permitir e suportar a manipulação, transporte e conservação em condições adequadas para o consumo mediato e imediato.	Kg	18.750	R\$ 10,05	R\$ 188.437,50
66	464425	523061	COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA MICROEMPRESAS - ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI. Pêra Willians – Procedente de espécie genuína e sã de tamanho médio. Fresca, ter atingido o grau máximo de tamanho, aroma, cor e sabor próprio da variedade. Não estar golpeada ou danificada por quaisquer lesões de natureza sua aparência. Isento de rachaduras e cortes na casca, resíduos de defensivos agrícolas e sujidade mecânica ou biológica que afetam Limites máximos de resíduos agrotóxicos fixados pela ANVISA. A maturação deverá permitir e suportar a manipulação, transporte e conservação em condições adequadas para o consumo mediato e imediato.	Kg	6.250	R\$ 10,05	R\$ 62.812,50
67	446617	493359	COTA PRINCIPAL - CORRESPONDENTE A 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO) DAS QUANTIDADES TOTAIS DO OBJETO, DESTINADO À PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS QUE ATENDAM AOS REQUISITOS DESTES EDITAIS. Ovos - De galinha, tipo extragrande, vermelhos ou brancos, frescos, sadios, e intactos, livres de sujidades, rachaduras e orifícios. Cor e aroma próprios. O produto deverá apresentar registro, no mínimo em um órgão municipal de inspeção competente. A embalagem deve ser do tipo estojo ou bandeja para 30 unidades e ser própria para acondicionamento de ovos. Deverá permitir aeração dos ovos. Validade mínima no ato de entrega deve ser de 20 dias.	CARTE LA	56.336	R\$ 21,83	R\$ 1.229.814,88
68	446617	493359	COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA MICROEMPRESAS - ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI. Ovos - De galinha, tipo extragrande, vermelhos ou brancos, frescos, sadios, e intactos, livres de sujidades, rachaduras e orifícios. Cor e aroma próprios. O produto deverá apresentar registro, no mínimo em um órgão municipal de inspeção competente. A embalagem deve ser do tipo estojo ou bandeja para 30 unidades e ser própria para acondicionamento de ovos. Deverá permitir aeração dos ovos. Validade mínima no ato de entrega deve ser de 20 dias.	CARTE LA	3.664	R\$ 21,83	R\$ 79.985,12
69	464468	514227	COTA PRINCIPAL - CORRESPONDENTE A 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO) DAS QUANTIDADES TOTAIS DO OBJETO, DESTINADO À PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS QUE ATENDAM AOS REQUISITOS DESTES EDITAIS. Polpa de Fruta - Congelada, embalada em pacotes de 01 kg, sabor uva, manga, morango, acerola com laranja, frutas vermelhas. Rótulo conforme legislação vigente e registro no MAPA. Transportado em veículo resfriado com temperatura para manter a qualidade do produto.	KG	27.431	R\$ 31,13	R\$ 853.927,03
70	464468	514227	COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA MICROEMPRESAS - ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI. Polpa de Fruta - Congelada, embalada em pacotes de 01 kg, sabor uva, manga, morango, acerola com laranja, frutas vermelhas. Rótulo conforme legislação vigente e registro no MAPA. Transportado em veículo resfriado com temperatura para manter a qualidade do produto.	KG	2.569	R\$ 31,13	R\$ 79.972,97

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - WhatsApp (45) 3521-1377 – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

71	446637	523062	COTA PRINCIPAL - CORRESPONDENTE A 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO) DAS QUANTIDADES TOTAIS DO OBJETO, DESTINADO À PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS QUE ATENDAM AOS REQUISITOS DESTE EDITAL. Queijo tipo mussarela – Resfriado, fatiado 15 g por fatia acondicionada em embalagens plásticas, de 200 gramas. No rótulo deve conter dados do fabricante, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade, lote serviço de inspeção e descrição conforme legislação vigente. Entregue em embalagens secundária resistente.	KG	23.193	R\$ 44,26	R\$ 1.026.522,18
72	446637	523062	COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA MICROEMPRESAS - ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI. Queijo tipo mussarela – Resfriado, fatiado 15 g por fatia acondicionada em embalagens plásticas, de 200 gramas. No rótulo deve conter dados do fabricante, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade, lote serviço de inspeção e descrição conforme legislação vigente. Entregue em embalagens secundária resistente.	KG	1807	R\$ 44,26	R\$ 79.977,82
73	470690	514228	COTA PRINCIPAL - CORRESPONDENTE A 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO) DAS QUANTIDADES TOTAIS DO OBJETO, DESTINADO À PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS QUE ATENDAM AOS REQUISITOS DESTE EDITAL. Pão, tipo caseirinho – Unidade de 50g após assado. Produto obtido pela cocção, em condições técnicas adequadas, massa preparada com farinha de trigo enriquecida especial, com fermento biológico, água, ovo e sal. Deverá ser fresco, macio, isento de impurezas e corpos estranhos. Não deve ser embalado quente. Embalagem de polietileno atóxico transparente, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação, validade e registro no SIM ou SIF. Cada pacote deverá conter 1 kg com 20 unidades de pães.	PCT	195.398	R\$ 17,38	R\$ 3.396.017,24
74	470690	514228	COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA MICROEMPRESAS - ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI. Pão, tipo caseirinho – Unidade de 50g após assado. Produto obtido pela cocção, em condições técnicas adequadas, massa preparada com farinha de trigo enriquecida especial, com fermento biológico, água, ovo e sal. Deverá ser fresco, macio, isento de impurezas e corpos estranhos. Não deve ser embalado quente. Embalagem de polietileno atóxico transparente, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação, validade e registro no SIM ou SIF. Cada pacote deverá conter 1 kg com 20 unidades de pães.	PCT	4.602	R\$ 17,38	R\$ 79.982,76
75	620868	60001037	COTA PRINCIPAL - CORRESPONDENTE A 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO) DAS QUANTIDADES TOTAIS DO OBJETO, DESTINADO À PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS QUE ATENDAM AOS REQUISITOS DESTE EDITAL. Pão, tipo caseirinho sem ovos e leite – Unidade de 50g após assado. Produto obtido pela cocção, em condições técnicas adequadas, massa preparada com farinha de trigo enriquecida especial, com fermento biológico, água e sal, sem gordura trans, ovos e leite. Deverá ser fresco, macio, isento de impurezas e corpos estranhos. Não deve ser embalado quente. Embalagem de polietileno atóxico transparente, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação, validade e registro no SIM ou SIF. Cada pacote deverá conter 1 kg com 20 unidades de pães.	PCT	7.500	R\$ 19,26	R\$ 144.450,00
76	620868	60001037	COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA MICROEMPRESAS - ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI. Pão, tipo caseirinho sem ovos e leite – Unidade de 50g após assado. Produto obtido pela cocção, em condições técnicas adequadas, massa preparada com farinha de trigo enriquecida especial, com fermento biológico, água e sal, sem gordura trans, ovos e leite. Deverá ser fresco, macio, isento de impurezas e corpos estranhos. Não deve ser embalado quente. Embalagem de	PCT	2.500	R\$ 19,26	R\$ 48.150,00

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - WhatsApp (45) 3521-1377 – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

			polietileno atóxico transparente, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação, validade e registro no SIM ou SIF. Cada pacote deverá conter 1 kg com 20 unidades de pães.				
77	470690	60001055	COTA PRINCIPAL - CORRESPONDENTE A 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO) DAS QUANTIDADES TOTAIS DO OBJETO, DESTINADO À PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS QUE ATENDAM AOS REQUISITOS DESTE EDITAL. Pão, tipo hambúrguer de brioche – Unidade de no mínimo 50g após assado. Produto obtido pela cocção, em condições técnicas adequadas, massa preparada com farinha de trigo enriquecida especial, com fermento biológico, água e sal. Deverá ser fresco, macio, isento de impurezas e corpos estranhos. Não deve ser embalado quente. Embalagem de polietileno atóxico transparente, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação, validade e registro no SIM ou SIF. Cada pacote deverá conter 1 kg com 20 unidades de pães.	KG	26.786	R\$ 24,89	R\$ 666.703,54
78	470690	60001055	COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA MICROEMPRESAS - ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI. Pão, tipo hambúrguer de brioche – Unidade de no mínimo 50g após assado. Produto obtido pela cocção, em condições técnicas adequadas, massa preparada com farinha de trigo enriquecida especial, com fermento biológico, água e sal. Deverá ser fresco, macio, isento de impurezas e corpos estranhos. Não deve ser embalado quente. Embalagem de polietileno atóxico transparente, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação, validade e registro no SIM ou SIF. Cada pacote deverá conter 1 kg com 20 unidades de pães.	KG	3.214	R\$ 24,89	R\$ 79.996,46
79	462773	525004	COTA PRINCIPAL - CORRESPONDENTE A 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO) DAS QUANTIDADES TOTAIS DO OBJETO, DESTINADO À PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS QUE ATENDAM AOS REQUISITOS DESTE EDITAL. Picolé de laranja (palito) – Sem adição de açúcar. Composto 100% suco de laranja integral, polpa de laranja, sem adição de conservantes. Rótulo deverá conter a identificação do produto, ingredientes, tabela nutricional, validade, peso, lote e fabricante. A entrega do produto deverá ser realizada em veículo com refrigeração, veículo deverá possuir alvará sanitário. Embalagem de 60g.	UNID	25.500	R\$ 3,47	R\$ 88.485,00
80	462773	525004	COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA MICROEMPRESAS - ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI. Picolé de laranja (palito) – Sem adição de açúcar. Composto 100% suco de laranja integral, polpa de laranja, sem adição de conservantes. Rótulo deverá conter a identificação do produto, ingredientes, tabela nutricional, validade, peso, lote e fabricante. A entrega do produto deverá ser realizada em veículo com refrigeração, veículo deverá possuir alvará sanitário. Embalagem de 60g.	UNID	8.500	R\$ 3,47	R\$ 29.495,00
81	462773	526423	COTA PRINCIPAL - CORRESPONDENTE A 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO) DAS QUANTIDADES TOTAIS DO OBJETO, DESTINADO À PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS QUE ATENDAM AOS REQUISITOS DESTE EDITAL. Picolé de uva integral (palito) – Sem adição de açúcar. Composto 100% suco de uva integral e polpa de uva, sem adição de conservantes. Rótulo deverá conter a identificação do produto, ingredientes, tabela nutricional, validade, peso, lote e fabricante. A entrega do produto deverá ser realizada em veículo com refrigeração, veículo deverá possuir alvará sanitário. Embalagem de 60g.	UNID	25.500	R\$ 4,06	R\$ 103.530,00

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - [WhatsApp \(45\) 3521-1377](https://api.whatsapp.com/send?phone=35211377) – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

82	462773	526423	COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA MICROEMPRESAS - ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI. Picolé de uva integral (palito) - Sem adição de açúcar. Composto 100% suco de uva integral e polpa de uva, sem adição de conservantes. Rótulo deverá conter a identificação do produto, ingredientes, tabela nutricional, validade, peso, lote e fabricante. A entrega do produto deverá ser realizada em veículo com refrigeração, veículo deverá possuir alvará sanitário. Embalagem de 60g.	UNID	8.500	R\$ 4,06	R\$ 34.510,00
83	460495	60001038	COTA PRINCIPAL - CORRESPONDENTE A 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO) DAS QUANTIDADES TOTAIS DO OBJETO, DESTINADO À PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS QUE ATENDAM AOS REQUISITOS DESTE EDITAL. Pão de queijo (enrolado) - Pão de queijo congelado, pronto para assar, elaborado com polvilho, queijo, leite, ovos, óleo vegetal e sal. Isento de gordura vegetal hidrogenada e gordura trans industrial. Não deverá conter corante e aromatizantes artificiais. Embalagem com 1kg.	PCT	7.500	R\$ 30,20	R\$ 226.500,00
84	460495	60001038	COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA MICROEMPRESAS - ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI. Pão de queijo (enrolado) - Pão de queijo congelado, pronto para assar, elaborado com polvilho, queijo, leite, ovos, óleo vegetal e sal. Isento de gordura vegetal hidrogenada e gordura trans industrial. Não deverá conter corante e aromatizantes artificiais. Embalagem com 1kg.	PCT	2.500	R\$ 30,20	R\$ 75.500,00
85	620956	60001046	ITEM EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS- ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE-PP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL-MEI. Iogurte Vegano - Produzido a base de leite vegetal, com polpa de frutas naturais no sabor de coco e morango. Embalagem com 170 g. Embalagem íntegra, sem mofo, contendo as informações nutricionais, ingredientes, data de fabricação e validade mínima de dois meses a contar da data de entrega, lote, gramatura.	UND	4.000	R\$ 10,78	R\$ 43.120,00
86	425288	60001047	ITEM EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS- ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE-PP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL-MEI. Requeijão cremoso zero lactose - Produzido com leite/creme de leite pasteurizado com consistência firme e espalhável e com enzima lactase. Em embalagem de 180 a 200 gramas. rótulo com identificação do produto, conforme legislação vigente e registro no MAPA. Devidamente rotulada, contendo dados do fabricante, lote/data de fabricação, registro no SIF e validade.	UND	2.500	R\$ 12,88	R\$ 32.200,00
87	462825	506802	ITEM EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS- ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE-PP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL-MEI. Seleta de Legumes - Contendo brócolis, cenoura, batata, ervilha e milho picados e congelados por branqueamento. Não deverá conter aditivos e conservantes. Embalado e armazenado nos padrões técnicos, grãos uniformes, embalados em sacos plásticos de polietileno resistentes de 1 kg. Deverá ser transportada em veículo refrigerado que preservem a qualidade e as características do alimento.	PCT	3.000	R\$ 21,80	R\$ 65.400,00
88	463747	60001036	ITEM EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS- ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE-PP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL-MEI. Abobrinha verde paulista - Apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com a ausência de sujidades, parasitos e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CENIPA. Limites máximos de resíduos agrotóxicos fixados pela ANVISA.	KG	8.000	R\$ 6,67	R\$ 53.360,00

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - WhatsApp (45) 3521-1377 – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

89	463746	60001051	ITEM EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS- ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE-PP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL-MEI. Abobora moranga – De primeira, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com a ausência de sujidades, parasitos e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA. Limites máximos de resíduos agrotóxicos fixados pela ANVISA.	KG	8.000	R\$ 3,95	R\$ 31.600,00
90	463818	60001052	ITEM EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS- ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE-PP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL-MEI. Acelga – In natura de primeira apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com a ausência de sujidades, parasitos e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA. Limites máximos de resíduos agrotóxicos fixados pela ANVISA.	UND	5.000	R\$ 5,86	R\$ 29.300,00
91	226227	494197	ITEM EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS- ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE-PP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL-MEI. Beterraba – Procedentes de espécies de vegetais genuínos, Serem frescos, colhidos ao atingirem o grau normal de evolução do tamanho e apresentados ao consumo em perfeito estado de desenvolvimento do aroma, cor e sabor próprios; Livres de enfermidades, terra aderida, sujidades, parasitos e larvas; e estarem isentas de umidade externa anormal, odor e sabor estranhos; Limites Máximos de resíduos de agrotóxicos fixados pela ANVISA.	KG	8.000	R\$ 5,56	R\$ 44.480,00
92	615260	60001054	ITEM EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS- ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE-PP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL-MEI. Cebolinha verde – Apresentando grau de evolução completo tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Maços de 200 gramas cada. Com a ausência de sujidades, parasitos e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA. Limites máximos de resíduos agrotóxicos fixados pela ANVISA.	MAÇO	3.000	R\$ 5,30	R\$ 15.900,00
93	463779	505153	ITEM EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS- ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE-PP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL-MEI. Chuchu – De primeira, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com a ausência de sujidades, parasitos e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA. Limites máximos de resíduos agrotóxicos fixados pela ANVISA.	KG	5.000	R\$ 3,83	R\$ 19.150,00
94	481109	523057	ITEM EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS- ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE-PP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL-MEI. Couve manteiga – Folha de tamanho média a grandes, obtida de matéria prima vegetal em bom estado sanitário, estar isento de substâncias estranhas a sua composição. Com aspecto limpo, cor e odor característico. Não estar danificada por qualquer lesão. Limites máximos de resíduos agrotóxicos fixados pela ANVISA.	Kg	8.000	R\$ 6,41	R\$ 51.280,00
95	463801	523060	ITEM EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS- ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE-PP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL-MEI. Pepino japonês - Tamanho médio, obtida de matéria prima vegetal em bom estado sanitário, estar isento de substâncias estranhas a sua composição. Com aspecto limpo, cor e odor característico. Não estar danificada por qualquer lesão. Limites máximos de resíduos agrotóxicos fixados pela ANVISA.	Kg	8.000	R\$ 6,19	R\$ 49.520,00

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - WhatsApp (45) 3521-1377 – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

96	464447	510799	ITEM EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS- ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE-PP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL-MEI. Morango - Procedente de espécie genuína e sã de tamanho médio. Fresca, ter atingido o grau máximo de tamanho, aroma, cor e sabor próprio da variedade. Não estar golpeada ou danificada por quaisquer lesões de natureza sua aparência. Isento de rachaduras e cortes na casca, resíduos de defensivos agrícolas e sujidade mecânica ou biológica que afetam Limites máximos de resíduos agrotóxicos fixados pela ANVISA. A maturação deverá permitir e suportar a manipulação, transporte e conservação em condições adequadas para o consumo mediato e imediato.	KG	2.000	R\$ 35,27	R\$ 70.540,00
97	464365	523065	ITEM EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS- ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE-PP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL-MEI. Uva - Variedade sem semente (Vitória, Thompson, Crimson ou Gota de Mel) - Procedente de espécie genuína e sã de tamanho médio. Fresca, ter atingido o grau máximo de tamanho, aroma, cor e sabor próprio da variedade. Não estar golpeada ou danificada por quaisquer lesões de natureza sua aparência. Isento de rachaduras e cortes na casca, resíduos de defensivos agrícolas e sujidade mecânica ou biológica que afetam Limites máximos de resíduos agrotóxicos fixados pela ANVISA. A maturação deverá permitir e suportar a manipulação, transporte e conservação em condições adequadas para o consumo mediato e imediato.	KG	3.000	R\$ 18,50	R\$ 55.500,00
98	446635	523063	ITEM EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS- ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE-PP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL-MEI. Queijo tipo mussarela zero lactose - Resfriado, fatiado 15 g por fatia acondicionada em embalagens plásticas de no mínimo 150 gramas. No rótulo deve conter dados do fabricante, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade, lote serviço de inspeção, 0% lactose e descrição conforme legislação vigente. Entregue em embalagens secundária resistente.	KG	5.000	R\$ 13,84	R\$ 69.200,00
VALOR TOTAL:						R\$ 27.440.917,25	

1.3. As especificações e os descritivos técnicos dos produtos constantes neste Termo de Referência foram elaborados com base rigorosa nas exigências nutricionais dos alunos, em estrita observância às diretrizes de qualidade do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Tais descritivos estão amparados em critérios objetivos e proporcionais, sendo estritamente necessários para garantir a segurança alimentar, a saúde e o correto aporte nutricional da merenda escolar.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme art. 31, §1º do Decreto Municipal nº 32.398, de 28 de março de 2024.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, contados da formalização da Ata de Registro de Preços, admitida prorrogação por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço, nos termos do art. 238 do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

1.6. O quantitativo total estimado para esta licitação constitui a EXPECTATIVA máxima de consumo para o período. Contudo, a Administração Pública Municipal compromete-se a demandar e adquirir o **quantitativo mínimo de 50% (cinquenta por cento) do volume estimado para cada um dos itens registrados**, garantindo aos licitantes este volume mínimo de contratação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

1.7. Gêneros alimentícios são bens de qualidade comum, isto é, bens de consumo não duráveis com baixa ou moderada elasticidade-renda da demanda.

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - WhatsApp (45) 3521-1377 – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

1.8. Os produtos ora licitados cumprem diversos requisitos definidores de um bem de consumo, dispostos no art. 2º, inciso III: são bens com durabilidade inferior a 2 (dois) anos (art. 2º, inciso III, alínea a); facilmente quebradiços ou deformáveis (alínea b); sujeitos à modificações químicas que alteram suas condições de uso no decorrer do tempo (alínea c) e adquiridos como matéria prima intermediária para geração de outro bem (alínea e).

1.9. Da Dispensa da Intenção de Registro de Preços (IRP): Fica dispensado o procedimento prévio de Intenção de Registro de Preços (IRP), com fulcro no art. 86, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que a Secretaria Municipal da Educação figura como única contratante (órgão gerenciador e participante exclusivo) deste certame. Ademais, a demanda encontra-se devidamente veiculada no Plano de Contratações Anual (PCA), o que supre a publicidade da intenção nos termos do art. 248 do Decreto Municipal nº 32.398/2024. Adesão de outras secretarias ao Sistema de Registro de Preços (SRP) pode gerar uma demanda imprevista e excessiva sobre os fornecedores, levando a possíveis rupturas nos estoques.

1.10. Da Vedação à Adesão por Não Participantes: Fica expressamente vedada a adesão posterior à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes.

1.11. Da Justificativa para a Vedação de Adesão: A proibição de adesão tardia justifica-se tecnicamente pela sensibilidade e exclusividade do objeto (gêneros alimentícios perecíveis). Todo o dimensionamento de quantitativos e a logística de entregas contínuas foram calculados de forma estrita para suprir unicamente a rede de ensino do Município. A permissão para que órgãos externos utilizem a Ata geraria uma demanda imprevista e excessiva, o que poderia comprometer a capacidade operacional dos fornecedores, ocasionar ruptura de estoques locais e, consequentemente, colocar em risco o abastecimento diário e a segurança alimentar dos alunos.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente aquisição se justifica pela necessidade de fornecimento de alimentação escolar aos alunos matriculados na rede de ensino do Município de Foz do Iguaçu.

2.2. A esse respeito, o art. 208, inciso VII, da Constituição Federal insculpe o dever de atendimento ao Educando no Ensino Fundamental:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
(...)
VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (BRASIL, 1988).

2.3. A alimentação escolar, portanto, constitui direito dos alunos da educação básica pública, devendo ser promovida e incentivada a partir das diretrizes estabelecidas na Resolução nº 6 de 8 de maio 2020, formulada pelo programa suplementar Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - [WhatsApp \(45\) 3521-1377](https://api.whatsapp.com/send?phone=35211377) – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

2.4. Dito isso, são diretrizes da alimentação escolar, previstas no art. 5º e que merecem destaque:

- I. A oferta de alimentos saudáveis, diversificados e seguros em prol do crescimento e desenvolvimento sadio dos alunos, tendo por consideração a faixa etária e seu estado de saúde;
- II. Inclusão de a educação alimentar e nutricional no processo de ensino aprendizagem, de forma prática;
- III. Universalidade do atendimento;
- IV. Participação e acompanhamento da comunidade quanto à oferta da merenda escolar saudável e adequada e
- V. Direito à alimentação escolar de forma a alcançar parâmetros de segurança e nutrição ideais.

2.5. Em suma: a oferta de refeições é direito universal dos estudantes da rede pública de ensino, a qual deve se dar mediante cardápio seguro e de qualidade nutricional, formulado por profissional habilitado, considerando a faixa etária e o estado nutricional dos alunos, observados ainda critérios de sustentabilidade e diversificação.

2.6. Feitas essas considerações, tem-se que o objetivo da oferta de alimentação nas unidades escolares é a promoção do crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial dos alunos, de forma a contribuir com a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis. Ou seja: embora não constitua atividade-fim, a alimentação escolar é imprescindível à execução do serviço educacional com qualidade e eficácia.

2.7. No que concerne à realidade do Município de Foz do Iguaçu, cabe destacar que atualmente são atendidas diariamente mais de 27 mil crianças. Em cada unidade escolar da rede é fornecida, no mínimo, uma refeição por período e por aluno.

2.8. Nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIS) há disponibilização de 02 (duas) refeições por período, totalizando 04 (quatro) refeições diárias. Nas Escolas Municipais, por sua vez, são oferecidas duas refeições por período (lanche e almoço), assegurada a permanência na unidade pelos alunos que participam do contra turno escolar e da expansão do ensino integral.

2.9. A refeição preparada cuidadosamente pelas merendeiras escolares é elaborada a partir de estudo técnico e determinação de nutricionistas, produzida com produtos de qualidade certificada e quantidade suficiente para a criança em fase de crescimento.

2.10. Na realidade social percebida por esta Secretaria Municipal da Educação, ocorre que em vários casos a merenda escolar é a melhor, mais completa e mais abundante refeição que a criança terá acesso, razão pela qual este processo licitatório, destinado à aquisição de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS** é imprescindível à manutenção das atividades escolares.

2.11. Perpassados os fundamentos e a relevância da oferta de alimentação escolar de qualidade, cita-se que a especificação técnica para os itens em comento foi elaborada visando atender às necessidades supra, considerando critérios de qualidade, durabilidade e manuseio dos alimentos, de forma a cobrir as necessidades nutricionais dos alunos.

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 -  WhatsApp (45) 3521-1377 – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

2.12. A planilha anexa de estimativa de quantitativo utiliza como base o número de alunos atendidos com a oferta de alimentação escolar e o *per capita* de cada gênero alimentício de acordo com a preparação programada pela Divisão de Alimentação Escolar da Secretaria Municipal da Educação.

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO COMO UM TODO CONSIDERADO O SEU CICLO DE VIDA E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

Descrição da solução como um todo

3.1. Os requisitos adotados atendem à ampla participação de empresas. Os itens descritos atendem à necessidade do órgão e a qualidade perquirida do objeto. Este estudo preliminar determinou critérios relevantes para a contratação dos itens, servindo como base ao posterior Termo de Referência que deverá detalhar a compra dos objetos de maneira que atendam plenamente às necessidades da Administração Municipal, porém que garantam a plena viabilidade de competição e os demais princípios e normas que regem os procedimentos licitatórios.

3.2. O descritivo técnico permite a ampla concorrência de fornecedores, sendo apresentados itens capazes de suprir as demandas das estruturas da Administração Pública em qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, com condições de entrega e abundância de prazos o suficiente para a garantia da ampla concorrência do procedimento licitatório.

3.3. Com o procedimento auxiliar de registro de preços, busca-se a gestão eficiente do estoque por meio do sistema baseado no *just in time*, o que significa que as demandas da Administração serão atendidas no momento certo, haja vista que a aquisição dos produtos será realizada mediante a necessidade do Poder Público.

3.4. Objetiva-se adquirir a quantidade exata de produtos, de acordo com a demanda, de forma rápida e sem a necessidade da formação de estoques, fazendo com que os materiais cheguem a seu destino no tempo certo, atendendo devidamente à necessidade identificada.

3.5. Em caso de divergência entre imagem, CATMAT e especificações técnicas, prevalecem as informações textuais das especificações do Termo de Referência.

Da sustentabilidade

3.6. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

3.7. Produtos de origem vegetal devem estar registrados no Cadastro Geral de Classificação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, conforme disposições do link a seguir: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/inspecao/produtos-vegetal/legislacao-de-produtos-origemvegetal/legislacaoPOV>>.

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - WhatsApp (45) 3521-1377 – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

3.8. Os estabelecimentos de produtos de origem animal devem estar registrados junto à instância competente, conforme o disposto no art. 4º da Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, regulamentada pelo Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA), instituído pelo Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017, e suas alterações, conforme disposições do link a seguir <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/inspecao/produtos-animal/empresario/registro-de-estabelecimentos>>.

3.9. Embalagens devem atender ao disposto na Biblioteca de Alimentos da ANVISA, documento que reúne todas as normas vigentes acerca deste macrotema, o qual pode ser integralmente verificado em <<https://www.gov.br/anvisa/ptbr/assuntos/regulamentacao/legislacao/bibliotecas-tematicas/arquivos/biblioteca-de-alimentos>>.

Da exigência de amostra

3.10. Com fundamento no art. 41, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e no art. 33, §5º da Resolução CD/FNDE nº 26/2013, será exigida a apresentação de amostras físicas pelo licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar. Em atendimento às diretrizes do Tribunal de Contas da União (TCU) e do TCE-PR, tal exigência possui caráter excepcional, proporcional e restritivo, incidindo exclusivamente sobre um rol de alimentos altamente complexos e sujeitos a severas variações de qualidade no mercado, como carnes, laticínios e panificados.

3.11. A exigência da amostra física é estritamente necessária porque a mera conferência de documentos (fichas técnicas, rótulos, registros sanitários ou laudos) é insuficiente para atestar a conformidade material e o real rendimento físico destes produtos. Tratam-se de gêneros cujas características organolépticas (sabor, textura, odor, maciez e cor) não são mensuráveis por papel.

3.11.1. Diferentemente de hortifrutigranjeiros simples (como legumes in natura), itens como carnes congeladas, peixes e laticínios dependem de verificação tátil e visual detalhada para atestar atributos críticos que costumam ser alvos de fraudes ou falhas no mercado, tais como: o percentual real de glaciamento (gelo); o limite de soro/água retido na embalagem; a ausência rigorosa de tecidos inferiores, cartilagens, ossos, tendões e aponeuroses; a taxa efetiva de gordura da peça; e a textura estrutural do alimento (ex: espalhabilidade do requeijão ou maciez do pão).

3.12. **Da insuficiência da fiscalização apenas no recebimento:** A postergação dessa análise exclusivamente para a fase de fiscalização ordinária (no momento da entrega nas unidades escolares) geraria um risco inaceitável à Administração. A constatação de carnes com excesso de gelo, sebo ou laticínios fora do padrão no momento do preparo da merenda resultaria na recusa e devolução imediata do lote, causando o desabastecimento das escolas e a quebra do cardápio diário, o que prejudicaria irreversivelmente o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o desenvolvimento biopsicossocial dos alunos. Portanto, a análise prévia da amostra atua como barreira de segurança alimentar e garantia de exequibilidade do contrato.

3.13. **Dos Itens Sujeitos à Amostra:** A exigência restringe-se ao mínimo necessário para garantir a segurança alimentar. Deverão ser apresentadas amostras e suas respectivas cotas exclusivamente para os seguintes itens críticos:

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - WhatsApp (45) 3521-1377 – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

- a) Carne bovina moída, de 1ª qualidade;
- b) Iogurte
- c) Iogurte vegano
- d) Manteiga com sal
- e) Requeijão cremoso
- f) Requeijão cremoso zero lactose
- g) Carne tipo músculo
- h) Carne tipo coxão mole em iscas
- i) Hamburger
- j) Coxa e sobrecoxa sem osso
- k) Coxinha da asa
- l) Filé de tilápia
- m) Filé sassami de frango
- n) Filé de frango moído
- o) Pernil em iscas
- p) Copa/lombo
- q) Queijo zero lactose
- r) Pão caseirinho sem ovos e sem leite
- s) Picolé
- t) Pão de queijo

3.14. As amostras deverão ser entregues no endereço da Secretaria Municipal da Educação, localizada na Avenida Juscelino Kubitschek, 3287, bairro América, CEP: 858564-000, aos cuidados do setor de Alimentação Escolar, no prazo de até 3 (três) dias úteis, para apresentação das amostras, considerando a perecibilidade, a necessidade de transporte refrigerado e a obtenção de itens junto aos fabricantes, contados da solicitação, podendo ser prorrogado mediante justificativa devidamente aceita pela Administração

3.15. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, mediante simples solicitação prévia e justificada do licitante. A fim de garantir a isonomia do certame, essa mesma flexibilidade de prazo será assegurada a todos os eventuais licitantes convocados que a solicitarem. Sendo esse pedido feito no *chat* pelo interessado, antes de findo o prazo.

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - WhatsApp (45) 3521-1377 – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

3.16. O envio das amostras é de responsabilidade da licitante, devendo ser asseguradas condições adequadas de transporte, acondicionamento e entrega, de modo a preservar suas características e conformidade com as especificações exigidas. O transporte deverá garantir o adequado acondicionamento, inviolabilidade das embalagens, temperatura exigida em lei e a preservação da cadeia de frio.

3.17. Serão imediatamente recusadas amostras entregues avariadas, descongeladas, sem a rotulagem nutricional adequada, fora da temperatura exigida ou em desconformidade física/sanitária visível. A entrega será registrada em termo de recebimento formal.

3.18. A avaliação será realizada em sessão pública, garantida a possibilidade de acompanhamento pelos demais licitantes, e conduzida pela equipe técnica da Divisão de Alimentação Escolar. A aprovação ou reprovação será baseada em checklist técnico com parâmetros mensuráveis e vinculados ao Termo de Referência, incluindo:

- a) **Carnes em geral (Bovina, Frango, Suína, Filé de Tilápia e Hambúrguer):**
 - I. Aferição de Rendimento e Líquidos: Confirmação visual e tátil do limite máximo de 1% (um por cento) de soro/água nas embalagens de carnes bovinas; limite máximo de 6% de glaciamento (gelo) para frangos e máximo de 12% para filé de tilápia.
 - II. Aferição de Gordura: Verificação da rotulagem e aspecto visual confirmando o limite máximo de 5% a 6% de gordura para cortes bovinos (patinho e músculo).
 - III. Inspeção Física: Ausência total e visível de cartilagens, ossos, aponeuroses, tendões e coágulos nos cortes descritos como "limpos".
 - IV. Embalagem e Peso: Confirmação do vácuo intacto para carnes bovinas e aferição de peso para iscas (máximo de 30g por unidade) e hambúrgueres (aproximadamente 100g interfolhados). Será feito registro fotográfico para padronizar o recebimento futuro.
- b) **Laticínios e opções Veganas/Zero Lactose (Iogurte, Iogurte vegano, Requeijão cremoso, Requeijão zero lactose, Queijo zero lactose e Manteiga com sal):**
 - I. Aferição de Temperatura: Medição no ato da entrega da amostra, que não poderá ultrapassar o limite máximo de 7°C.
 - II. Verificação Restritiva de Rotulagem (Dietas Especiais): Para itens "Zero Lactose", o rótulo deverá conter expressamente a indicação "0% lactose" e a presença da enzima lactase. Para itens "Veganos", a lista de ingredientes não poderá conter nenhum traço de origem animal, devendo ser à base de leite vegetal.
 - III. Composição Exigida: Para a manteiga, o rótulo deverá comprovar a ausência total de gordura vegetal hidrogenada, corantes e aromatizantes artificiais.
 - IV. Textura: Para o requeijão, será feito o teste de espalhabilidade para atestar a consistência firme e espalhável exigida no ETP.
- c) **Panificados (Pão caseirinho sem ovos e sem leite e Pão de queijo):**

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - [WhatsApp \(45\) 3521-1377](https://api.whatsapp.com/send?phone=35211377) – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

- I. Aferição Restritiva de Alergênicos: Para o pão caseirinho especial, o rótulo e a ficha técnica serão checados para atestar a ausência absoluta de leite, ovos e gordura trans na formulação.
- II. Aferição de Peso e Rendimento: Pesagem de amostras do pão caseirinho para confirmar o rendimento exigido de exatos 50g por unidade assada, totalizando 20 unidades por pacote de 1kg.
- III. Composição do Pão de Queijo: Leitura do rótulo para confirmar a ausência de gordura vegetal hidrogenada, gordura trans industrial e corantes artificiais.

d) Picolés (Laranja e Uva):

- I. Aferição de Peso: Pesagem da amostra para confirmar a gramatura exata de 60g por unidade.
- II. Verificação de Composição: Análise obrigatória do rótulo confirmando a menção explícita de "Sem adição de açúcar" e "Sem adição de conservantes".
- III. Teor de Fruta: Confirmação via rótulo/ficha técnica de que o produto é composto por 100% de suco integral e polpa da respectiva fruta.

3.19. Finalizada a análise, a equipe técnica emitirá laudo/parecer motivado, com a assinatura dos responsáveis e registro fotográfico dos produtos avaliados, detalhando expressamente as razões técnicas de aprovação ou reprovação de cada item.

3.20. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema e disponibilidade no portal da transparência municipal. Terá publicidade integral no sistema, garantindo-se prazo razoável para eventual impugnação pelos interessados.

3.21. Excepcionalmente, caso o checklist técnico aponte fortes indícios de falsificação, adulteração ou composição divergente da rotulagem, a amostra poderá ser encaminhada a laboratório especializado. A medida garantirá a rastreabilidade da amostra até a conclusão da análise, ciência prévia aos licitantes e possibilidade de contraprova arcada pelo licitante.

3.22. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

3.23. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

3.24. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como amostras, podendo ser abertos, fracionados, manipulados e degustados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento ao licitante.

3.25. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues e que não tenham sido consumidas ou inutilizadas durante as análises deverão ser recolhidas pelos fornecedores

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - WhatsApp (45) 3521-1377 – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

no prazo de 05 dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

3.26. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus e junto às amostras, a respectiva ficha técnica, rótulo nutricional, registro sanitário, laudo, certificação ou documentação equivalente de cada produto, necessários à sua perfeita verificação.

Da subcontratação

3.27. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

3.28. Em estrita observância ao princípio da motivação, ao art. 122, § 2º, da Lei nº 14.133/2021 e às diretrizes do Acórdão nº 2.450/2025-TCU-Plenário, a proibição ampara-se na altíssima sensibilidade do objeto licitado e nos graves riscos que a terceirização traria à execução contratual. Por se tratar do fornecimento contínuo de gêneros alimentícios perecíveis destinados à alimentação escolar (PNAE), a vedação é medida indispensável para assegurar a rastreabilidade higiênico-sanitária absoluta dos alimentos e o rigoroso controle da cadeia de frio. A intervenção de terceiros (subcontratados) fragmentaria a cadeia de custódia e elevaria drasticamente o risco de perecimento ou contaminação dos produtos.

3.29. A execução deste contrato pressupõe uma logística complexa e descentralizada, com entregas semanais pulverizadas em múltiplas unidades escolares. Essa capilaridade exige que a empresa contratada detenha o controle operacional absoluto de sua frota (veículos obrigatoriamente refrigerados). A delegação dessas rotinas a terceiros comprometeria a padronização das entregas e a aplicação do Protocolo de Recebimento pelas unidades, não se admitindo a fragmentação dessa responsabilidade integral, direta e indelegável.

3.30. A proibição da subcontratação justifica-se, ainda, pela necessidade de pronta resposta da Administração em casos de urgência. O Termo de Referência exige a substituição de itens recusados (por avaria, validade curta ou inadequação) no prazo máximo e improrrogável de 24 (vinte e quatro) horas. A inclusão de subcontratados criaria um "atravessador" na relação jurídica, tornando a comunicação morosa, dificultando a cobrança imediata por parte dos Fiscais Setoriais e colocando em risco iminente a continuidade do cardápio e a segurança alimentar e nutricional dos estudantes.

3.31. Por fim, a vedação garante a eficiência da gestão contratual, assegurando que o Município se reporte e responsabilize um único fornecedor, evitando entraves na aplicação de sanções, glosas ou responsabilizações decorrentes de falhas no transporte e no manuseio dos alimentos perecíveis.

Da garantia da contratação

3.32. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

3.33. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Dos rótulos dos insumos

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - WhatsApp (45) 3521-1377 – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

3.34. A rotulagem de todos os produtos deverá ter o valor nutricional, ingredientes, lote, data de fabricação, e validade conforme Resolução - RDC nº 40, de 21 de março de 2001.

Das Condições para Participação

3.35. Poderão participar deste Pregão, os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto do Registro de Preços, e que atenderem a todas as exigências deste Edital e seus anexos.

3.36. Para fins de atendimento aos termos da Lei Complementar 147/14, a participação das empresas interessadas será feita da seguinte maneira:

3.37. **Cota Exclusiva** – no valor de até R\$ 80.000,00, exclusiva para as empresas enquadradas como Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP, inclusive Microempreendedores Individuais – MEI, nos termos da Lei Complementar n.º 147/2014.

3.38. **Cota Reservada** – as empresas enquadradas como Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP, inclusive Microempreendedores Individuais – MEI, nos termos da Lei Complementar n.º 147/2014;

3.39. **Cota Principal** – os interessados que atendam aos requisitos do edital;

3.40. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

3.41. Ademais, PUGNA-SE PELA APLICAÇÃO do benefício de prioridade de contratação para microempresas, empresas de pequeno porte e micro empreendedores individuais – MEI sediados localmente (margem de preferência local), conforme estabelecido no artigo 152 do Decreto Municipal nº 32.398/2024

3.42. Com base no planejamento delineado no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e em estrito atendimento ao Acórdão nº 3481/2025 do TCE-PR, a adoção do benefício de prioridade de contratação local fundamenta-se na demonstração de benefício efetivo à Administração, pautada nos seguintes elementos objetivos:

I - Incidência (Itens e Cotas): A margem de preferência local incidirá exclusivamente sobre as licitações dos itens de participação exclusiva (com valor estimado de até R\$ 80.000,00) e sobre as Cotas Reservadas (de até 25% do quantitativo do item) destinadas a ME/EPP/MEI.

II - Percentual adotado: Será adotado o limite percentual de até 10% (dez por cento) sobre o melhor preço válido da disputa.

III - Existência de fornecedores locais aptos e competitivos: O mercado fornecedor regional e local apresenta ampla viabilidade competitiva, superando o requisito mínimo de 3 (três) fornecedores. Conforme análise das Atas de Registro de Preços do certame anterior e do ETP, há evidente participação de múltiplos fornecedores qualificados no segmento, destacando-se empresas como POLO Distribuidora de Alimentos, HORTBRAS Alimentos, DU CAMPO Comércio, BRASIL Comércio de Alimentos, KS Licitações, L P Distribuidora, COMERCIAL ACTUS, bem como a presença expressiva de fornecedores sediados no próprio município, a exemplo da ROMA FOZ Panificadora.

IV - Compatibilidade dos preços locais com o mercado: A priorização do mercado local está amparada na realidade comercial. O Relatório de Pesquisa de Preços (RPP) demonstrou que a consulta direta com os fornecedores locais se mostrou plenamente vantajosa e compatível

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - [WhatsApp \(45\) 3521-1377](https://api.whatsapp.com/send?phone=554135211377) – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

com as médias nacionais e as Atas do Governo, balizando a estimativa de preços sem qualquer distorção mercadológica.

V - Projeção do impacto econômico: A aplicação da margem sobre a seleção do fornecedor não configurará prejuízo ao erário. O impacto real da diferença percentual suportada pela Administração é reduzido financeiramente e será compensado pelos benefícios indiretos gerados, como o fomento direto à economia municipal e o retorno na arrecadação de tributos, além da significativa diminuição dos custos logísticos transacionais da Administração.

VI - Vantajosidade comparativa: Em se tratando da aquisição contínua de gêneros alimentícios e perecíveis destinados à alimentação escolar, o cenário com a aplicação do benefício local é flagrantemente mais vantajoso. A proximidade geográfica das empresas garante entregas ágeis e regulares, contribuindo diretamente para a redução do tempo entre a produção e o consumo. Esse fator mitiga as perdas de estoque, evita o perecimento, reduz os custos logísticos indiretos e confere maior segurança na troca e reposição rápida de mercadorias, assegurando a garantia da qualidade nutricional dos estudantes, diferentemente de um cenário onde o fornecimento dependa de longos deslocamentos logísticos.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

• Condições de Entrega

4.1. A entrega dos gêneros alimentícios perecíveis deverá ocorrer de forma parcelada, diretamente nas unidades escolares, SEMANALMENTE. A planilha contendo as quantidades exatas, os dias e os respectivos locais de entrega será encaminhada aos fornecedores via e-mail pela Divisão de Alimentação Escolar com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis do início da semana de abastecimento, garantindo a previsibilidade logística da contratada.

4.2. As entregas deverão ocorrer durante o horário de funcionamento das unidades escolares, nos turnos da manhã (das 07h30min às 11h30min) e da tarde (das 13h30min às 17h30min). Unidades com horários diferenciados estarão descritas na planilha de entrega, organizando-se a logística para preservar o horário de almoço e descanso dos funcionários das unidades.

4.3. Excepcionalmente, em virtude de problemas de trânsito ou necessidade de urgência da Administração, a entrega poderá ser realizada no horário de almoço ou logo após o encerramento dos turnos regulares. Para que isso ocorra, o fornecedor deverá comunicar o atraso ou a urgência previamente à Divisão de Alimentação Escolar, a qual entrará em contato com a unidade escolar respectiva para verificar a disponibilidade de um servidor para o recebimento fora do horário padrão. Caso a demanda de alteração de horário parta da Secretaria Municipal da Educação, a Divisão de Alimentação Escolar comunicará previamente o fornecedor.

4.4. Como regra geral, não haverá entregas aos finais de semana e feriados. A exigência de entrega nestes dias possuirá caráter estritamente excepcional e justificado, previamente delimitada às situações de emergência, caso fortuito ou força maior, devendo a contratada ser formalmente acionada com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

4.5. Para fins desta excepcionalidade, o fornecedor será formalmente convocado pela Contratante para realizar a entrega em caráter de urgência, respeitando as condições de transporte e qualidade, sempre que a falta de reposição colocar em risco iminente o fornecimento da alimentação

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - [WhatsApp \(45\) 3521-1377](https://api.whatsapp.com/send?phone=35211377) – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

no dia letivo subsequente. Consideram-se situações aptas a acionar a entrega excepcional as seguintes hipóteses:

- a) Ocorrência de furtos, roubos ou atos de vandalismo nas dependências das unidades escolares que resultem na perda do estoque armazenado;
- b) Falhas mecânicas, interrupções de energia ou quebras repentinas de freezers e equipamentos de refrigeração que causem o perecimento dos produtos;
- c) Necessidade de substituição urgente de lotes que apresentem contaminação ou deterioração detectadas apenas momentos antes do preparo ou consumo;
- d) Atrasos severos ou falhas logísticas do próprio fornecedor ocorridas nos dias úteis da semana de vigência e que não puderam ser sanadas no horário de expediente regular;
- e) Quaisquer outros eventos imprevisíveis, alheios ao planejamento da Administração, que gerem a perda súbita de estoque e exijam o abastecimento imediato para garantir a continuidade e a não interrupção do serviço público essencial de alimentação escolar.

4.6. Os fornecedores deverão fazer duas guias (uma para a unidade escolar e outra para comprovação de pagamento) e deixar nos locais de entrega, devidamente assinadas. O modelo de romaneio encontra-se no Anexo II deste Termo de Referência.

4.7. Os produtos deverão ser entregues em conformidade com a Nota de Empenho e o detalhamento técnico deste Termo de Referência.

4.8. Os produtos perecíveis serão recebidos pelas merendeiras escolares, que deverão conferir qualidade e quantidade através da contagem e/ou pesagem, conferidos com a nota de entrega que deverá ser assinada com nome legível pelo entregador e pelo responsável do recebimento.

4.9. Os gêneros alimentícios desta contratação deverão ser entregues com a utilização de veículo tipo baú fechado, sendo obrigatório o tipo refrigerado para transporte de carnes e laticínios.

4.10. Os veículos utilizados deverão se encontrar em bom estado de conservação, higienizados e com a temperatura adequada aos bens transportados.

4.11. O entregador deve estar devidamente identificado, com uniforme completo e limpo e apresentar asseio pessoal.

4.12. Caso haja necessidade de o entregador acessar a cozinha/área de produção das refeições, é obrigatório o uso de touca protetora.

4.13. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

4.14. Os locais para entrega dos gêneros alimentícios são os que seguem:

ESCOLA MUNICIPAL	ENDEREÇO		TELEFONE
ACÁCIO PEDROSO, EM-EF	Rua Traíra, 305	Profilurb I	(45) 3521-9795

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - [WhatsApp \(45\) 3521-1377](https://api.whatsapp.com/send?phone=554535211377) – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

			99820-0686
ADELE ZANOTTO SCALCO, EM-EF	Avenida Javier Koelbl, 1923	Jardim Boa Esperança	(45) 2105-9775 99997-2460
ADEMAR MARQUES CURVO, EM-EF	Rua Lucio Padilha, 170	Vila São Sebastião	(45) 2105-9778 99997-2468
ALTAIR FERRAIS DA SILVA ZIZO, EM-EF	Avenida Andradina, 2290	Jardim Ipê	(45) 2105-9773
ANTONIO GONÇALVES DIAS, EM-EF	Rua Purus, 234	Campos do Iguaçu	(45) 2105-9532 99997-2490
ARNALDO ISIDORO DE LIMA, EM-EF	Rua "D", 520	Vila C	(45) 3521- 951599973-0179
AUGUSTO WERNER, EM-EF	Rua Atalaia, 190	Vila Carimã	(45) 3901-3364 99985-7742
BELVEDERE, EM-EF	Rua Guaraqueçaba, 300	Jardim Belvedere	(45) 3901-3402 99997-2524
BRIGADEIRO ANT ^o SAMPAIO, EMC-EF	Rua Manoel Laurindo, 8735	Foz do Iguaçu Parte II	(45) 3521-9520 99997-5252
CÂNDIDO PORTINARI, EM-EF	Rua Gaspar, 499	Jardim Petrópolis	(45) 3521-9851 99997-2526
CARLOS GOMES, EM-EF	Alameda Pontal, 184	Campos do Iguaçu	(45) 99997-2552
CECILIA MEIRELES, EM-EF	Rua Feldspato, 602	Parque Res. Ouro Verde	(45) 3521-9780 99997-2555
CERES DE FERRANTE, EM-EF	Avenida Mercúrio, 1299	Jardim Três Fronteiras	(45) 3521-9522 99997-2600
CORA CORALINA, EM-EF	Rua Pacaembu, 100	Parque Res. Morumbi II	(45) 2105-9581 99997-2625
DOUTOR DIRCEU LOPES, EM-EF	Rua das Águias, 185	Portal da Foz	(45) 3521-9523 99997-2662

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - [WhatsApp \(45\) 3521-1377](https://api.whatsapp.com/send?phone=5535211377) – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

DUQUE DE CAXIAS, EM-EF	Avenida Mário Filho, 2739	Morumbi III	(45) 3901-3420 99997-2666
ELEODORO ÉBANO PEREIRA, EM-EF	Rua Victorio Basso, 3030	Lote Grande	(45) 2105-8708 99997-2700
ELOI LOHMANN, EM-EF	Rua Munhoz de Melo, 147	Conjunto Res.Grauna	(45) 2105-9870 99997-2726
EMÍLIO DE MENEZES, EM-EF	Avenida Mário Filho, 1252	Morumbi II	(45) 3521-9551 99997-2727
ÉRICO VERÍSSIMO, EM-EF	Rua Jorge Sanwais, 4375	Jardim São Paulo	(45) 3521-9720 99997-2728
FREDERICO ENGEL, EM-EF	Avenida Ayrton Senna, 2245	Jardim Copacabana	(45) 2105-9766 99997-2772
GABRIELA MISTRAL, EM-EF	Rua Tubarão, 40	Jardim Lancaster	(45) 3521-9762 99997-2777
IRIO MANGANELLI, EM-EF	Rua Pompeu de Toledo, 773	Morumbi I	(45) 3521-9855 99997-2800
JARDIM NAIPI, EM-EF	Rua Vicente Celestino, 300	Jardim Guarapuava	(45) 3521-9736 99997-0498
JOÃO ADÃO DA SILVA, EM-EF	Rua Júlio Brecher, 450	Lagoa Dourada	(45) 3521-9537 99997-3534
JOÃO DA COSTA VIANA, EM-EF	Rua Mundaú, 340	Lot.Três Lagoas	(45) 2105-9583 99997-3223
JOÃO XXIII, EM-EF	Rua José Carlos Pace, 304	Morumbi I	(45) 3521-9556 99997-2827
JORGE AMADO, EM-EF	Rua Antonio Alves, 600	Cidade Nova II	(45) 3521-9788 98401-6113
JULIO PASA, EM-EF	Rua Espírito Santo, 1226	Vila Matilde	(45) 3521-9548 99997-2829
MONTEIRO LOBATO, EM-EF	Rua Ângela Aparecida Andrade, 145	Foz do Iguaçu Parte II	(45) 3521-9886 99997-2882

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - WhatsApp (45) 3521-1377 – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

NAJLA BARAKAT, EM-EF	Rua Joaquim Montegute, 460	Jardim Itaipu	(45) 3521-9800 99997-2888
OLAVO BILAC, EM-EF	Avenida ÍrioManganelli, 2425	Gleba Guarani	(45) 2105-9844 99942-7313
OLIMPIO RAFAGNIN, EM-EF	Rua Luz Marina, 32	Parque Imperatriz	(45) 3521-9872 99957-8822
OSVALDO CRUZ, EM-EF	Rua Ocuí, 321	Lot.João Paulo II	(45) 3901-3385 99997-2900
PADRE LUIGI SALVUCCI, EM-EF	Rua Fortaleza, 45	Vila "C" Nova	(45) 2105-9728 99997-2928
PAPA JOÃO PAULO I, EM-EF	Rua Humaitá, 16	Jardim Itamarati	(45) 2105-9734 99997-2929
PONTE DA AMIZADE, EM-EF	Av. Tancredo Neves, 3159	Jardim Jupira	(45) 3521-9865 99973-0565
PRES.GETÚLIO VARGAS, EM-EF	Rua Sempre Viva, 347	Vila Adriana I	(45) 3521-9575 99997-2930
PRINCESA ISABEL, EM-EF	Avenida das Cataratas, 8025	Imóvel Cataratas Gleba 2	(45) 2105-9515 9141-3962
PROF.BENEDICTO J. CORDEIRO, EM-EF	Rua Tapuias, 193	Jardim Tarobá	(45) 2105-9542 99997-2999
PROF.PEDRO V. PARIGOT DE SOUZA, EM-EF	Rua Benjamim Constant, 493	Centro	(45) 3521-9819 98401-6276
PROF.ELENICE MILHORANÇA, EM-EF	Rua Di Cavalcanti, 523	Jardim America	(45) 3521-9771 99997-3003
PROF.JOSINETE H.A. SANTOS, EM-EF	Avenida Paraná, 5221	Vila A	(45) 2105-9518 99997-3029
PROF.LUCIA MARLENE P. NIERADKA, EM-EF	Rua Major Acylino Castro, 130	Vila Yolanda	(45) 3521-9888 99957-8833
PROF.ROSÁLIA DE AMORIM SILVA, EM-EF	Rua Cacique, 883	Jardim Canadá II	(45) 3521-9821 99997-3030

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - WhatsApp (45) 3521-1377 – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

PROF.SUZANA MORAES BALEN, EM-EF	Rua Inacio dos Santos Benitez, 376	Jardim Nova Califórnia	(45) 3521-9782 99997-3031
SANTA RITA DE CASSIA, EM-EF	Rua Anita Malfatti, 500	Vila Perola	(45) 2105-9567 99997-3100
TRÊS BANDEIRAS, EM-EF	Rua João Câmara Filho, 320	Jardim Três Bandeiras	(45) 3521-9569 99997-3111
VILA SHALON, EM-EF	Avenida General Meira, 2008	Vila Shalon	(45) 3521-9810 99997-2627
VINICIUS DE MORAES, EM-EF	Rua das Rosas, 325	Jardim das Flores	(45) 3521-9540 99991-4664

CMEI	ENDEREÇO		TELEFONE
AMINA BARAKAT CMEI	Rua Planalto, s/nº	Jardim Itaipu	(45) 3521-9536 99907-4420
AMOR PERFEITO CMEI	Rua Zulema de Araújo Frasson, s/n	Cidade Nova II	(45) 2105-9541 99973-0797
ANTONIO F. DAMIÃO NETO CMEI	Rua Francisco de Sá, 70	Jd. Curitiba II	(45) 3521-9758 99854-5012
ARIANO VILAR SUASSUNA CMEI	Rua Golfinho, 2070	Parque Ouro Verde	(45) 2105-9813 99973-0826
BÁRBARA MATOS JANUÁRIO CMEI	Rua Cisne, 1510	Morumbi III	(45) 2105-9832 99997-4600
BRAIZ DE MOURA CMEI	Avenida Julio Carneiro Portes, 250	Jardim Jupira	(45) 2105-9535 98423-3144
CAMPOS DO IGUAÇU CMEI	Rua Capibaribe, 1695	Campos do Iguaçu	(45) 3521-9784 99973-0521
CARLOS GAUTO CMEI	Rua João Alfredo Müller, 279	Vila São Sebastião	(45) 3521-9848 99973-0522
CELESTE SOTTOMAIOR CMEI	Rua Londrina, s/nº	Jardim Paraná	(45) 3521-9592 99973-0953

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - [WhatsApp \(45\) 3521-1377](https://api.whatsapp.com/send?phone=5535211377) – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

CLAUDIO DA SILVA LOURENÇO CMEI	Rua Pedro Francisco Keru, 50	Sol de Maio	(45) 3521-9857 99973-0585
COMENDADOR PEDRO JACOB LAKUS CMEI	Rua Franco Velasco, 285	Três Bandeiras	(45) 3521-9876 98401-6133
DOM OLIVIO AURELIO FAZZA CMEI	Av. Tancredo Neves, 4203	Porto Belo	(45) 2105-9896 99907-5410
ELFRIDA KELLER CMEI	Rua das Papoulas, 525	Jardim Bourbon	(45) 2105-9502 99973-0599
FLOR DE ACACIA CMEI	Rua Ângela Apª de Andrade, 945	Jardim Califórnia	(45) 2105-9571 99973-0623
FLOR DE LIS CMEI	Rua "O", 655	Vila "C" Nova	(45) 2105-9590 99973-0629
GUILHERME AUGUSTO TERRES SANTOS CMEI	Rua Tenente Eduardo Olmedo, 1060	Morumbi II	(45) 3901-3219 98424-2894
INÁCIA MENEZES DOS SANTOS CMEI	Rua Pompeu de Toledo, s/nº	Morumbi I	(45) 3901-3297 99973-0631
JOÃO DE AQUINO CMEI	Rua Oscar Alfredo Franco, 27	Jardim Santa Rita	(45) 2105-9585 99973-0681
JOSE BENTO VIDAL CMEI	Rua Vila Velha, s/nº	Conjunto C	(45) 3521-9501 99957-8866
JULIA FERRAIS CMEI	Rua Saracura, 202	Portal da Foz	(45) 3521-9599 99973-0702
LINDÓIA CMEI	Rua Foz do Areia, 233	Jardim Lindóia	(45) 2105-9746 99973-0647
MAMÃE AGENORA CMEI	Rua Palometa, 305	Ouro Verde	(45) 2105-9808 99973-0730
MARICOTA BASSO CMEI	Rua Airton Ramos, 521	Jardim São Paulo	(45) 2105-9830 99973-0823
NOVO HORIZONTE CMEI	Rua Luiz Carlos A. Pinheiro, 434	Jardim Novo Horizonte	(45) 2105-9812 99126-2391

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - WhatsApp (45) 3521-1377 – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

OSVALDO GOCH CMEI	Rua Ronie Peterson, 120	Vila Borges	(45) 3521-9839 99973-0866
OURO VERDE CMEI	Rua Ágata, 367	Parque Ouro Verde	(45) 2105-9840 99973-0878
OZIERES SANTOS CMEI	Rua Amor Perfeito, 417	Conj.Hab. Buba	99997-4442
PINGO DE GENTE CMEI	Av. República Argentina, 6445	Cohapar III	(45) 2105-9789 99973-0845
PROF. ELAINE BERNARDES RIBEIRO CMEI	Rua Tigre, 100	Jardim Buenos Aires	(45) 3521-9792 98423-3146
PROF. HELEY DE ABREU SILVA BATISTA CMEI	Rua Humberto Machado, 180	Imóvel FI - Parte II	(45) 2105-9554
PROF. NÍDIA BENITEZ CMEI	Rua Etelvina Bordinhão Santos, 85	Vila Solidária	(45) 3521 9553 99823-1813
PROF. NILVA DE JESUS CMEI	Rua Bento Gonçalves, 594	Jardim Karla	(45) 2105-9843 99973-0902
PROF. ONIRA CAPRINI PAIZ CMEI	Rua JacomoSavaris, 955	Jardim São Roque	(45) 2105-9809 99957-8788
PROF. SIMONE WALQUIRIA GRIGNET CMEI	Avenida Andradina, 3090	Jardim Almada	(45) 2105-9797 99820-0829
PROF. VANDERLI BERTACCHINI MOREIRA CMEI	Rua Paulino Ferreira, 295	Vila Boa Esperança	(45) 3521-9529 99907-6543
PROF. VIVIANE JARA BENITEZ	Rua Angatuba s/n	Três Lagoas	(45) 98402-4673
RAMONA RODRIGUES DOTTO CMEI	Rua Emílio de Menezes, 1689	Jardim América	(45) 2105-9509 99973-0914
ROSA CIRILO DE CASTRO CMEI	Rua Pirapitinga, 352	Profilurb II	(45) 2105-9793 99973-0928
RUBEM AZEVEDO ALVES CMEI	Rua Jorge Sanways, 4627	Jardim São Paulo	(45) 3521-9534 99907-7480

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - [WhatsApp \(45\) 3521-1377](https://api.whatsapp.com/send?phone=554135211377) – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

SÃO FRANCISCO CMEI	Rua Canindé, 1215	Morumbi II	(45) 3521-9730 99973-0714
SOLDADINHO DE CHUMBO CMEI	Travessa Bagre, s/n	Profilurb I	(45) 2105-9713 99973-0932
TRÊS LAGOAS CMEI	Rua Camorim, s/nº	Três Lagoas	(45) 3521-9717 99973-0937
VICTORIO BASSO CMEI	Rua Engenho Novo, 299	Parque Imperatriz	(45) 2105-9879 99957-8844
VILA ESMERALDA CMEI	Rua Potiguaras, 15	Vila Esmeralda	(45) 2105-9772 99957-8855
ZILDA ARNS NEUMANN CMEI	Rua Barão da Serra Negra, 2169	Morumbi II	(45) 3901-3218 98402-6347

CENTRO ESCOLA BAIRRO	ENDEREÇO		TELEFONE
ARNALDO ISIDORO DE LIMA, CEB	Rua D, 520	Vila C	(45) 3901-3401 98401-6115
CLÓVIS CUNHA VIANA, CEB	Rua JulioBrecher, 450	Lagoa Dourada	(45) 2105-9878 99907-8410
DARCI ZANATA, CEB	Rua Pompeu de Toledo, 773	Morumbi I	(45) 2105-9822 99962-9041
ÉRICO VERISSÍMO, CEB	Rua Jorge Sanwais, 4375	Jardim São Paulo	(45) 3525-1876 99997-3377
FRANCISCO BUBAS, CEB	Rua Amor Perfeito, s/nº	Jardim das Flores	(45) 3901-3289 98401-6125
LEONEL BRIZOLA, CEB	Rua João Ricieri Maran, 388	Três Lagoas	(45) 3901-3270 99122-0272

4.1. FICHA TÉCNICA, ALVARÁ SANITÁRIO E SERVIÇO DE INSPEÇÃO: Para os itens de origem animal (iogurtes, leites, requeijões, queijos e todos os cortes de carnes bovinas, suínas,

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - [WhatsApp \(45\) 3521-1377](https://api.whatsapp.com/send?phone=555135211377) – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

de frango e peixe), a contratada deverá apresentar, no momento da assinatura da ata ou na primeira entrega, a ficha técnica assinada pelo responsável técnico e o registro no serviço de inspeção correspondente (SIM, SIE ou SIF) emitido pelos órgãos competentes.

4.2. Para os panificados e demais produtos (como pães em geral, pão de queijo, picolés, polpas de fruta e hortifrutigranjeiros), a contratada deverá apresentar, no momento da assinatura da ata ou na primeira entrega, o Alvará Sanitário válido do fabricante e a respectiva ficha técnica ou rótulo nutricional.

4.3. LAUDOS FÍSICO QUÍMICO, MICROBIOLÓGICOS, MICROSCÓPICOS:
Tais laudos poderão ser solicitados à contratada, às suas expensas, mediante suspeita fundamentada da Divisão de Alimentação Escolar, configurada nas seguintes hipóteses objetivas:

- a) Alteração severa e não justificada nas características organolépticas do alimento entregue (cor, cheiro, sabor ou textura);
- b) Ocorrência de casos de intoxicação ou infecção alimentar na rede escolar com suspeita de vínculo ao produto;
- c) Denúncia formal ou indícios visíveis de contaminação cruzada, adulteração ou falsificação do produto fornecido.

Parágrafo Único: Os laudos também poderão ser realizados por meio de acordo de cooperação técnica com instituições capacitadas.

4.4. CONDIÇÕES DE ENTREGA E CRITÉRIOS OBJETIVOS DE REJEIÇÃO: A contratada deverá entregar o objeto no local indicado neste termo em perfeitas condições, nas embalagens originais, sem indícios de avarias ou violação.

4.5. Todos os custos e despesas oriundos do objeto da presente licitação serão suportados pelo licitante vencedor, sendo de sua inteira responsabilidade o transporte e a entrega do material em perfeita conformidade com as especificações exigidas.

4.6. Todos os materiais serão conferidos no momento da entrega, observando-se as orientações contidas na Instrução Normativa nº 001/2022-SMED. O objeto entregue será imediatamente rejeitado e devolvido à contratada, com a exigência de substituição no prazo máximo e improrrogável de 24 (vinte e quatro) horas, a expensas da contratada, caso apresente inconformidade técnica, sanitária, divergência de quantidade ou incida em uma ou mais das seguintes desconformidades objetivas:

- a) Embalagem violada, danificada, amassada, estufada ou suja;
- b) Data de validade vencida ou em limite inferior ao exigido neste Termo de Referência;
- c) Temperatura de entrega do produto em desconformidade com as normas sanitárias aplicáveis;
- d) Presença visível de sujidades, larvas, parasitas ou outros corpos estranhos;
- e) Divergência entre a marca/especificação do produto entregue e a ficha técnica aprovada na licitação;
- f) Alteração Organoléptica: Produtos que apresentem odor, sabor, cor ou textura atípicos à sua composição original, incluindo qualquer indício de azedamento, rancificação ou fermentação pútrida;

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - **WhatsApp (45) 3521-1377** – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

g) Desconformidade em Hortifrutigranjeiros: Produtos in natura que se apresentem murchos, flácidos, passados do ponto de maturação, com mofo, podridão, excesso de umidade externa anormal, ou com lesões de origem física, mecânica ou biológica que afetem sua integridade;

h) Desconformidade em Carnes e Congelados: Produtos que apresentem superfície pegajosa, sinais de recongelamento, perda de vácuo, presença de tecidos inferiores não previstos (ossos, cartilagens, sebos) ou retenção de soro/água/glaciamento acima do limite máximo estabelecido.

4.7. O resultado que se pretende produzir é a entrega de gêneros alimentícios rigorosamente coerentes ao descritivo técnico e aptos a garantir a segurança alimentar da Administração Municipal. A entrega de produtos que incidam nas regras de rejeição objetiva do item 4.6 poderá acarretar, mediante análise da Administração, a aplicação de penalidades à empresa licitante, inclusive a suspensão do direito de licitar e contratar com o Município de Foz do Iguaçu/PR.

4.8. O recebimento definitivo do objeto deste edital não exime o fornecedor de ser responsabilizado, dentro das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e alterações, pela má qualidade ou divergência na descrição que venha a ser constatada em momento posterior.

Da Logística Reversa

4.9. Entende-se por logística reversa o conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou ainda para destinação final ambientalmente adequada, conforme previsto no art. 3º, inciso XII da Lei nº 12.305/2010.

4.10. Assim, o contratado deverá:

4.11. Apresentar declaração formal de atendimento à logística reversa, assumindo a responsabilidade pela coleta e destinação adequada de embalagens, caixas, recipientes retornáveis, materiais de transporte e demais resíduos sólidos vinculados ao fornecimento, no limite da proporção dos produtos entregues;

4.12. Considerando a natureza perecível dos alimentos e a periodicidade das entregas, o recolhimento dos materiais de transporte (engradados plásticos, monoblocos, paletes e caixas secundárias) deverá ocorrer no ato da entrega;

4.13. No momento do recebimento, os gêneros alimentícios deverão ser imediatamente retirados das embalagens de transporte do fornecedor e acondicionados nos equipamentos da unidade escolar, conforme determina a Instrução Normativa nº 001/2022 – SMED. Caberá ao entregador aguardar o transbordo e recolher de imediato os recipientes vazios no mesmo veículo, sendo expressamente vedado o acúmulo e a permanência de caixas e monoblocos do fornecedor nas dependências e despensas da escola, visando prevenir a entrada de insetos e garantir as condições higiênico-sanitárias do local.

4.14. Fornecer orientações à Administração sobre o manejo e a devolução das embalagens reutilizáveis ou recicláveis, quando aplicável;

4.14.1. Comprovar a destinação ambientalmente correta dos resíduos, podendo ser exigido documento comprobatório durante a execução contratual;

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 -  **WhatsApp (45) 3521-1377** – dirlei.dcs@pmf.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

4.14.2. Colaborar com ações da Administração para o cumprimento da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, conforme disposto nos arts. 30 e 31 da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

4.15. A exigência de logística reversa constará como cláusula obrigatória no contrato e sua inobservância poderá configurar descumprimento contratual, sujeitando o contratado às sanções cabíveis nos termos da legislação vigente.

4.16. A inclusão desse requisito contribui para o fortalecimento das compras públicas sustentáveis, reforça o compromisso da Administração com a redução dos impactos ambientais e estimula práticas empresariais responsáveis ao longo de toda a cadeia de fornecimento.

5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1. O contrato/Ata de registro de preço deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

5.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

5.7. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto na legislação municipal, em especial o Decreto Municipal nº 32.398/2024.

5.8. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conforme as competências definidas na legislação municipal.

5.8.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 -  WhatsApp (45) 3521-1377 – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

5.8.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

5.8.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

5.8.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

5.8.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

5.9. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário, conforme as competências definidas na legislação municipal.

5.9.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

5.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

5.10.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, conforme as competências definidas na legislação municipal.

5.10.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

5.10.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atestado de cumprimento de obrigações.

5.10.4. O gestor do contrato adotará as providências necessárias para a formalização de processo administrativo de responsabilização, com vistas à aplicação de sanções, o qual será conduzido pela comissão designada nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou setor competente, conforme o caso.

5.11. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 -  **WhatsApp (45) 3521-1377** – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

5.12. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

5.13. Notificar a contratada quando da não execução do objeto em questão, seja pelo atraso nas entregas/não atendimento aos cronogramas informados, previamente à entrega, pela Divisão de Alimentação Escolar, seja pela má qualidade dos produtos entregues, não atendendo às especificações.

5.14. As nutricionistas da SMED, responsáveis pela elaboração do cardápio e controle da qualidade da alimentação escolar, acompanharão o processo de preparo das refeições, bem como também a qualidade dos produtos, desde o início da produção *in loco* até a sua distribuição/entrega, podendo inclusive solicitar ao fiscal a **notificação imediata** dos fornecedores que **não atenderam às especificações previstas neste termo de referência**.

5.15. Gestor e Fiscal de Contrato: A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor e pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos, os quais têm as competências definidas na legislação municipal (Decreto nº 32.398/2024 e Lei nº 14.133/2021).

5.16. Para gestão e fiscalização do contrato, serão nomeados os seguintes servidores:

Gestor de Contrato	Sandro Ferreira Monma
Fiscal de Contrato Técnico	Leticia Possato Ghelere
Fiscal de Contrato Administrativo	Adriana Neves Bueno

5.17. Da Fiscalização Setorial nas Unidades Educacionais: Considerando que as entregas dos produtos ocorrerão de forma descentralizada, as Diretoras das Escolas e CMEIs e as Merendeiras Escolares atuarão como Fiscais Setoriais nas respectivas unidades. Caberá a estas servidoras atuar diretamente no recebimento físico dos produtos perecíveis, conferindo rigorosamente a qualidade (frescor, estado de conservação, etc.) e a quantidade através da contagem e/ou pesagem no ato da entrega, bem como assinar a nota de entrega (romaneio) de forma legível e reportar quaisquer ocorrências à fiscalização técnica coordenadora.

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

• Do Recebimento

6.1. O recebimento do objeto contratado ocorrerá da seguinte forma, na hipótese de fornecimento de bens:

- provisoriamente**, de forma sumária, pelo fiscal técnico ou fiscal técnico setorial, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;
- definitivamente**, pelo fiscal e gestor ou por comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais. Os

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - [WhatsApp \(45\) 3521-1377](https://api.whatsapp.com/send?phone=35211377) – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo deverão ser definidos no instrumento convocatório e/ou no contrato.

6.2. No termo detalhado deverá conter no mínimo as seguintes informações: data e horário do recebimento e/ou da execução dos serviços, quem realizou a entrega, como foi entregue o produto ou prestado o serviço, marca ou modelo, número de série, número do termo do contrato e/ou da nota de empenho, prazo de execução e prazo de vigência do contrato.

6.3. Sempre que possível, o termo detalhado deverá ser apresentado com fotografias e demais documentos pertinentes.

6.4. Caso no contrato haja fiscal técnico e administrativo, o termo de recebimento deverá ser subscrito pelos dois de acordo com as competências de cada.

6.5. A Comissão será designada por no mínimo dois servidores, um deles obrigatoriamente sendo o fiscal técnico do contrato, para os casos de contratações de fornecimento que ultrapassem 10 (dez) vezes o valor no inciso I do art. 75, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou para os casos de contratações de serviços que ultrapassem 10 (dez) vezes o valor no inciso II do art. 75, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.6. O objeto do contrato deverá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

6.7. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

6.8. A depender da previsão contratual, não poderá acontecer o recebimento parcial do objeto.

6.9. O recebimento provisório poderá ser dispensado nos casos de:

I - Aquisição de gêneros perecíveis, alimentação preparada, bem como nos casos de calamidade pública, quando caracterizada a urgência no atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens públicos ou particulares;

II - Serviços e compras até o valor previsto no inciso II do art. 75, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

6.10. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços ou fornecimento parcelado até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

6.11. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - **WhatsApp (45) 3521-1377** – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

6.12. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.13. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

6.14. Emitir-se-á o documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

6.15. Realizar-se-á a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

6.16. Comunicar-se-á a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

6.17. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e posteriormente para a Seção de Pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

6.18. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

6.20. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

- **Liquidação**

6.21. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis, nos termos do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

6.22. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021 e quando os credores sejam microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa dentro dos limites do art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006, o prazo será reduzido pela metade.

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 -  WhatsApp (45) 3521-1377 – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

6.23. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 6.23.1. O prazo de validade;
- 6.23.2. A data da emissão;
- 6.23.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;
- 6.23.4. O período respectivo de execução do contrato;
- 6.23.5. O valor a pagar; e
- 6.23.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.24. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

6.25. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sistema de Cadastro da Prefeitura de Foz do Iguaçu ou SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

6.26. A Administração deverá realizar consulta ao Sistema de Cadastro da Prefeitura de Foz do Iguaçu ou SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.27. Constatando-se, junto ao Sistema de Cadastro da Prefeitura de Foz do Iguaçu ou SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.28. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.29. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.30. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

• Prazo de Pagamento

6.31. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - [WhatsApp \(45\) 3521-1377](https://api.whatsapp.com/send?phone=35211377) – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

6.32. Na hipótese de estado de calamidade, caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a sua regularização, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica que a despesa originalmente estava inscrita.

6.33. No caso de insuficiência de recursos financeiros disponíveis para quitação integral da obrigação, poderá haver pagamento parcial do crédito, permanecendo o saldo remanescente na mesma posição da ordem cronológica.

6.34. Após o prazo para pagamento e não tendo ocorrido, deve incidir sobre o valor faturado cláusula de atualização monetária baseada na média aritmética simples do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), proporcional aos dias em atraso, adotando o índice mais favorável à Administração.

- **Forma de pagamento**

6.35. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.36. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.37. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.38. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.39. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

- **Do Critério de Reajuste de Preços**

6.40. O reajuste em sentido estrito consistirá na aplicação do índice previsto neste instrumento quando houver o interregno de 12 (doze) meses a contar da data do orçamento a que se referir, observada a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), ou outro que venha a substituí-lo, em estrita observância ao art. 289 do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

6.41. O reajuste em sentido estrito será realizado de ofício pelo gestor do contrato ou da ata de registro de preços, de acordo com os índices e data-base indicados, formalizado mediante apostila pela Diretoria de Licitações e Contratos, conforme determinação expressa do art. 290 do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

6.42. Por se tratar de procedimento a ser realizado de ofício pela Administração, fica expressamente vedado condicionar a aplicação do reajuste a pleito ou requerimento prévio da contratada, não havendo que se falar em perda do direito por omissão.

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 -  **WhatsApp (45) 3521-1377** – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

6.43. O órgão gerenciador poderá consultar a possibilidade de o fornecedor registrado renunciar parcial ou totalmente ao reajuste, conforme facultado pelo § 1º do art. 239 do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1. Modalidade e Sistema: A presente licitação será realizada na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, adotando-se o procedimento auxiliar do Sistema de Registro de Preços (SRP).

7.2. Forma de Julgamento e Adjudicação: O critério de julgamento adotado será o de MENOR PREÇO. A adjudicação do objeto ocorrerá POR ITEM (e não por lote ou valor global), a fim de viabilizar a máxima competitividade e a participação do maior número possível de fornecedores.

7.3. Modo de Disputa: Será adotado o modo de disputa ABERTO, no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos na etapa aberta, nos termos do art. 56 da Lei nº 14.133/2021, do art. 23 da IN SEGES/ME nº 73/2022 e do art. 167 do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

7.4. Compatibilização da Adjudicação com o Tratamento Favorecido (ME/EPP): Em observância à Lei Complementar nº 123/2006, à Lei Complementar nº 147/2014 e ao Decreto Municipal nº 32.398/2024, a adjudicação por item será estritamente compatibilizada com o tratamento favorecido às Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores Individuais (MEI) da seguinte maneira:

a) **Itens de Participação Exclusiva:** A adjudicação dos itens cujo valor estimado total seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será de participação exclusiva para ME, EPP e MEI.

b) **Divisão em Cotas (Principal e Reservada):** A adjudicação dos itens cujo valor estimado total ultrapasse R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será dividida em cotas. Será destinada uma Cota Reservada de até 25% (vinte e cinco por cento), limitada ao valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). A Cota Principal, destinada à ampla concorrência, será composta pelo quantitativo remanescente do item, correspondendo a, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) da quantidade total, podendo este percentual ser maior caso a Cota Reservada atinja o limite financeiro de R\$ 80.000,00 antes de preencher a margem dos 25%.

c) **Regra de Preços nas Cotas:** Caso a mesma empresa vença a Cota Reservada e a Cota Principal do mesmo item, a contratação deverá ocorrer obrigatoriamente pelo menor preço ofertado pela empresa.

d) **Ausência de Vencedor na Cota:** O instrumento convocatório preverá que, na hipótese de não haver vencedor para a Cota Reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da Cota Principal, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da Cota Principal.

e) **Empate Ficto (Cota Principal):** Nos itens de ampla concorrência, caso a melhor oferta não tenha sido apresentada por ME/EPP, e havendo proposta com valor até 5% (cinco por cento) superior à melhor classificada, será assegurado o direito de preferência, sendo a ME/EPP convocada para apresentar nova proposta inferior no prazo de 5 (cinco) minutos.

f) **Margem de Preferência Local:** Considerada a viabilidade demonstrada no Estudo Técnico Preliminar, será aplicada margem de preferência adicional de até 10% (dez por cento) para as

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 -  **WhatsApp (45) 3521-1377** – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

ME/EPP/MEI sediadas localmente (Município de Foz do Iguaçu), incidente sobre as licitações exclusivas e nas cotas reservadas, conforme art. 152, § 5º, do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

- **Qualificação Técnica**

7.5. Seleção do fornecedor: será contratado o fornecedor que participe do procedimento licitatório, apresente proposta compatível com o descritivo técnico do termo de referência e ofereça o menor preço para a contratação.

7.6. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares (gêneros alimentícios), pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o(s) lote(s) arrematado(s), por meio da apresentação de 1 (um) ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

7.7. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

7.8. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o fornecimento/entregues os produtos, entre outros documentos.

7.9. Justificativa da exigência: O atestado de capacidade técnica é o instrumento utilizado para avaliar a experiência das proponentes no relacionamento com órgãos e instituições públicas ou privadas. Seu objetivo é garantir que a contratação seja realizada com fornecedores que comprovadamente possuem experiência na execução de objeto semelhante ao pretendido. Além disso, o atestado comprova a capacidade logística da empresa licitante, especialmente no que se refere à quantidade e ao prazo de fornecimento, contribuindo para mitigar riscos de interrupções no fornecimento e evitar prejuízos à Administração Pública.

7.10. A empresa licitante deverá apresentar Alvará ou Licença Sanitária vigente, emitido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, em nome da própria empresa. Este documento é obrigatório para todos os itens licitados, com especial atenção aos itens mencionados no subitem 5.4 deste Termo de Referência.

7.11. Em caso de dispensa de alvará ou licença sanitária, tal condição deverá ser comprovada mediante a apresentação de documento oficial (certidão, declaração ou ato normativo) emitido pelo órgão sanitário competente, atestando expressamente a isenção ou dispensa para a atividade exercida.

ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.12. O custo estimado total da contratação é de R\$ 27.440.917,25 (Vinte e sete milhões quatrocentos e quarenta mil novecentos e dezessete reais e vinte e cinco centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 -  **WhatsApp (45) 3521-1377** – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

8. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Foz do Iguaçu/PR e será atendida pelas seguintes dotações:

8.2. 12.002.12.306.0310.2.174.3.3.90.32.00.00 FONTE 1107 - Fornecimento de Alimentação Escolar - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA;

8.3. 12.002.12.306.0310.2.174.3.3.90.32.00.00 - FONTE 1134 - Fornecimento de Alimentação Escolar - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

8.4. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Datado e assinado digitalmente

Elaborado por:

Bruno Drechsler

Secretário de Escola Nível II

Aprovado por:

Joyce Mara Santos da Paz Silveira

Secretária Municipal de Educação

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 -  **WhatsApp (45) 3521-1377** – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I

ENTREGA PRODUTOS PERECÍVEIS

Entrega: SEMANAL pelo fornecedor diretamente nas Escolas Municipais, Cmeis, Entidades Filantrópicas e Centros de Convivência Escola-Bairro

	PRODUTO	UNID	QUANTIDADE DE ENTREGA NOS CMEIS	QUANTIDADE DE ENTREGANAS ESCOLAS	TOTAL	DIAS DE ENTREGA
1	Alho	kg	150	200	12000	Segunda/Terça
2	Alho descascado	Kg	100	100	6000	Segunda/Terça
3	Batata	kg	520	480	30000	Segunda/Terça
4	Beterraba	Kg	300	450	8000	Segunda/Terça
5	Cebola	kg	300	450	35000	Segunda/Terça
6	Cenoura	kg	340	450	24000	Segunda/Terça
7	Couve manteiga	Kg	340	450	8000	Segunda/Terça
8	Pepino japonês	Kg	340	450	8000	Segunda/terça
9	Tomate	kg	450	560	60000	Segunda/Terça
10	Repolho	kg	320	550	30000	Segunda/Terça
11	Banana Caturra	kg	1800	5400	15000	Segunda/Terça
12	Laranja Pera	kg	1500	0	70000	Segunda/Terça
13	Mamão	kg	600	0	30000	Segunda/Terça
14	Maça	kg	620	1200	100000	Segunda/Terça
15	Manga Tommy	kg	620	0	25000	Segunda/Terça
16	Melão	Kg	620	0	30000	Segunda/Terça
17	Melancia	Kg	2400	4000	50000	Segunda/Terça
18	Ovos	cartela	300	700	45000	Segunda/Terça
19	Pêra	Kg	620	1200	20000	Segunda/Terça
20	Polpa de Fruta	kg	400	800	25000	Segunda/Terça
21	Uvas e morango	Kg	500	500		Entrega no mês de abril/outubro
22	Seleto de legumes	Pct	350	500	2500	Segunda/Terça

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - [WhatsApp \(45\) 3521-1377](https://api.whatsapp.com/send?phone=35211377) – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

	PRODUTO	UNID	QUANTIDADE DE ENTREGA NOS CMEIS	QUANTIDADE DE ENTREGANAS ESCOLAS	TOTAL	DIAS DE ENTREGA
1	Carne Moida	kg	600	600	70000	Segunda/Terça
2	Carne patinho em isca	kg	350	670	30000	Segunda/Terça
3	Carne músculo	kg	350	670	25000	Segunda e terça feira
4	Coxa Sobre coxa frango	kg	790	1500	90000	Segunda/Terça
5	Filé sassami de frango	Kg	790	1500	60000	Segunda/Terça
6	Frango moído	Pct	180	600	35000	Segunda/Terça
7	Coxinha da asa	Kg		1200	15000	Segunda/Terça
8	Pernil suíno em iscas	kg		700	15000	Segunda e terça feira
9	Copa/Lombo suíno	Kg		700	15000	Segunda/Terça

	PRODUTO	UNID	QUANTIDADE DE ENTREGANOS CMEIS	QUANTIDADE DE ENTREGA NASESCOLAS	TOTAL	DIAS DE ENTREGA
1	Leite tipo C	Litros	3000	3000	230000	Diariamente
2	Iogurte	Litros	1600	3500	50000	Diariamente
3	Manteiga	Und	200	400	8000	Segunda/terça
4	Requeijão cremoso	Und	350	600	15000	Segunda/terça
5	Queijo mussarela	Kg	300	600	20000	Segunda/terça
6	Pão caseirinho	Pct	600	1200	150000	Segunda, terça, quarta
7	Pão tipo brioche	Kg	600	1200	5000	Entrega outubro
8	Picolé uva/laranja	Unid	18000	50000	68000	Entrega outubro

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - [WhatsApp \(45\) 3521-1377](https://api.whatsapp.com/send?phone=35211377) – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO II

MODELOS DE ROMANEIO



Anexo II – Modelo de nota (romaneio) de entrega nas unidades escolares

Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

SMED - Divisão de Alimentação Escolar

Logo da
empresa

TERMO DE RECEBIMENTO

UNIDADE ESCOLAR: ADELE ZANOTTO SCALCO (nome da escola/CMEI)

ROTA: PORTO MEIRA

Empenho : ____/18

Atesto que os (as) responsáveis abaixo receberam durante o período de ____/24 à ____/24 (semana) da empresa
CNPJ ____ os produtos relacionados:

Quant	Und	Produto	Valor Unit.	Total	Quant	Und	Produto	Valor Unit.	Total
48,0000	KG	Nome do produto	12,8500	616,80	90,0000	KG	BANANA CATURRA	2,3400	210,60
									827,40

Neste termo os produtos entregues estão de acordo com projeto de venda de Gênero Alimentícios para a Alimentação Escolar totalizando o valor de ____

Declaro ainda que o(s) produto(s) recebido(s) está(ao) de acordo com os padrões de qualidade aceitos por esta instituição.

FOZ DO IGUAÇU, 16 de ABRIL de 2024.



Anexo II – Modelo de nota (romaneio) de entrega nas unidades escolares

Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

SMED - Divisão de Alimentação Escolar

Logo da
empresa

TERMO DE RECEBIMENTO

UNIDADE ESCOLAR: ADELE ZANOTTO SCALCO (nome da escola/CMEI)

ROTA: PORTO MEIRA

Empenho : ____/18

Atesto que os (as) responsáveis abaixo receberam durante o período de ____/24 à ____/24 (semana) da empresa
CNPJ ____ os produtos relacionados:

Quant	Und	Produto	Valor Unit.	Total	Quant	Und	Produto	Valor Unit.	Total
48,0000	KG	Nome do produto	12,8500	616,80	90,0000	KG	BANANA CATURRA	2,3400	210,60
									827,40

Neste termo os produtos entregues estão de acordo com projeto de venda de Gênero Alimentícios para a Alimentação Escolar totalizando o valor de ____

Declaro ainda que o(s) produto(s) recebido(s) está(ao) de acordo com os padrões de qualidade aceitos por esta instituição.

FOZ DO IGUAÇU, 16 de ABRIL de 2024.

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - WhatsApp (45) 3521-1377 – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO III INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2022 – SMED

Orienta as Unidades Educacionais Municipais sobre a entrega, recebimento, preparo e distribuição da alimentação escolar na Rede Municipal de Ensino.

A Secretaria Municipal da Educação, no uso das atribuições legais e considerando:

- Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013,
- Resolução ANVISA nº 216, de 15 de setembro de 2004,
- Lei Complementar de Foz do Iguaçu Nº 17, de 30 de agosto de 1993.
- Lei Estadual nº 14.423, de 02 de junho de 2004
- A necessidade de definir critérios, funções e/ou responsabilidades de gestores e funcionários na organização, entrega, recebimento, preparo e distribuição da alimentação escolar na Rede Municipal de Ensino da Rede Municipal de Ensino de Foz do Iguaçu, expede a presente Instrução Normativa.

Art. 1º Cada Unidade de Ensino é responsável pela guarda, recebimento, controle, armazenamento, conservação, preparo e consumo dos gêneros alimentícios recebidos, além da distribuição da alimentação.

Art. 2º As merendeiras devem acompanhar e seguir o cardápio enviado pela Secretaria Municipal da Educação/Divisão de Alimentação Escolar e registrar a movimentação diária dos produtos bem como o **número de refeições servidas**.

Art. 3º A assinatura de recebimento de todas as mercadorias entregues só deve ocorrer após o funcionário responsável ter conferido rigorosamente os produtos e verificado se os itens, quantidades e qualidade estão de acordo com as condições no romaneio entregue pelo fornecedor.

Art. 4º As merendeiras deverão verificar o número de crianças presentes diariamente e preparar a alimentação de acordo com a quantidade de alunos, evitando o desperdício.

DO ARMAZENAMENTO

Art. 5º A despensa deve ser mantida sempre limpa e organizada, para facilitar o controle das condições e prazo de validade dos gêneros alimentícios.

§ 1º Os gêneros alimentícios, mesmo que em suas embalagens secundárias (caixas, fardos), NÃO poderão ser armazenados diretamente em contato com a superfície (chão), devendo ser utilizados prateleiras e estrados.

§ 2º Os alimentos deverão ser acondicionados protegidos do sol e em ambiente com boa ventilação.

§ 3º As janelas da despensa, cozinha e refeitório deverão ser providas de telas de proteção, evitando assim a entrada de insetos.

§ 4º A despensa dos gêneros alimentícios é de uso exclusivo para armazenamento dos produtos da alimentação escolar. É vedada utilização deste local para materiais de limpeza, expediente, esportivos, peças de vestuário e outros pertences pessoais, objetos em desuso, entre outros.

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - **WhatsApp (45) 3521-1377** – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

§ 5º Os gêneros alimentícios após serem retirados das caixas e fardos, deverão ser guardados, agrupados por tipo e gênero nas prateleiras, de modo a facilitar o controle de estoque.

§ 6º Os produtos devem ser organizados de forma que os de validade mais próxima sejam dispostos a frente dos demais para que sejam consumidos prioritariamente: **Primeiro que ENTRA - Primeiro que SAÍ.**

DAS SOBRAS DOS ALIMENTOS

Art. 6º A fim de evitarmos problemas (desvio de merenda) orientamos que as sobras das preparações não sejam levadas por funcionários ou doadas.

§ 1º Desvio de merenda é caracterizado por todo e qualquer alimento ou preparação fornecido(a) para o destino que não seja a alimentação escolar dos alunos, bem como o recebimento de alimentos diferente na nota assinada.

§ 2º Os responsáveis pelo desvio, direção e merendeiras e quem recebeu, poderão responder nas esferas administrativa, civil e criminal.

DA FALTA, EXCESSO E REMANEJAMENTO

Art. 7º Havendo previsão de falta de algum gênero alimentício para o preparo e atendimento aos alunos, a unidade de ensino deverá entrar em contato imediato com a Divisão de Alimentação Escolar, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias para as providências necessárias.

Art. 8º Em caso de excesso de alimentos na unidade, a Divisão de Alimentação Escolar deverá ser informada para que possam ser tomadas as medidas necessárias (adequação do per capita e do cardápio, diminuição ou remanejamento). Os alimentos não poderão estar **VENCIDOS para o REMANEJAMENTO.**

§ 1º É de responsabilidade da Unidade de Ensino o controle do vencimento dos produtos, após o vencimento não será possível realizar remanejamento.

ALTERAÇÕES NAS CARACTERÍSTICAS DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

Art. 9º Ao perceber qualquer alteração nas características próprias dos produtos, o gestor deverá comunicar imediatamente a Divisão de Alimentação Escolar para as devidas orientações e providências.

§ 1º É vedado o descarte e doação de alimentos, mesmo que alterados, antes das orientações enviadas pela Divisão de Alimentação Escolar, sob pena de assumir responsabilidade pelo ato isolado praticado.

DO PRAZO DE VALIDADE DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

Art. 10 Alimento com prazo de validade vencido na unidade de ensino é condição inadmissível e injustificável, cabendo, após apuração, penalização aos responsáveis da unidade de ensino. Devendo ser informado a Secretaria de Educação para orientações sobre as providências a serem tomadas.

DAS ATRIBUIÇÕES DAS MERENDEIRAS

Art. 11 Fazer uso de uniforme limpo, sapatos fechados e touca com os cabelos totalmente protegidos.

Art. 12 Deverão seguir o procedimento de lavagem das mãos conforme “Instruções para lavar as mãos corretamente” afixadas no local onde manipuladores de alimentos efetuam a lavagem destas.

Art. 13 Manter unhas limpas, curtas e sem esmalte.

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 -  **WhatsApp (45) 3521-1377** – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

Art. 14 É proibido uso de maquiagem, perfumes e todo tipo de adorno como: anéis, alianças, relógios, brincos, colares, pulseiras, entre outros durante a manipulação de alimentos.

Art. 15 Registrar as saídas de estoque, bem como o número de refeições servidas e cardápio é atribuição do responsável designado para este fim.

Art. 16 Manter limpos os locais de preparação e armazenamento dos alimentos, bem como dos utensílios utilizados na preparação e distribuição, sendo de responsabilidade dos manipuladores de alimentos.

Art. 17 Caso o manipulador seja acometido por alguma doença transmissível (resfriado, gripe, diarreia) ou apresente lesões nas mãos deverá ser afastado das funções de manipulador de alimentos.

Art. 18 Conforme Termo de Referência para contratação da mão de obra para o preparo da alimentação escolar, o Item 9 – o qual descreve as funções das merendeiras, e o Item 12.g. – o qual trata das proibições de desempenho de funções alheias, proíbe-se às merendeiras preparar alimentos e/ou prestar serviço à cantina comercial, assim como preparar alimentos exclusivos para funcionários, podendo o diretor(a) da unidade de ensino responder administrativamente.

ORIENTAÇÕES PARA O USO ADEQUADO DOS UNIFORMES PELAS MERENDEIRAS

Art. 19 O uso do uniforme é fundamental para garantir a higiene dos alimentos, além de ser equipamento de proteção individual do trabalhador, prevenindo riscos de cortes, queimaduras e/ou quedas; por isso, o uniforme deve ser usado somente nas dependências internas da escola e deve ser trocado diariamente, mantendo-o limpo e conservado.

§ 1º Além disso, não devem carregar no uniforme, objetos de uso pessoal (canetas, cigarro, dinheiro, celular) nem usar adornos (brincos, anéis e pulseiras), para evitar contaminações.

Art. 20 É vedado o uso de aparelho celular, o mesmo não deverá ser utilizado nas dependências da cozinha e na manipulação de alimentos, pois possui grande risco de contaminação, conforme apontam estudos que mostram que celular possui mais bactérias que vaso sanitário, portanto celulares não devem estar na cozinha.

Art. 21 Ao se vestir deverão colocar inicialmente a touca, em seguida as roupas e por ultimo o calçado, lavando as mãos em seguida.

§ 1º **Toucas:** Todos os manipuladores de alimentos, bem como as demais pessoas que têm acesso à cozinha, devem usar cabelos presos e completamente cobertos com redes ou toucas. Curiosidade: 1 mm de cabelo pode conter até 50.000 microorganismos.

§ 2º **Luvas de látex (borracha):** Devem ser usadas para proteção das mãos e punhos contra agentes agressivos, como produtos de limpeza. Não deverão ser utilizadas para manipular alimentos.

§ 3º **Luvas plásticas descartáveis:** Deverão ser utilizadas exclusivamente no preparo do pão e distribuição dos alimentos. O uso das luvas descartáveis não substitui a higienização das mãos.

§ 4º **Aventais:** Protegem o uniforme principal, evitando sujeira desnecessária e possíveis manchas.

§ 5º **Jaleco ou Camiseta:** É importante para garantir que a alimentação escolar seja protegida de sujeira e contaminantes normalmente encontrados nas roupas do dia a dia, bem como, faz parte da identidade da merendeira.

§ 6º **Calça:** Como o jaleco, a calça também é importante para garantir que a alimentação escolar seja protegida de sujeiras e contaminantes, além também de fazer parte da identidade da merendeira.

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - WhatsApp (45) 3521-1377 – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

§ 7º **Botas ou Sapatos de PVC:** Possui solado emborrachado, seu uso é indispensável, pois impedem choques elétricos, quedas, queimaduras e outros acidentes, é um equipamento de proteção para a merendeira.

MAPA DA MERENDA

Art. 22 É o documento utilizado para acompanhamento e distribuição da alimentação escolar, que informa o cardápio servido, número de refeições, entrada/saída e validade dos alimentos, dentre outros. Deve ser preenchido mensalmente. As informações são de responsabilidade das merendeiras, devendo ser entregue impreterivelmente até o dia 05 de cada mês.

§ 1º O não cumprimento do prazo de entrega do mapa da merenda e a reincidência da falta do cumprimento deste implicarão em medida administrativa.

§ 2º A entrega dos mapas subsidia o setor responsável para o envio dos alimentos necessários de acordo com o planejamento do cardápio e necessidades de cada unidade; otimização das quantidades evitando desperdício; verificação do cumprimento do cardápio; verificação de estoque; dentre outros.

ORIENTAÇÕES NA ENTREGA E RECEBIMENTO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

Art. 23 Cabe à Unidade de Ensino observar e seguir os seguintes procedimentos para recebimento dos gêneros alimentícios entregue pelos fornecedores:

§ 1º No ato da entrega o responsável pelo recebimento deverá conferir a qualidade e a quantidade com base nas informações constantes no comprovante de entrega.

§ 2º Pesquisar ou contar todos os produtos e observar a qualidade dos gêneros entregues, de acordo com AS ESPECIFICAÇÕES, antes de assinar a nota de entrega. A pesagem deverá ocorrer sem a caixa de armazenamento ou fazer o desconto da caixa.

§ 3º Os hortifrutis deverão ser retirados das caixas entregues pelos fornecedores e acondicionados em caixas apropriadas das unidades escolares.

§ 4º Observar se o veículo de entrega encontra-se em boas condições de higiene e conservação. Para os produtos que deverão ser entregues congelados, o carro deverá ser isotérmico com temperatura variável de -18°C e -15°C.

§ 5º As entregas deverão ocorrer no horário de funcionamento de cada Unidade Escolar.

I) **Manhã:** 07h30min às 11h30min

II) **Tarde:** 13h30min às 17h30min

§ 6º Os gêneros alimentícios congelados deverão ser imediatamente retirados das caixas ou embalagens secundárias e acondicionados nos congeladores.

PROCEDIMENTO NO CASO DE HAVER IRREGULARIDADES NA ENTREGA DE PRODUTOS

Art. 24 Quantidade menor: Pode ser recebida, desde que informado nas 03 (três) vias do comprovante de entrega, fazendo constar nome legível e assinatura do responsável pelo recebimento na unidade de ensino e não esquecer de utilizar a balança para pesar os produtos entregues.

§ 1º Inadequações referentes à qualidade: não receber produtos em desacordo com os padrões estabelecidos e entrar em contato com a Divisão de Alimentação Escolar.

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 -  **WhatsApp (45) 3521-1377** – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

§ 2º Todas as irregularidades na entrega deverão ser comunicadas imediatamente a Divisão de Alimentação Escolar.

§ 3º Orientamos que todas as unidades mantenham as balanças em local de fácil acesso para facilitar a pesagem no momento da entrega, bem como as caixas apropriadas para armazenagem dos produtos.

DO DESCONGELAMENTO

Art. 25 As carnes devem sempre ser descongeladas sob refrigeração para não haver perda de nutrientes, textura e não ocorrer risco de proliferação de microorganismos.

§ 1º O líquido proveniente do descongelamento deve ser descartado durante o processo, pois o mesmo pode servir como meio de cultura para a multiplicação de microorganismos.

§ 2º O recipiente usado para o descongelamento deverá ser bem higienizado com água clorada, antes e depois do procedimento.

§ 3º O alimento descongelado não deverá ser congelado novamente.

§ 4º As carnes IQF não necessitam ser descongeladas, podendo ser retiradas do freezer no ato do preparo.

CONTROLE DE TEMPERATURA DOS ALIMENTOS

Art. 26 A temperatura dos alimentos é um importante fator para o controle da qualidade dos alimentos, sendo que através dela podemos evitar riscos de intoxicação alimentar, além de ser uma exigência da Vigilância Sanitária, pois se utiliza o frio e o calor para destruir ou evitar a multiplicação de microrganismos (por exemplo, bactérias) que podem causar a intoxicação.

§ 1º A medição deverá ocorrer no momento do recebimento do produto, no descongelamento e, antes de servir e que também deverá anotar em planilha anexa para controle, que se encontra disponível no Portal NTM.

§ 2º O termômetro deverá ser utilizado da seguinte forma:

- I) Retire a proteção da ponta (haste) e ligue no botão on/off;
 - II) Insira a haste no centro do alimento;
 - III) Não deixe que o sensor toque os lados ou fundo do alimento (Podem estar mais frio ou mais quente e a leitura não será correta);
 - IV) Espere estabilizar a temperatura, faça a leitura e registre na planilha de controle.
 - V) A leitura é do número maior que aparece no centro do visor;
 - VI) Para medir a temperatura em produtos embalados (carnes e leites nos pacotes) coloque a haste entre duas embalagens;
 - VII) Higienizar a haste antes e após o uso, utilizando álcool 70°C.
- § 3º Seguem abaixo as tabelas de controle de temperatura que deverão estar os alimentos de acordo com cada processo:

I) Temperatura de recebimento de produtos:

PRODUTO	TEMPERATURA
Carne congelada	-18 C° até -6° C

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - [WhatsApp \(45\) 3521-1377](https://api.whatsapp.com/send?phone=35211377) – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

Leite e Iogurte	No máximo 7° C
Polpa de Fruta	-18°C até 0°C

II) Temperatura de descongelamento:

4°C	Em geladeira
-----	--------------

III) Temperatura para atingir o cozimento:

70° C	No centro do alimento
-------	-----------------------

IV) Temperatura para servir o alimento:

Acima de 60°C	Servir em no máximo 1 hora
---------------	----------------------------

§ 4º O controle deverá ser anotado logo após a medição em planilha anexa. Caso a temperatura de recebimento não esteja adequada recusar o recebimento e entrar imediatamente em contato com o setor de alimentação escolar. No momento do preparo a temperatura deverá atingir no mínimo 70°C antes de desligar e no momento de servir deverá estar em 60°C, não podendo ficar mais que 1 hora em 60°C, pois aumenta o risco de contaminação.

USO DA SOLUÇÃO CLORADA

Art. 27 O uso da solução clorada é de suma importância para garantir a eficácia na higienização dos hortifrutis.

§ 1º Os hortifrutis (saladas e frutas) deverão ser higienizadas em água corrente, um a um e após mergulhar no molho da solução clorada (para cada litro de água 1 colher de sopa) por 15 minutos, retirar e enxaguar novamente.

CASOS DE ALERGIAS ALIMENTARES

Art. 28 Em caso de crianças que apresentem Alergias/Intolerâncias alimentares solicitar aos pais/responsáveis cópia do laudo ou declaração (médico e/ou nutricionista) e enviar à Secretaria Municipal de Educação/Divisão de Alimentação Escolar com as informações da criança, conforme consta no Apêndice I.

§ 1º Importante lembrar que todo ano deve ser feito o cadastramento das crianças para a Divisão de Alimentação Escolar.

CONDIÇÕES GERAIS

Art. 29 Sugerimos que cada Unidade de Ensino designe 01 (uma) cozinheira coordenadora para ser responsável pelo funcionamento da cozinha e recebimento dos produtos. As unidades escolares que aderiram, obtiveram ótimos resultados.

Art. 30 A cozinha e despensa são locais restritos às pessoas que exercem a função de manipulação de alimentos e supervisão da alimentação escolar, sendo proibida a entrada, permanência e circulação de alunos, professores, fornecedores e demais pessoas não autorizadas.

Art. 31 Na porta de entrada da cozinha deve ser afixado o aviso de “Proibida a entrada de pessoas não autorizadas”.

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - WhatsApp (45) 3521-1377 – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

Art. 32 Professores e funcionários poderão consumir a alimentação servida na unidade de ensino, desde que seja o mesmo cardápio destinado ao aluno e possua objetivos pedagógicos.

Art. 33 O CARDÁPIO deve ser fixado em local de fácil visualização dos alunos e da Comunidade Escolar.

Art. 34 O período de alimentação dos alunos deve ser no mínimo de 15 (quinze) minutos. Caso necessário, a direção deve avaliar a possibilidade de distribuir a alimentação em mais de um local ou horários diferenciados.

Art. 35 As caixas d'água devem ser higienizadas semestralmente, por profissional especializado, comprovada mediante documentação.

Art. 36 Os resíduos devem ser separados em lixeiras próprias (orgânico/reciclável).

Art. 37 Amostra da Merenda: É importante guardar a amostra em todos os turnos e com todas as preparações, para investigação em caso de suspeitas de intoxicação alimentar. Deve ocorrer da seguinte forma: Após o preparo do alimento colocar uma porção (em torno de 100 gr) de cada tipo de alimento na embalagem para amostra, identificar, armazenar no freezer por 72 horas (3 dias) e após o período descartar.

Art. 38 No portal NTM, na pasta "Alimentação Escolar" dentro da Diretoria de Assistência ao Educando, encontram-se planilhas de controle de gás, controle de temperatura, limpeza de freezers e geladeiras, limpeza da caixa d'água, controle de temperatura como orientação para uma melhor organização da Unidade Escolar.

Art. 39 A fim de evitar riscos de intoxicação alimentar no ambiente escolar, orientamos que as Unidades Escolares tenham muito cuidado com a entrada de alimentos que não façam parte da alimentação escolar (doações, por exemplo), não assumimos nenhuma responsabilidade técnica destes alimentos, pois não há controle do preparo e das condições de armazenamento de tais.

Art. 40 Fornecer cópias do cardápio na agenda das crianças, a fim de acompanhamento por parte dos responsáveis pelos alunos.

AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Art. 41 A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) é um campo de conhecimento de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis.

§ 1º O espaço escolar é considerado um dos alicerces para formação de adultos e comunidades com hábito de vida saudável, visto que a criança está em pleno desenvolvimento e onde passa a maior parte de seu tempo.

§ 2º A prática de EAN deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo com os alunos, considerando todas as fases da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar.

§ 3º Considerando que a alimentação escolar faz parte do processo de alimentação saudável, visto que garante o Direito Humano à Alimentação Adequada e promove Segurança Alimentar e Nutricional dentro do espaço escolar, a Secretaria Municipal de Educação, apóia e incentiva para que as unidades escolares realizem de forma transdisciplinar ações de EAN, estando as nutricionistas da SMED à disposição, no auxílio para as atividades e projetos.

PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (CAE)

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - **WhatsApp (45) 3521-1377** – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

Art. 42 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento da alimentação escolar municipal, conforme a Resolução 26/2013 – FNDE.

§ 1º Acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados a alimentação escolar.

§ 2º Zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, bem como da aceitabilidade dos cardápios oferecidos e o cumprimento destes.

§ 3º Comunicar os FNDE, aos tribunais de contas, a controladoria - geral da União, ao Ministério Público e aos demais órgãos de controle qualquer irregularidade identificada na execução do PNAE.

INFORMAÇÕES GERAIS

Art. 43 Ressalta-se que todo e qualquer tipo de denúncia e/ou reclamação deverá ser encaminhada ao setor competente, qual seja, Diretoria de Assistência ao Educando, para que a partir do conhecimento desta, sejam tomadas as providências cabíveis.

§ 1º Registre-se que aos funcionários e demais servidores responsáveis pela alimentação escolar, que caso se furtem ao cumprimento das responsabilidades descritas na presente instrução normativa, de acordo com o estatuto do servidor, Lei Complementar nº 17/1993:

I) Quanto aos deveres:

Art. 208 - São deveres do servidor público:

IV - cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;

VI – levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades quando tiver ciência em razão do cargo;

VII – zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público.

II) Quanto às proibições:

Art. 209 – Ao servidor público é proibido:

XI – receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições.

III) Quanto às responsabilidades

Art. 218 – O servidor público responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

Art. 219 – A responsabilidade civil decorre do ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposos, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.

Art. 220 – A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputadas ao servidor público, nessa qualidade.

Art. 221 – A responsabilidade administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho do cargo ou função.

Art. 222 – As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

IV) Quanto às penalidades:

Art. 224 – São penalidades disciplinares:

I – advertência;

II – suspensão;

III – demissão;

V – cassação de aposentadoria ou disponibilidade

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - [WhatsApp \(45\) 3521-1377](https://api.whatsapp.com/send?phone=35211377) – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO II

MODELO DA PROPOSTA COMERCIAL (em papel personalizado da empresa)

Razão Social: _____ CNPJ/MF: _____ IE _____
Endereço: _____ Tel/Fax: _____ CEP: _____
Cidade: _____ UF: _____
E-mail _____
Banco _____ Agência Bancária _____ Conta Corrente nº _____

A
Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu
Diretoria de Licitações e Contratos
PREGÃO ELETRÔNICO nº ____/2026

Em atenção ao Pregão em epígrafe, apresentamos nossa proposta comercial para o fornecimento do objeto, conforme abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UN.	QTDE	MARCA	PREÇO UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1						
TOTAL GERAL R\$						

Condições de Pagamento: conforme edital
Prazo de Entrega: conforme Edital;
Validade da Proposta: 90 (noventa) dias

NOME e CPF do responsável pela assinatura da ata de registro de preços e E-mail cadastrado para assinatura da ata de registro de preços: obrigatório o preenchimento

Declaramos de que nos preços propostos encontra-se incluídos todos os tributos, impostos de quaisquer natureza, encargos sociais, e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação.

Local, ____ de _____ de 2026.

Atenciosamente

Representante Legal da Proponente
Nome, RG e CPF

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - [WhatsApp \(45\) 3521-1377](https://api.whatsapp.com/send?phone=35211377) – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

IMPORTANTE

INSTRUÇÕES PARA CADASTRO OBRIGATÓRIO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Referência: Assinatura de Contrato/Ata de Registro de Preços

UASG: 987563 – Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu

Pregão Eletrônico nº: ____/2026

À

SÓCIO ADMINISTRADOR (Responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços).

Informamos que, para fins de assinatura da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS e demais atos administrativos, **é obrigatória a realização prévia de cadastro no sistema eletrônico da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu**, conforme disposto no Decreto nº 28.900/2021.

A assinatura será realizada por meio eletrônico, mediante utilização de **certificado digital** emitido por autoridade credenciada na Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil), nos termos do item 18.13 do Edital.

Dessa forma, a empresa deverá providenciar, com antecedência, o cadastro no sistema, sendo esta uma condição indispensável para a assinatura da Ata de Registro de Preços.

O e-mail informado no momento do cadastro deverá ser o mesmo indicado na proposta comercial, pois será utilizado para envio da notificação de assinatura.

Link para cadastro:

<https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/PORTALSERVIDOR/Usuario/Registrar>

Ressalta-se que, após o cadastro, **é necessário concluir a validação por meio do e-mail informado**, a fim de habilitar o acesso ao sistema.

O não atendimento desta exigência poderá inviabilizar a formalização da Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido.

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 -  **WhatsApp (45) 3521-1377** – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO III

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026

Aos ____ dias do mês de _____ de 2026, o MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.206.606/0001-40, com sede na Praça Getúlio Vargas, nº 280, Centro, Foz do Iguaçu/PR, por intermédio da Secretaria Municipal da Saúde, neste ato representada por _____, considerando o julgamento do Pregão Eletrônico nº ____/2026, para Registro de Preços, HOMOLOGADO em ____/____/2026, RESOLVE registrar os preços das empresas relacionadas nesta Ata, de acordo com a classificação obtida e observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 32.398/2024 e demais normas aplicáveis, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

1. DO OBJETO

- 1.1. A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de _____, conforme especificações, quantitativos estimados e condições estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº ____/2026.
- 1.2. O quantitativo total estimado para esta licitação constitui a EXPECTATIVA máxima de consumo para o período. Contudo, a Administração Pública Municipal compromete-se a demandar e adquirir o **quantitativo mínimo de 50% (cinquenta por cento) do volume estimado para cada um dos itens registrados**, garantindo aos licitantes este volume mínimo de contratação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

2. DAS EMPRESAS, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

- 2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

LICITANTE - CNPJ			
quant.	unid.	especificações	vlr unit.
LICITANTE - CNPJ			
quant.	quant.	quant.	quant.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR

- 3.1. A Secretaria Municipal da Educação de Foz do Iguaçu atuará como órgão gerenciador da presente Ata de Registro de Preços, competindo-lhe sua gestão, controle e acompanhamento, nos termos da legislação aplicável.

4. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. Não será admitida adesão à presente Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes.

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - [WhatsApp \(45\) 3521-1377](https://api.whatsapp.com/send?phone=35211377) – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

5. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E LOCAL DE ENTREGA

- 5.1. As condições de execução, prazos, locais de entrega, critérios de recebimento e demais disposições operacionais do objeto observarão o estabelecido no Termo de Referência, Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº ____/2026.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 6.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município, podendo ser prorrogada por igual período, mediante anuência do fornecedor e comprovação da vantajosidade dos preços registrados.
- 6.1.1. Em caso de prorrogação da Ata de Registro de Preços, serão renovados os quantitativos originalmente registrados;
- 6.1.2. Esgotados os quantitativos registrados antes do término da vigência da ata, a prorrogação poderá ser antecipada, com renovação dos quantitativos inicialmente registrados, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
- 6.1.3. É vedada a acumulação dos quantitativos ou da previsão de gastos entre o período original e o período prorrogado da contratação.
- 6.2. Após a homologação do certame, serão observadas as seguintes condições para formalização da Ata de Registro de Preços:
- 6.2.1. Serão registrados na ata os preços e quantitativos das licitantes adjudicatárias, observadas as condições estabelecidas no edital e na proposta vencedora;
- 6.2.2. A ata da sessão pública integrará a presente Ata de Registro de Preços como documento anexo, para fins de definição da ordem de classificação e eventual convocação dos fornecedores remanescentes;
- 6.2.3. Será observada, nas futuras contratações decorrentes desta Ata, a ordem de classificação das licitantes registradas.
- 6.3. O registro das licitantes remanescentes tem por finalidade a formação de cadastro de reserva para os casos de impossibilidade de atendimento pelo fornecedor originalmente registrado.
- 6.4. Para fins de formação da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 6.5. A habilitação das licitantes que comporão o cadastro de reserva será exigida somente quando houver necessidade de convocação de fornecedor remanescente, especialmente nas seguintes hipóteses:
- 6.5.1. recusa do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços; ou
- 6.5.2. cancelamento do registro do fornecedor, nos termos desta Ata e da legislação aplicável.
- 6.6. Os preços registrados e a relação dos fornecedores serão divulgados no Diário Oficial do Município e disponibilizados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 -  **WhatsApp (45) 3521-1377** – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

7. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Após a homologação do certame, as licitantes mais bem classificadas serão convocadas para assinatura da Ata de Registro de Preços, no prazo de 3 (três) dias úteis, observadas as condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

7.1.1. O prazo para assinatura poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação da licitante convocada, apresentada durante o prazo originalmente concedido e devidamente justificada.

7.2. A Ata de Registro de Preços será formalizada por meio eletrônico, mediante assinatura digital.

7.2.1. Para proceder à assinatura eletrônica da Ata de Registro de Preços, o representante legal ou responsável pela assinatura deverá estar previamente cadastrado no Sistema de Informações do Município (SID) de Foz do Iguaçu, com habilitação para assinatura eletrônica, nos termos do Decreto nº 28.900/2021-PMFI. O cadastro poderá ser realizado por meio do seguinte endereço eletrônico: <https://sistemas.pmf.pr.gov.br/PORTALSERVIDOR/Usuario/Registrar>.

7.2.2. A Ata de Registro de Preços será disponibilizada eletronicamente pelo sistema do Município, sendo encaminhada notificação ao endereço eletrônico informado pela licitante cadastrada.

7.2.3. O fornecedor deverá realizar a assinatura da Ata no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados do envio da notificação eletrônica.

7.2.4. Compete exclusivamente à licitante manter atualizados seus dados cadastrais e acompanhar as comunicações encaminhadas pelo sistema eletrônico do Município.

7.2.5. O fornecedor convocado que deixar de assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido ficará sujeito às sanções previstas no edital e na legislação aplicável;

7.3. Na hipótese de não assinatura da Ata de Registro de Preços pelo fornecedor convocado, poderá a Administração convocar as licitantes remanescentes integrantes do cadastro de reserva, observada a ordem de classificação, para assinatura nas condições ofertadas pelo primeiro colocado.

7.4. Frustrada a convocação dos fornecedores remanescentes, a Administração poderá promover negociação com os demais classificados, observada a ordem de classificação e os princípios da vantajosidade e da economicidade.

8. DA ALTERAÇÃO DE MARCA

8.1. Será admitida a alteração da marca originalmente registrada, mediante solicitação fundamentada do fornecedor, desde que a nova marca atenda integralmente às especificações técnicas do Termo de Referência e seja previamente aceita pelo órgão gerenciador, observadas as disposições da legislação aplicável.

8.1.1. A alteração de marca não poderá resultar em prejuízo à qualidade, desempenho, compatibilidade, funcionalidade ou padronização do objeto contratado.

8.1.2. Na hipótese de a nova marca possuir valor de mercado inferior ao da originalmente registrada, deverá haver redução proporcional do preço registrado.

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - **WhatsApp (45) 3521-1377** – dirlei.dcs@pmf.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

8.1.3. A alteração da marca somente produzirá efeitos após manifestação favorável da Administração e formalização do respectivo apostilamento ou termo aditivo, quando cabível.

9. DA REVISÃO E NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens ou serviços registrados, observadas as disposições da legislação aplicável.

9.2. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociação visando à redução dos preços registrados.

9.2.1. Caso o fornecedor não aceite reduzir os preços aos valores praticados pelo mercado, poderá ser liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

9.2.2. Não havendo êxito na negociação, a Administração poderá promover o cancelamento do registro do fornecedor ou da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas necessárias à obtenção de contratação mais vantajosa.

9.3. O fornecedor poderá requerer a revisão dos preços registrados mediante apresentação de pedido formal, devidamente instruído com documentação comprobatória do desequilíbrio econômico-financeiro alegado.

9.3.1. A revisão poderá ser concedida em casos de força maior, caso fortuito, fato do príncipe, fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, bem como em razão de criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

9.3.2. O pedido de revisão deverá ser formalizado perante o órgão gerenciador, acompanhado da documentação necessária à demonstração do fato alegado e de seu impacto econômico-financeiro.

9.3.3. prazo para análise do pedido pela Administração será de até 45 (quarenta e cinco) dias úteis, contados do recebimento do requerimento devidamente instruído.

9.3.4. Na hipótese de necessidade de complementação documental ou esclarecimentos adicionais, o prazo para análise será interrompido até o atendimento integral das diligências pelo fornecedor, iniciando-se nova contagem integral após a apresentação da documentação complementar.

9.3.5. Na hipótese de indeferimento do pedido de revisão, o fornecedor deverá manter a execução das obrigações assumidas, sob pena de cancelamento do registro e aplicação das sanções cabíveis.

9.3.6. O descumprimento das obrigações assumidas durante a tramitação do pedido de revisão poderá ensejar o cancelamento do registro do fornecedor e a aplicação das sanções administrativas cabíveis.

9.3.7. Em caso de cancelamento do registro do fornecedor, poderá a Administração convocar os fornecedores integrantes do cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 -  **WhatsApp (45) 3521-1377** – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

10. DO REAJUSTE

- 10.1.** Os preços registrados poderão ser reajustados após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado da contratação, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, observadas as disposições da legislação aplicável.
- 10.2.** O reajuste poderá ser processado de ofício pela Administração, observada a manutenção da vantajosidade dos preços registrados.
- 10.3.** O reajuste será formalizado mediante apostilamento, nos termos da legislação aplicável.

11. DO PAGAMENTO

- 11.1.** O pagamento será efetuado por intermédio de depósito em conta bancária de titularidade do fornecedor beneficiário, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da liquidação da despesa, na forma da legislação aplicável;
- 11.1.1.** Não será admitido pagamento antecipado, total ou parcial, ressalvadas as hipóteses legalmente previstas.
- 11.2.** As condições de pagamento, critérios de recebimento, liquidação da despesa e demais disposições operacionais observarão o estabelecido no Termo de Referência e na legislação municipal aplicável.
- 11.3.** Para fins de pagamento, poderá ser exigida a comprovação da regularidade fiscal, social, trabalhista e fundiária do fornecedor, nos termos da legislação vigente.
- 11.4.** Havendo erro, inconsistência ou irregularidade na documentação apresentada, bem como descumprimento de obrigações contratuais pelo fornecedor, o prazo para pagamento ficará suspenso até a regularização da pendência.
- 11.5.** Nos casos de atraso de pagamento não atribuível ao fornecedor beneficiário, os valores devidos serão acrescidos de encargos moratórios na forma da legislação aplicável

12. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 12.1.** O registro do fornecedor poderá ser cancelado pelo órgão gerenciador, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:
- 12.1.1.** descumprimento das condições da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pela Administração;
- 12.1.2.** recusa injustificada em retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 12.1.3.** aplicação das sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.
- 12.1.4.** impossibilidade superveniente de cumprimento das obrigações assumidas, devidamente comprovada;
- 12.1.5.** perda das condições de habilitação exigidas no certame, quando aplicável.
- 12.2.** Na hipótese de aplicação de sanção que não ultrapasse o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, poderá o órgão gerenciador, mediante decisão fundamentada, optar

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - **WhatsApp (45) 3521-1377** – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

pela manutenção do registro, vedadas novas contratações enquanto perdurarem os efeitos da penalidade.

- 12.3. O cancelamento do registro será formalizado por decisão motivada do órgão gerenciador.
- 12.4. Cancelado o registro do fornecedor, poderá a Administração convocar os integrantes do cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 12.5. Os preços registrados poderão ser cancelados total ou parcialmente pelo órgão gerenciador, nas seguintes hipóteses:
 - 12.5.1. por razões de interesse público devidamente justificadas;
 - 12.5.2. a pedido do fornecedor, em decorrência de caso fortuito, força maior ou fato superveniente devidamente comprovado;
 - 12.5.3. quando frustradas as negociações destinadas à manutenção da vantajosidade dos preços registrados;
 - 12.5.4. nas hipóteses de desequilíbrio econômico-financeiro que inviabilizem a manutenção da Ata de Registro de Preços.

13. DAS PENALIDADES

- 13.1. O descumprimento das obrigações assumidas nesta Ata de Registro de Preços sujeitará o fornecedor às penalidades previstas no edital e na legislação aplicável.
 - 13.1.1. As sanções previstas também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, regularmente convocados, recusarem injustificadamente a assinatura da Ata de Registro de Preços ou deixarem de cumprir as obrigações assumidas.

14. CONDIÇÕES GERAIS

- 14.1. As condições gerais de execução do objeto, incluindo prazos de entrega e recebimento, obrigações das partes, fiscalização, penalidades e demais condições aplicáveis à execução da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes, encontram-se estabelecidas no edital, no Termo de Referência e nos demais anexos do certame.
- 14.2. Integram a presente Ata de Registro de Preços, para todos os fins e efeitos, o Edital do Pregão Eletrônico nº ____/2026, seus anexos, a proposta vencedora e a ata da sessão pública do certame.
- 14.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 14.133/2021, o Decreto Municipal nº 32.398/2024 e demais normas aplicáveis.

E, por estarem justas e acordadas, as partes firmam eletronicamente a presente Ata de Registro de Preços, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Secretária Municipal da Educação

LICITANTE: _____
CNPJ: _____

LICITANTE: _____
CNPJ: _____

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - [WhatsApp \(45\) 3521-1377](https://api.whatsapp.com/send?phone=35211377) – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO IV - DECLARAÇÃO ANTICORRUPÇÃO

A
Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu
Departamento de Compras
PREGÃO ELETRÔNICO nº ____/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o Sr. _____, DECLARA, sob as penas da lei:

Que está ciente, conhece e entende os termos das leis anticorrupção brasileiras ou de quaisquer outras aplicáveis sobre o objeto do presente contrato, comprometendo-se a abster-se de qualquer atividade que constitua uma violação das disposições destas Regras Anticorrupção, por si e por seus administradores, diretores, funcionários e agentes, bem como seus sócios que venham a agir em seu nome.

Que se obriga a conduzir suas práticas comerciais, durante a consecução do presente Contrato, de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis.

Que na execução deste Contrato, nem a empresa nem qualquer de seus diretores, empregados, agentes ou sócios agindo em seu nome, devem dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento de, direta ou indiretamente, qualquer dinheiro ou qualquer coisa de valor a qualquer autoridade governamental, consultores, representantes, parceiros, ou quaisquer terceiros, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão do agente ou do governo, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios para, qualquer pessoa, e que violem as Regras Anticorrupção.

A empresa, por si e por seus administradores, diretores, empregados, agentes, proprietários e acionistas que atuam em seu nome, concorda que contratada ou sua cliente final terão o direito de realizar procedimento de auditoria para certificar-se da conformidade contínua com as declarações e garantias dadas neste ato, mediante notificação prévia, e que deve cooperar plenamente em qualquer auditoria realizada nos termos desta Declaração.

Declara neste ato que: (a) não violou, viola ou violará as Regras Anticorrupção; (b) tem ciência que qualquer atividade que viole as Regras Anticorrupção é proibida e que conhece as consequências possíveis de tal violação, inclusive a possibilidade de rescisão motivada imediata do presente contratual, independentemente de qualquer notificação, observadas as penalidades devidas.

Por ser verdade, firmamos a presente.

Local ____ de ____ 2026.

Nome e carimbo do
representante legal da empresa

UASG: 987563 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

CNPJ 76.206.606/0001-40 - WhatsApp (45) 3521-1377 – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

Tipo: **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO**

Número: **30/2026**

Assunto: **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026**

O documento acima foi proposto para assinatura eletrônica na plataforma **SID** de assinaturas.

Para verificar as assinaturas clique no link:

<https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/tp/sidpublico/verificar?codigo=fc72c939-0a2c-4b77-a6d6-3b475ca6ed47>

e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação:
fc72c939-0a2c-4b77-a6d6-3b475ca6ed47

Hash do Documento

414B208BEF195E7F4EB5EC50104ADE379934552C6686CBC22C3B36B0640C7864

Anexos

RESPOSTA A RESSALVAS PARECER PGM Nº 299-2026.pdf - **b05c08d9-a6a2-4fff-b237-2425fe7394e4**

PARECER PGM Nº 299-2026.pdf - **df36ff25-3a6c-4dd0-94b7-d9d4f8b23b13**

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030-2026.pdf - **9771192d-c308-4ff4-89e4-6c27ed1d7a36**

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 14/05/2026 é(são) :

LARISSA FERREIRA (Signatário) - CPF: ***69692212** em 14/05/2026 8:40:23 - **OK**

Tipo: Assinatura Eletrônica

JOYCE MARA SANTOS DA PAZ SILVEIRA (Signatário) - CPF: ***89580905** em 14/05/2026

10:50:47 - **OK**

Tipo: Assinatura Eletrônica



A ASSINATURA ELETRÔNICA DESTES DOCUMENTOS ESTÁ AMPARADA PELO:

DECRETO Nº 28.900, DE 20 DE JANEIRO DE 2021.

LEI Nº 4536, DE 4 DE SETEMBRO DE 2017.

Autoriza a utilização do meio eletrônico para a gestão dos processos administrativos e de documentos de arquivo, produzidos nos termos das Leis nºs 3.971, de 17 de abril de 2012 e 4.057, de 19 de dezembro de 2012, no âmbito dos órgãos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Foz do Iguaçu.

